



DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E DE ACONSELHAMENTO
UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA
“LUÍS DE CAMÕES”

**EXPERIÊNCIA SUBJECTIVA PÓS-DIVÓRCIO: ANÁLISE
QUALITATIVA DAS NARRATIVAS DE PAIS COM PROCESSOS DE
REGULAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES PARENTAIS
RESOLVIDOS E EM CURSO NO TRIBUNAL**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica e de Aconselhamento

Autora: Maria de La Salette Bartolomeu da Trindade Ribeiro

Orientadora: Professora Doutora Mónica Taveira Pires

Número da candidata: 30003701

Abril de 2024

Lisboa

Agradecimentos

Pretendo enfatizar o meu agradecimento a estas relações que me marcaram profundamente enquanto ser e futura psicóloga clínica.

Um especial agradecimento à Prof.^a Doutora Mónica Pires pelo seu apoio e compreensão humana durante o estágio e orientação.

À Doutora Filipa Jardim da Silva, pelo acreditar nas minhas valências e aceitar-me na sua equipa transformadora.

Aos meus amigos Isabel Fraústo, Ana Mafalda Ferreira, Sofia Ferreira, Ana Lemos, João Sarmiento, Inês Boadella pelo seu sentir e partilhas de encorajamento nas horas desafiantes.

Aos meus apoios incondicionais, Ana Andrade, Teresa Calheiros e Sandra Alexandrina pelos seus cuidados generosos ao Mateus.

À minha irmã, Inês Bartolomeu pelo seu cuidar generoso aos nossos pais, libertando-me para conseguir assegurar “presença” no meu percurso académico.

Ao meu querido filho, Mateus, pela sua amorosidade em me acompanhar sem percalços durante a gravidez, permitindo-me estudar e terminar este sonho.

À minha mãe e ao meu Pai, imensamente grata por me encorajarem e por estarem sempre ao meu lado.

Pai, conseguimos!

Resumo

O divórcio quando associado ao conflito interpaparental tem um impacto negativo na coparentalidade e saúde mental dos pais e filhos. São escassos os estudos sobre as experiências subjetivas e os processos de adaptação durante e pós-divórcio/separação, nomeadamente quando existe conflito interpaparental. Este estudo qualitativo pretende aceder à vivência do conflito, impacto individual e na coparentalidade, bem como às estratégias de adaptação psicológica pós-separação através da análise de entrevistas semiestruturadas a seis díades parentais: quatro em processo de regulação das responsabilidades parentais (PRRP) em contexto de tribunal e duas com processos resolvidos. As entrevistas gravadas, transcritas e codificadas, foram analisadas através da análise de conteúdo e lexical com o software AntConc. Os resultados da análise lexical confirmam que participantes envolvidos em processos judiciais tendem a enfatizar mais os temas do divórcio do que os da coparentalidade. Verificam-se aqui temas de elevada violência, conflito interpaparental, com um forte impacto negativo na saúde mental e física. As estratégias de autorregulação revelam-se ineficazes com um suporte social limitado. A coparentalidade é caracterizada por conflito, triangulação e violência. Os pais separados com PRRP resolvido demonstram maior harmonia na relação marital prévia e divórcio, vivenciando impactos positivos e adotando uma coparentalidade de cooperação com a adoção de estratégias de autorregulação e maior suporte efetivo. As díades parentais em elevado conflito em litígio nos PRRP em tribunal, enfrentam desafios significativos ao lidar com a perda da relação marital, problemas de comunicação e expressão emocional impulsiva e descontrolada, estratégias de coparentalidade negativa, com indicadores de menor saúde mental. O conflito prévio é acentuado pelos processos de litígio em tribunal ao longo do tempo. Contrariamente, a relação pré-divórcio colaborativa com a respetiva ajuda terapêutica são determinantes para atenuar o impacto psicológico negativo, e uma coparentalidade de cooperação. O conflito prévio, a comunicação eficaz e estratégias de autorregulação são relevantes para o processo e ajustamento psicológico e saúde mental. Os resultados do presente estudo contribuem para o delineamento de um programa de intervenção junto de pais em conflito em situação de PRRP em Tribunal de Família e Menores, tendo em vista o melhor ajustamento, coparentalidade positiva, e promoção de competências de comunicação, gestão de conflito e autorregulação. Este conhecimento aprofundado das vivências subjetivas e processos de ajustamento pós-separação em dois grupos distintos de pais, são teoricamente relevantes para os modelos de conflito interpaparental e de ajustamento ao divórcio.

Palavras-chave: Separação/Divórcio; Coparentalidade; Conflito Interparental; Ajustamento psicológico; Regulação das responsabilidades Parentais; Tribunal de Família e Menores.

Abstract

Divorce, when associated with interparental conflict, has a negative impact on coparenting, and mental health of both parents and children. Research on subjective experiences and psychological adjustment during and after divorce or separation is scarce, particularly when there is a conflict between parents. This qualitative study aims to look at the conflict, its individual impact and also its impact in coparenting, looking as well at adaptation psychological strategies through the analysis of semi-structured interviews, with three parental dyads ($n = 7$) with parental responsibilities regulation proceedings (PRRP) ongoing in family court, and two parental dyads ($n = 4$) with settled PRRP. The recorded interviews were transcribed, coded and analyzed through a content and lexical analysis, and confirmed using the AntConc software. The findings show that participants who are facing court proceedings tend to give more emphasis to topics related to divorce and less to those associated with coparenting. The mental and physical health of parents is negatively impacted by both high-conflict coparenting, which is marked by conflict, triangulation, and violence. Self-regulation strategies were proven ineffective and having limited social support. Separated parents with settled PRRPs showed signs of greater harmony in their prior marriage and divorce, as well as positive effects, effective self-regulation strategies, and good support. Parents with high conflict levels in litigation with PRRPs in court face significant challenges when dealing with the loss of the marital relationship, communication problems and impulsive/out of control emotional expression, as well as negative coparenting strategies, with indication of a worse mental health situation. The previous conflict gets exacerbated by the litigation process over time. On the other hand, a collaborative relationship prior to the divorce, together with adequate therapeutic help are determinant in order to ease the negative psychological impact, and promote a cooperative coparenting relationship. Previous conflict, an effective communication and self regulation strategies are relevant for this process and important for the psychological adjustment and good mental health. The results of this study contribute for the development of an intervention program designed to help parents who are facing a conflict regarding their shared parental responsibilities in court, hoping for a better adjustment, positive coparenting, and the promotion of better communication, conflict management and self regulation strategies. This deep understanding of the subjective experiences and adjustment processes after separation in two different groups of parents are theoretically relevant for the interparental conflict and adjustment to divorce models.

Keywords: Separation/Divorce; Coparenting; Psychological adjustment; Parental responsibilities regulation; Family and Minors Court.

Índice

Introdução.....	10
Parte I REVISÃO DA LITERATURA	12
1.1. Separação e Divórcio	13
1.1.1. Regulação das responsabilidades parentais.....	14
1.1.2. Impactos da separação/divórcio	16
1.2. Coparentalidade.....	19
1.2.1. Coparentalidade de colaboração, conflito interparental e triangulação	20
1.2.2. Impactos da coparentalidade negativa.....	21
1.3. Ciclo da Violência doméstica.....	22
1.3.1. Perfil da vítima e do agressor	26
1.4. Ajustamento Psicológico ao processo de Separação/Divórcio	29
1.4.1. Suporte	31
1.4.2. Estratégias de ajustamento psicológico	32
1.5. Programas de intervenção pós-separação em grupo	34
Parte II METODOLOGIA	37
2.1. Objetivos e questões de investigação	38
2.2. Delineamento	41
2.3. Participantes	43
2.4. Instrumentos de recolha de dados	44
2.5. Procedimentos	45
2.6. Procedimentos de análise dos dados	46
Parte III RESULTADOS.....	48
3.1. Análise de conteúdo	49
3.2. Análise lexical	51
3.3. Conjunção da análise de conteúdos e da análise lexical	55
Parte IV DISCUSSÃO	70
4.1 Vivência e impacto da separação/divórcio.....	71
4.2 Vivência e impacto do conflito interparental	73
4.3 Estratégias de adaptação à separação ou divórcio.....	75
4.4. Suporte social	76
4.5. Perceção de Parentalidade e Coparentalidade	78
Parte V CONCLUSÃO	81

5.1 Conclusão	82
5.2 Contribuições, limitações e sugestões	83
Referências Bibliográficas	85
Anexos.....	104
Anexo 1: Questionário Sociodemográfico	104
Anexo 2: Autorização de entrevistas.....	105
Anexo 3: Guião de entrevista semiestruturada.....	106
Anexo 4: Autorização do estudo	113

Índice de Figuras

Figura 1	<i>Ciclo de violência de Walker</i>	25
Figura 2	<i>Roda do Poder e Controlo</i>	28
Figura 3	<i>Delineamento do estudo e procedimentos metodológicos</i>	42
Figura 4	<i>Extração das ocorrências de “divórcio:impacto:negativo medo” em G1</i>	54
Figura 5	<i>Extração das ocorrências de “divórcio:impacto:negativo medo” em G2</i>	54

Índice de Tabelas

Tabela 1	<i>Conceito de violência doméstica</i>	24
Tabela 2	<i>Comportamentos do agressor</i>	27
Tabela 3	<i>Caracterização dos participantes com as variáveis sociodemográficas</i>	44
Tabela 4	<i>Matriz de categorização utilizada para análise lexical</i>	50
Tabela 5	<i>Frequência absoluta de cada conteúdo em G1 e G2</i>	53
Tabela 6	<i>Número de participantes e frequências dos temas</i>	56
Tabela 7	<i>Resultados das categorias relativas ao divórcio</i>	57
Tabela 8	<i>Resultados das subcategorias relativas aos motivos do divórcio</i>	59
Tabela 9	<i>Resultados das subcategorias mais relevantes relativas a impacto do divórcio</i>	60
Tabela 10	<i>Resultados para conflito, violência e harmonia</i>	62
Tabela 11	<i>Resultados das subcategorias relativos a Impacto negativo: “Sentimentos”</i>	64
Tabela 12	<i>Resultados das subcategorias relativas às estratégias de autorregulação</i>	66
Tabela 13	<i>Resultado da subcategoria relativa ao suporte</i>	67
Tabela 14	<i>Resultados das subcategorias relativas a parentalidade e coparentalidade</i>	69

Introdução

A Família é considerada, por Carr (2014), um sistema social com uma constância de natureza permeável a qualquer cultura, podendo adquirir diferentes formatos e expressões dependentes dos contextos sociais em que esta se desenvolve. Este núcleo de maior relevância afetiva face a outros sistemas sociais, influencia a forma como a criança se desenvolve nas suas dimensões cognitivas, motoras, físicas e sociais ao longo da vida (Simons, 2009). As famílias podem ter uma função protetora do desenvolvimento dos seus membros, promovendo uma esfera de apoio e estabilidade. Contudo, esta função pode não ser cumprida transformando-se num agente promotor de stresse ao contribuir para sequelas ao nível da saúde mental e física (Martínez Pampliega et al., 2021).

A definição e imagem de família tem sofrido mudanças provenientes da conjuntura socioeconómica, cultural e do ajuste necessário das suas necessidades face à realidade (Pires & Gamboa, 2022).

Como refere Pires (2024), nas últimas décadas, em Portugal, verificou-se a diminuição da taxa de natalidade, o aumento da taxa de divórcio, das separações conjugais, das famílias monoparentais, das famílias reconstruídas e das famílias alargadas que incluem residência conjunta com filhos de maior idade e avós (p. 1, no capítulo "Família e Coparentalidade Pós-separação" in Pires & Gamboa, 2022). Desta forma, o conceito de família tornou-se mais alargado, com novas tipologias, não se limitando a consanguinidade, casamento ou adoção.

No caso de rutura, dando origem ao divórcio/separação do casal, a parentalidade não termina, conduzindo à necessidade do ajustamento ao nível psicológico, funcional de todos os membros, e do reajustamento do exercício parental do ex-casal (Robalo, 2018; Roizblatt et al., 2018). É usual que os conflitos não cessem com o novo *status*, sendo projetados para os filhos, complicando o exercício da dupla parental, com impacto na saúde mental dos envolvidos (Birnbaum & McTavish, 2001).

Neste sentido, e tendo em conta que são escassos os estudos qualitativos sobre as experiências subjetivas e os processos de adaptação durante e pós-divórcio/separação, nomeadamente quando existe conflito interparental, considerou-se importante aprofundar este tema tendo em conta também os aspetos mencionados anteriormente.

Assim, este estudo pretende aceder ao impacto e estratégias de adaptação psicológica, à vivência do conflito e da coparentalidade, através da realização de entrevistas semiestruturadas a 11 participantes ($n=11$), contemplando dois grupos: G1 - Pais em processo de separação/divórcio com filhos em processo de regulação das responsabilidades parentais

ou em processo de incumprimento e/ou alteração das responsabilidades parentais em tribunal
- PRRP em conflito ($n=7$) e G2 - Pais separados/divorciados com filhos com conflito resolvido
- PRRP resolvidos ($n=4$).

Da informação recolhida, foi realizada uma análise de conteúdo, confirmada com análise lexical recorrendo ao software AntConc que será apresentada nos capítulos referentes aos resultados e discussão face à revisão de literatura. Por fim, abordaremos as conclusões e apresentaremos as limitações do presente estudo, apresentando ainda linhas de investigação futuras.

Parte I

REVISÃO DE LITERATURA

1.1. Separação e Divórcio

As descrições do divórcio na literatura como uma “crise de vida traumática” e “um processo stressante” sublinham a sua relevância para a psicologia. Na literatura o divórcio é definido como “trauma” (Herman, 1974), “luto” (Yárnoz Yaben, 2017), “crise de vida” (Wiseman, 1975), “stressor de vida” (Pledge, 1992; Mastekaasa, 1997). Estas definições são necessárias para analisar os efeitos psicológicos do divórcio, juntamente com uma série de mudanças que ocorrem devido a este processo.

A separação/divórcio é uma rutura do vínculo marital ou conjugal com repercussões emocionais, sociais, económicas, jurídicas, tornando-se responsável por mudanças significativas na estrutura do sistema familiar e apelando para uma reorganização das dinâmicas. Esta ocorrência de transição não-normativa da vida adulta é complexa e o segundo fator de stresse de caráter desestruturante, seguindo-se a morte do cônjuge (Holmes & Rahe, 1967; Amato, 2010; McGoldrick & Shibusawa, 2016; Roizblatt et al., 2018).

O divórcio de natureza destrutiva requer ainda maiores adaptações, cujas implicam um grande nível de exigência e adaptabilidade psicológica dos subsistemas familiares (Hetherington & Kelly, 2002; Lamela, 2009).

Os filhos menores, por não terem recursos suficientes para lidarem com os inúmeros conflitos sofrem impactos negativos no seu desenvolvimento, tanto a curto como a longo prazo, podendo culminar num conflito tremendo entre a conjugalidade e parentalidade (Oren & Hadomi, 2020).

As mudanças provocadas pela separação podem ser positivas, onde as famílias conseguem um caminho mais adaptativo, com alterações positivas para o desenvolvimento individual, uma vez que os filhos deixam de estar tão expostos por situações de conflito intenso e se atingem níveis maiores de satisfação nos relacionamentos (Hetherington & Kelly, 2002, Lamela, 2009; Lamela, Castro & Figueiredo, 2010; D’Onofrio & Emery, 2019).

A realidade portuguesa relativamente ao rácio de divórcios por 1000 habitantes, apresenta uma tendência decrescente desde 2011 em que o rácio se situava em 2.5, sofrendo uma diminuição nos anos seguintes para aumentar novamente em 2015, com um rácio de 2.3. Em 2022, 1.67, verificando-se uma diminuição acentuada (Pordata, 2022a).

No entanto, as estatísticas não incluem as dissoluções de uniões de fato, distanciando-se do “retrato” real da parentalidade pós-separação, e respetivas situações de fixação de residência em termos de regulação das responsabilidades parentais.

Tal cenário, revela que a situação de separação e divórcio em Portugal é uma realidade crescente e é considerada por vários autores como uma tentativa de resolver situações de

violência conjugal, e/ou para terminar o relacionamento conjugal por ausência de identificação com um projeto de vida em comum, e/ou como uma forma de cessar conflitos de difícil resolução que continuam no pós-separação (Birbaum & McTavish, 2001; Austin & Drozd, 2013).

O desafio mais complexo no pós-divórcio é o ajustamento do exercício da parentalidade, uma vez que a família se transforma numa configuração binuclear com dificuldade em distinguir na prática a parentalidade e a conjugalidade (Carter & McGoldrick, 2001).

De acordo com os dados do inquérito realizado por Andersson et al. (2017), uma grande parte das crianças vivencia o divórcio ou a separação dos pais antes de atingir a vida adulta. Na maior parte dos casos, a separação e o divórcio significam que a família se divide em domicílios separados, embora as mulheres geralmente continuem a residir com os filhos (Albertini & Garriga, 2011; Kalmijn, 2015).

Os estudos indicam que o conflito parental deteriora a coparentalidade (Cummings et al., 2014; Lamela et al., 2016; Pires & Martins, 2021) e é neste envolvimento mútuo na formação dos filhos e apoio recíproco – a coparentalidade - que recai a maior preocupação com vista a diminuir os riscos de ajustamento à separação dos pais (Feinberg, 2003; Lamela & Figueiredo, 2016)

Segundo Melo e Mota (2013), a configuração familiar não é um fator de destaque e preditivo do bem-estar psicológico. O que parece contribuir significativamente para o bem-estar psicológico dos indivíduos é o desenvolvimento e manutenção de relações saudáveis. Quando tal não se sucede, torna-se relevante desencadear processos de mediação e de negociação entre os pais (Schabbel, 2005; Serrão, 2018).

1.1.1. Regulação das responsabilidades parentais

Como consequência da separação/divórcio, segue-se o processo de regulação das responsabilidades parentais, onde os progenitores em ausência de acordo no exercício das suas responsabilidades podem recorrer ao tribunal (Fialho, 2013).

No enquadramento legal em Portugal, a Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais (RERP) está prevista no Regime Geral do Processo de Tutelar Cível (Lei n.º 141/2015, de 8 de setembro) e onde se prevê a decisão da entrega judicial da criança, o estabelecimento de limitações ao exercício das responsabilidades parentais (ERP), a residência da criança e a pensão de alimentos.

Quando existem alegações de maus-tratos ou negligência ao menor no âmbito da RERP, o Ministério Público instaura um processo de Promoção e Proteção (PPP) em simultâneo com a RERP (N.º 1 do artigo 3.º da Lei nº 147/99, de 1 de setembro). No caso de existirem situações de violência instaura-se um processo-crime (destacam-se os artigos 152.º - violência doméstica, 152.º-A - maus tratos e os artigos 163.º, 164.º, 171.º a 178.º relativos à violência sexual).

A Lei n.º 61/2008, de 31 de outubro, que revê o regime jurídico do divórcio, também diz respeito às alterações do regime do exercício das responsabilidades parentais. O artigo 1906.º do Código Civil estabelece que:

1. As responsabilidades parentais relacionadas a questões de grande importância para a vida do filho são normalmente compartilhadas por ambos os pais, seguindo as práticas adotadas durante o casamento, a menos que haja uma urgência evidente, caso em que qualquer um dos pais pode agir sozinho, desde que forneça informações ao outro o mais rapidamente possível.
2. Quando o exercício comum das responsabilidades parentais sobre questões significativas para o bem-estar da criança for considerado prejudicial aos interesses da mesma, o Tribunal deve, por meio de uma decisão fundamentada, designar um dos pais para exercer essas responsabilidades.
3. O pai ou mãe com quem o filho menor reside habitualmente, ou temporariamente, é responsável por tomar decisões relacionadas aos eventos da vida quotidiana da criança. No entanto, quando o filho está sob cuidados temporários, o responsável não deve contradizer as diretrizes educacionais mais importantes estabelecidas pelo pai ou mãe com quem a criança reside regularmente.
4. O pai ou mãe encarregado das responsabilidades parentais relacionadas às atividades diárias pode realizar essas tarefas pessoalmente ou designar alguém para fazê-lo em seu lugar.
5. O tribunal decidirá sobre os direitos de residência e de visita da criança com base no interesse da criança, considerando todas as circunstâncias pertinentes, incluindo um eventual acordo entre os pais e o desejo de cada um deles de promover o contato regular da criança com o outro progenitor.
6. O progenitor que não esteja a exercer, total ou parcialmente, a responsabilidade parental tem o direito de ser informado sobre como esta é exercida, incluindo informações sobre a educação e as condições de vida do filho.

7. O Tribunal decidirá sempre com base no interesse superior da criança, o que inclui garantir uma relação próxima com ambos os progenitores. Isso pode envolver a promoção e aceitação de acordos entre os pais ou tomar decisões que permitam amplas oportunidades de contato com ambos os progenitores e a manutenção da partilha de responsabilidades entre eles.

A recente Lei nº65/2020, altera o anterior artigo 1906.º do Código Civil aprovado pelo Decreto-Lei nº 47 344, de 25 de novembro de 1966, estabelece as condições nas quais o tribunal pode ordenar a residência alternada do filho em casos de divórcio, separação, nulidade ou anulação do casamento. Segundo o referido decreto, quando for considerado do interesse superior da criança e após avaliação de todas as circunstâncias relevantes, o tribunal tem o poder de determinar a residência alternada do filho com cada um dos progenitores. Isso pode acontecer mesmo na ausência de mútuo acordo entre os pais e sem prejudicar a definição da prestação de alimentos (Lei nº65/2020).

Não obstante, em 2021 a percentagem de famílias monoparentais materna era de 81.9% (Pordata, 2022b).

Grzybowski e Wagner (2010), revelaram um maior envolvimento materno do que paterno após o divórcio. Tal situação, face às dificuldades de lidar com os desafios da monoparentalidade, impacta negativamente a saúde das mulheres. Waite e colaboradores (2009) validaram que os sintomas físicos nas mulheres são mais elevados após uma década do divórcio.

No processo de regulação das responsabilidades parentais, ocorrem com frequência conflitos, cujos podem ser desencadeados por divergências de expectativas entre os progenitores, comunicação focada nos problemas dos adultos em detrimento do exercício da parentalidade, assumindo uma configuração destrutiva quando ambos revelam incapacidade de comunicar e lidar com as oposições de forma saudável, ou seja, com violência verbal e/ou física (Cummings, 1998; Robalo, 2018).

1.1.2. Impactos da separação/divórcio

Quando o divórcio/separação parental ocorre é inevitável falar de mudanças no ciclo familiar com impacto na saúde mental, na parentalidade, na coparentalidade e no ajustamento psicológico no sistema familiar (Hetherington et al., 2002). O modelo de crise propõe que as mudanças que acompanham o divórcio, como as mudanças nas finanças e no local de

residência, contribuem para o stresse e declínio do bem-estar dos filhos menores (Leopold & Kalmijn, 2016).

O divórcio/separação pode ser considerado um dos acontecimentos mais impactantes na vida de uma criança/jovem, sobretudo quando a situação se categoriza por um elevado conflito interparental, podendo mesmo constituir uma experiência traumática (Mitcham-Smith & Henry, 2007; Juras & Costa, 2011).

O elevado conflito categoriza-se pela tendência de os progenitores recaírem a sua atenção na relação com o ex-cônjuge ou progenitor, o que é promotor de maiores níveis de ressentimento, zanga, culpa e frustração (Anderson et al., 2010).

Sorek (2019) assumiu que para compreender os efeitos do divórcio nas crianças, tem de observar-se da perspetiva das mesmas. Baseado em autorrelatos subjetivos, a auto-culpa foi um dos fatores de risco mais significativos para um bem-estar menor nas crianças que estão a lidar com um processo de divórcio dos pais.

Hunter e Trussell (2016), identificaram que até aos 10 anos, as crianças podem ter reações emocionais com sentimentos de culpa, medo de abandono, o que influencia negativamente a aquisição de competências sociais.

A literatura aponta para a apresentação de problemas externalizados como agitação psicomotora ou alterações de comportamento, agressividade, hiperatividade/impulsividade, problemas sociais e comportamento antissocial e/ou problemas internalizados (sintomas depressivos, ansiosos, dificuldades emocionais) ou sociais, entre outros tais como alterações no rendimento escolar ou comportamentos desviantes (Achenbach & Rescorla, 2001; Amato et al., 2010/2011; Carter, 2011; Achenbach et al., 2016; Lamela et al., 2016).

O estudo de Pires e Martins (2021), evidenciou que o impacto negativo no ajustamento da criança, com maiores níveis de problemas internalizados e externalizados, sucede em diferentes fases do desenvolvimento, incluindo a primeira e segunda infância.

Foi identificada uma correlação negativa entre a qualidade de vida geral relatada pelas crianças e o conflito parental, o que significa que as crianças podem testemunhar altos níveis de conflito parental no divórcio dos pais tiveram um sentimento geral de bem-estar mais fraco (Galbraith & Kingsbury, 2022). Os autores também identificaram que as crianças que sofrem separação dos pais ou divórcio têm quase duas vezes mais probabilidade de experimentar problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão.

O estudo de Kravdal e Grundy (2019) demonstrou que as crianças que vivenciam o divórcio dos pais em idades mais jovens enfrentam resultados mais negativos, como menor bem-estar relatado, porque tiveram de lidar com a mudança por mais tempo.

Segundo Amato (2001), a comparação entre crianças de pais divorciados e de famílias intactas revela que as primeiras demonstram níveis menores de bem-estar, autoestima, proveito escolar diminuto, menor ajustamento psicológico e menor qualidade nos seus relacionamentos.

Os adolescentes de pais divorciados em comparação com adolescentes cujos pais não são separados revelam maiores índices de agressões verbais e físicas, raiva e hostilidade. Também podem envolver-se em comportamentos sexuais de risco, terem sentimentos de exclusão e no futuro vivenciar matrimônios instáveis com aumento de episódios depressivos e dificuldades de adaptação às adversidades da vida (Rich et al., 2023; Zakhour et al., 2023).

Uma meta-análise de Auersperg et al. (2019) estima que o divórcio dos pais aumenta 1,12–1,64 vezes a probabilidade de problemas de saúde mental a longo prazo, como ansiedade, depressão, ideação suicida ou consumo de drogas.

Em relação à idade, os adultos que vivenciaram o divórcio dos pais em idade mais jovem, tiveram altas taxas de depressão e tratamento farmacológico para problemas de saúde mental, sugerindo que os efeitos do divórcio dos pais nas crianças podem traduzir-se ao longo da vida (Kravdal & Grundy, 2019).

O impacto da dissolução conjugal e perda de fatores protetores do casamento, é igualmente sentido, os estudos evidenciam que adultos separados constituem uma população com saúde mental e física mais deficitária (Molgora et al., 2014).

A literatura menciona a presença de um enorme desafio na ativação de recursos ao nível psicológico (cognitivos, emocionais, comportamentais) para sustentar os efeitos negativos da perda relacional e promover uma adaptação positiva à sua nova condição (Lamela, 2009).

Os problemas de saúde mental do adulto, que podem surgir na situação de separação/divórcio, estão associados ao desencadeamento de altos níveis de stresse e às emoções de medo e tristeza prolongadas no tempo. Estas emoções poderão potenciar um quadro depressivo com sintomatologia de humor depressivo, perda de interesse nas atividades diárias, cansaço extremo, sentimentos de culpa, apatia, visão negativa de si, pensamentos catastróficos, perda de memória, alterações de sono e apetite, fomento da dependência de álcool e drogas (Pires & Gamboa, 2022).

Ainda segundo Pires (2024), a perturbação de ansiedade pode surgir num contexto onde a insegurança conecta-se com uma preocupação excessiva e frequente, causando fadiga e/ou tensão muscular, agitação motora, alteração de sono, dificuldade de concentração, sentimentos de apreensão e irritabilidade, percepção de um futuro como uma ameaça. Nestes contextos que necessitam de intervenção de um profissional de saúde mental, a adaptação à

nova realidade é deficitária e promotora de grande sofrimento (p. 53, no capítulo "Após a Separação" in Pires & Gamboa, 2022).

Outra perspectiva é dada por Graff-Reed (2004), tendo contribuído com a sua investigação ao identificar, igualmente, um outro percurso onde o divórcio é tido como um fator promotor de crescimento pessoal e melhoramento de qualidade de vida.

Decorridos os primeiros dois anos, poderá alcançar-se uma diminuição da intensidade do conflito interparental, abertura a renegociações e ajustamento à nova organização e estrutura familiar (Clarke-Stewart & Brentano, 2006; Pires & Gamboa, 2022).

1.2. Coparentalidade

O divórcio apenas dissolve a relação entre os progenitores, as responsabilidades relacionadas com o cuidado e a educação das crianças continuam a ser compartilhadas, visando o seu bem-estar (Feinberg, 2003).

Segundo Feinberg (2003, p.12), a coparentalidade “é o modo como as figuras parentais se apoiam e coordenam no educar e cuidar da criança, enquanto cuidadores.” Para o autor existem quatro componentes que constituem a coparentalidade: apoio versus depreciação coparental, acordo em relação à educação dos filhos, divisão do trabalho parental e gestão familiar.

Van Egeren e Hawkins (2004) ampliam a definição de coparentalidade a qualquer configuração familiar propondo que a coparentalidade existe quando duas pessoas assumem a responsabilidade conjunta pelo bem-estar de uma criança (p. 166).

A coparentalidade refere-se somente a temas que envolvem os filhos, e não envolvem outros subsistemas familiares ou a vida do casal (Boing & Crepaldi, 2016). Geralmente, um elemento do par parental está mais envolvido e, quando ocorre o divórcio, a coparentalidade é fortemente influenciada pelo vínculo emocional estabelecido entre os pais e filhos e pelas características da conjugalidade (Christopher et al., 2015).

Ainda, de acordo com Margolin et al. (2001) a coparentalidade tem como base três dimensões, o conflito, a cooperação e a triangulação entre a mãe, filho e pai.

Embora, vários estudos identifiquem as associações entre os problemas de externalização e a regulação emocional (Eisenberg et al., 2001; Mullin & Hinshaw, 2007; Coutinho et al., 2010; Halligan et al., 2013; Aldao et al., 2016; Pires & Martins, 2021), a área apresenta ainda algumas lacunas na investigação sobre a relação entre a coparentalidade e o desenvolvimento da regulação emocional da infância.

1.2.1. Coparentalidade de colaboração, conflito interpaparental e triangulação

A coparentalidade representa um envolvimento colaborativo dos pais ou cuidadores que visa a educação, treino e decisão sobre os seus filhos. A este aspeto, Margolin Gordis e John (2001), como mencionado no capítulo anterior, definiram as dimensões de conflito, cooperação e triangulação.

A coparentalidade cooperativa relaciona-se com os níveis de suporte e respeito mútuos, estabelecendo-se como um fator chave de garante para uma coparentalidade eficaz. Há evidências de que o impacto do divórcio nas crianças e jovens pode ser moderado por uma coparentalidade cooperativa, ligando os efeitos negativos ao nível do conflito em detrimento do evento separação (Malcore et al., 2010; Feinberg et al., 2012).

Lamela e seus colaboradores (2016), evidenciaram as alianças coparentais cooperativas como favoráveis a um ajustamento psicológico positivo dos pais e filhos. Em detrimento do grupo de pais com elevado conflito, aumentando a exposição dos filhos ao mesmo, apresentando uma parentalidade mais inconsistente, e sendo preditivo de maior desajustamento (Amato, 2000; Mitcham & Henry, 2007).

O estudo longitudinal de Ahrons (2007), com filhos adultos de pais divorciados, descobriu que nenhum fator isolado contribuiu mais para os autorrelatos de bem-estar dos filhos, após o divórcio, do que o relacionamento amigável contínuo entre os pais.

A dimensão conflito é caracterizada por desentendimentos entre a díade respeitante à parentalidade, educação dos filhos, apresentando crítica, sabotagem e desunião (Margolin Gordis & John, 2001).

A triangulação corresponde a uma aliança entre um dos progenitores e o filho, desrespeitando a sua autoridade, conduzindo à rejeição do outro elemento e a elevados níveis de conflito interpaparental. A criança é convocada a se envolver no desconforto e ansiedade dos pais, funcionando como alívio da tensão gerada pela díade e como apoio emocional a um dos progenitores (Margolin & John, 2001; Terres-Trindade & Mosmann, 2015). Este comportamento de afastamento de um dos pais, seja justificado ou por alienação parental, contribui fortemente para um menor nível de ajustamento psicológico à situação, por resultar num efeito maior em problemas psicológicos internalizados (Teubert & Pinquart, 2010; Pires & Martins, 2021).

Avci et al. (2021) investigaram o conflito parental pós-divórcio e concluíram que existia uma correlação positiva a níveis mais elevados de agressão, raiva e sintomas de ansiedade e depressão em estudantes universitários.

Tal poderá significar que as vivências traumáticas seguem de mãos dadas com o desenvolvimento emocional dos indivíduos, tendo como resultado dificuldade em criar relacionamentos estáveis na vida adulta e ter uma percepção distorcida sobre a conjugalidade. Constituindo-se assim num fator de risco ao divórcio/separação (Cui & Fincham, 2010; Van Lawik & Visser, 2015).

1.2.2. Impactos da coparentalidade negativa

A maior parte da literatura demonstrou que as crianças expostas a conflito interparental, e sofrimento conjugal correm o risco de uma série de resultados deletérios, incluindo os problemas internalizados (eg.: ansiedade, isolamento, depressão) e externalizados (eg.: agitação, problemas de comportamento, agressividade) (Harold & Sellers, 2018). Neste contexto, o aumento do sofrimento conjugal e dos conflitos dos pais pode prever mudanças subsequentes nos problemas emocionais e de conduta dos adolescentes (Goeke-Morey et al., 2013).

Ao nível infantil, o aumento da exposição ao conflito interparental está associado à regulação emocional prejudicada em resposta ao conflito, uma vez que as reações cognitivas, afetivas, comportamentais e fisiológicas ao conflito interparental têm sido associadas a sintomas internalizados e externalizados em crianças (Harold & Sellers, 2018).

Os estudos onde se realizou uma análise de como as relações com os pais afetam o bem-estar das crianças, centraram-se em crianças que vivem com a mãe após o divórcio, associando vários indicadores das relações pai-filho a resultados negativos na criança (Bastaitis & Pasteels 2019; Koster & Castro-Martin 2021).

Segundo Lamela et al. (2016), a coparentalidade negativa está associada a um menor ajustamento psicológico em crianças e adolescentes. As mudanças nas dimensões do conflito, nomeadamente, a frequência, intensidade, conflito aberto/encoberto e resolução de conflitos, correspondem a flutuações nas reações emocionais e na segurança da criança a curto e longo prazo (Cummings et al., 2014).

Pires e Mourão (2023), demonstraram no seu estudo indicadores que a ansiedade dos pais e os estilos parentais (autoritário ou permissivo) predizem o ajustamento emocional da criança.

As situações frequentes de conflito conduzem a respostas emocionais intensas nas crianças, principalmente sentimentos de tristeza, irritação, preocupação, vergonha e abandono (Lamela et al., 2016). O menor apoio parental e coparentalidade negativa também estão associados a problemas internalizados. Alguns estudos anteriores identificaram que o maior

conflito parental prediz um aumento de problemas internos e externos nas crianças com mais de quatro anos (Stallman & Ohan, 2016).

Neste sentido, o conflito interparental pode ser entendido através de um modelo integrado, considerando que os processos familiares, a parentalidade e os fatores individuais, dos pais e dos filhos fundamentam os caminhos para a adaptação infantil e problemas psicológicos no processo de divórcio (Kopystynska et al., 2020).

De acordo com Dorn e Schudlich (2021), a idade e a capacidade das crianças para processar o divórcio ou o conflito entre os pais são relevantes para a compreensão dos impactos. As crianças pequenas, com menos de três anos, não têm capacidade cognitiva e emocional para processar o conflito interparental, tal como as crianças em idade pré-escolar. Assim, o desconhecimento pode protegê-las de resultados negativos (Harold & Sellers, 2018).

1.3. Ciclo da Violência doméstica

A interseção entre o capítulo da coparentalidade, divórcio e ciclo da violência doméstica é crucial para entender como as dinâmicas familiares podem afetar e ser afetadas pela violência e o abuso doméstico.

Durante o divórcio, a violência doméstica pode ter um impacto direto na capacidade dos pais em cooperarem efetivamente na criação dos filhos. No pós-divórcio, como o mencionado nos capítulos anteriores, poderá ocorrer o fenômeno de alienação parental, onde as crianças podem ser manipuladas por um dos pais para que desenvolva sentimentos negativos em relação ao outro progenitor. Esta situação é geradora de um stresse emocional significativo e tende a perpetuar o ciclo de violência no novo contexto (Shorey & Baladram, 2024).

Qualquer tipo de violência refere-se ao conceito de poder e ao uso da superioridade sobre o outro (Minayo et al., 2018).

Segundo Magalhães, a violência doméstica “é qualquer forma de comportamento físico e ou emocional, não acidental e inadequado, resultante de disfunções ou carências nas relações interpessoais, num contexto de uma relação de dependência por parte da vítima e de confiança e poder, que seja arbitrariamente exercido, por parte do abusador que, habitando ou não no mesmo agregado familiar, seja cônjuge ou ex-cônjuge, companheiro ou ex-companheiro/a, ou ex-companheiro/a, filho/a, pai, mãe, avó, avô, ou outro familiar” (Magalhães, 2010, p.23).

A violência contra as mulheres continua a ser um problema de cultura devido aos desequilíbrios de poder entre os homens e as mulheres em todos os sentidos (Priyadharshini et al., 2021). De acordo com Benedini e Fagan (2016), a violência contra as mulheres resulta de

uma necessidade socializada de poder e do abuso de autoridade por parte de homens que foram ensinados a acreditar que têm direito de controlar as mulheres através da violência.

A violência doméstica pode assumir diversas formas, incluindo a agressão física, abuso sexual, privação econômica, abuso emocional e psicológico que pode ocorrer ao nível público ou privado (Barlow et al., 2016). A Tabela 1 resume os diversos conceitos de violência doméstica.

Tabela 1*Conceitos de violência doméstica*

Violência doméstica em sentido estrito	Violência doméstica (artigo 152º, CP) Maus-tratos físicos Maus-tratos psíquicos Ameaças/coação Injúrias/difamação Natureza sexual
Violência doméstica (outros crimes em contexto doméstico)	Violação do domicílio ou perturbação da vida privada
Violência doméstica em sentido lato	Devassa da vida privada Violação de correspondência e telecomunicações Violência sexual Violação da obrigação de alimentos Homicídio atentado e consumado Dano Furto

Fonte: APAV (2023).

Existem muitas formas de identificar padrões abusivos, contudo o ciclo de violência é uma maneira comum de identificar quando o comportamento abusivo se desenvolve, transforma-se num incidente e depois transforma-se em algo “saudável” e com comportamentos de índole amorosa.

O ciclo de violência foi criado por Walker (1989) (figura 1), onde a autora identificou que muitos relacionamentos violentos seguem um padrão ou um ciclo comum. Este ciclo pode ocorrer várias vezes ao dia, alguns dias ou pode levar semanas ou meses.

Figura 1

Ciclo de violência de Walker



Fonte: Walker (1989).

No ciclo de violência, a fase de lua de mel reflete o tempo após o incidente, o agressor desculpa-se, e faz afirmações do tipo “nunca mais farei isto”, ou “estarei melhor da próxima vez”. E neste contexto, passa-se para a Fase de acúmulo de tensão, que será o ponto onde o agressor pode-se tornar mais crítico, a vítima pode esforçar-se mais para agradar o parceiro, que conduzirá à fase do incidente abusivo, o pico da violência contra a vítima (Ellsberg et al., 2015).

Assim, a fase de aumento de tensão representa o início da violência e caracteriza-se por um aumento gradual dos incidentes de agressão verbal ou de menor gravidade no relacionamento. Por outro lado, a vítima altera o seu comportamento e assume a culpa, tentando acalmar o agressor.

De acordo com Walker (1989), o agressor nesta fase expressa sentimentos de insatisfação, não se torna explosivo. A fase de violência e agressão caracteriza-se pela libertação incontrolável de tensões que se acumularam na fase I de aumento de tensão, e nesta fase, o agressor torna-se extremamente agressivo, coloca em perigo a parceira, provocando danos físicos e psicológicos. As principais agressões do agressor incluem contenção forçada e graves abusos físicos, sexuais e emocionais (He et al., 2021).

A terceira fase do ciclo de violência de Walker (1989), seguida dos abusos graves, o agressor pede desculpas pelo erro, fazendo-a perceber o evento como um equívoco, pode presentear a mulher e promete-lhe que o comportamento violento nunca mais acontecerá.

1.3.1. Perfil da vítima e do agressor

Os indivíduos podem acreditar que num relacionamento, têm o direito de utilizar a violência para expressar amor e como forma legítima de obter poder e controle sob o parceiro(a).

O estudo de Ubillos-Landa et al. (2020), sobre a relação entre o poder e a violência contra as mulheres perpetrada por homens, concluiu que este tipo de violência doméstica é uma questão de controle, com raízes nas tradições patriarcais de dominância nas relações heterossexuais. Esta mentalidade leva à rejeição da responsabilidade do perpetrador uma vez que a cultura legítima a violência, e os homens podem transferir a responsabilidade da violência para a vítima (Abrunhosa et al., 2020).

Tendo em conta o mencionado, as explicações teóricas para a identificação do perfil do agressor, podem centrar-se sobre os estereótipos dos papéis de género e a forma como se constrói a imagem do homem e da mulher na sociedade.

O mesmo poderá significar a forma como os homens são vistos, mais poderosos, autossuficientes e estoicos (Vogel et al., 2011), e serem mais facilmente identificados como capazes de abuso. As mulheres têm demonstrado ser menos agressivas em geral, há uma forte tendência para procurar explicar e atribuir razão à sua agressão (Scarduzio et al., 2017).

Neste contexto, os autores de violência familiar e doméstica (agressores) podem variar em idade e ser de qualquer grupo socioeconómico, demográfico, origem cultural, etnia ou religião. Podem ocupar qualquer profissão ou residir em qualquer região geográfica, sendo que os agressores podem ser de qualquer género, contudo a grande maioria é do sexo masculino (Scarduzio et al., 2017).

Para responder eficazmente à violência doméstica é importante compreender as táticas utilizadas pelos agressores, incluindo as usadas para ferir ou assustar, isolar ou controlar.

De uma forma padrão, os agressores podem ser exímios em esconder a violência, apresentando-se publicamente como pessoas gentis, amorosas e agradáveis, mas comportam-se de forma cruel, violenta, comprometedora e manipuladora em particular. A tabela 2 demonstra alguns dos comportamentos do agressor.

Tabela 2
Comportamentos do agressor

Principais táticas	Exemplos principais
Intimidação e Ameaças	• Causar medo através de ameaças; • Olhares ofuscados; • Destruição de propriedade; • Maltratar animais de estimação.
Minar a confiança	• Danificar a autoestima através da humilhação, do ridículo e da vergonha; • Comportamentos intencionais que fazem a vítima duvidar de si mesma.
Utilizar as crianças	• Dizer à vítima que ela é uma má mãe; • Usar o acesso para assediá-la ou agredi-la; • Ameaçar levar as crianças embora; • Coagir a vítima a engravidar; • Ameaçar prejudicar as crianças ou envolver-se em comportamento de risco com estes • Fazer a criança assistir ou participar do abuso
Isolamento	• Impedir a vítima de trabalhar; • Isolá-la dos amigos ou da família; • Impedi-la fisicamente de sair de casa.
Minimização e Negação	• Dizer que foi “apenas” uma bofetada ou que a vítima está a reagir de forma exagerada; • Culpar o álcool/stresse/desemprego; • Reduzir o comportamento minimizando os danos e lesões; • Fornecimento de contas inconsistentes; • Usar a perda de controlo como desculpa.
Reformular o comportamento como não violento ou aceitável	• Desculpar o comportamento como autodefesa, brincadeira violenta ou acidente; • Utilizar a linguagem como “incidente” ou “luta” para fazer a violência aparecer mútua.

Fonte: Adaptado de Scarduzio et al. (2017).

De acordo com Rode e Marganski (2014), os sintomas de comportamento dos agressores, a sua personalidade e comportamento são desenvolvidos em estrita relação com a sua identidade perturbada e autoestima. Um traço específico destes agressores é a autoimagem instável e inadequada.

Uma das motivações dominantes para o comportamento dos agressores da violência torna-se assim a ânsia de manter, proteger e aumentar a autoestima que geralmente é conseguido através da diminuição do valor da parceira e controlo do seu comportamento (Costa et al., 2015).

Muitos dos fatores distais que são identificados na violência doméstica podem estar associados à perpetração agrupada sob variadas experiências adversas na infância, nomeadamente, a exposição a atividades físicas, sexuais ou abuso emocional (Canfield et al., 2019).

Alguns profissionais que trabalham com as vítimas e agressores de violência doméstica estão cientes de que existem diversas causas impulsionadoras do comportamento dos agressores, que definem um certo tipo de perfil. De acordo com Fowler et al. (2016) existem numerosas tipologias propostas do agressor da violência doméstica. Jonhson (2006), propôs quatro tipologias de perfis de agressores de violência doméstica, e, considerou níveis de violência, controlo e dinâmica de relacionamentos, uma ideia apoiada por outros autores (Graham-Kevan & Archer, 2003). O conceito destas tipologias centra-se em torno do controlo, sustentado pela Roda do Poder e Controlo (figura 2).

Figura 2

Roda do Poder e Controlo



Fonte: Michael P. Johnson (2006).

O estudo de Back et al. (2013) sugiu em apoio à tipologia de Johnson, mas não à natureza do género dos tipos, e identificou que os homens e as mulheres tinham a mesma probabilidade de serem coercivos e violentos. Contudo, Graham-Kevan e Archer (2009), na sua análise sugeriram que a evolução dos princípios explica melhor a utilização da coerção do que a teoria patriarcal.

No que se refere às vítimas, deixar um relacionamento é um processo que ocorre com o tempo. As mulheres que inicialmente deixam os seus parceiros abusivos podem voltar ao relacionamento várias vezes antes de finalmente sair e nunca mais voltar (Merritt-Gray & Wuest, 1995).

Neste contexto, o conceito de dependência de terceiros para fins físicos ou necessidades psicológicas, tem sido amplamente estudado em relação à violência doméstica. Inicialmente, Bornstein (2006) argumentou que existe uma maior probabilidade de maus-tratos ou exploração com maiores níveis de dependência de outra pessoa para necessidades físicas ou apoio emocional.

A maior dependência do agressor pode conduzir a uma maior tolerância ao abuso por parte da vítima de violência doméstica. Embora, a dependência económica tenha sido apontada como a principal causa de permanência no ambiente de violência doméstica. Por mais complexo que seja este tema, existe um conjunto de medidas objetivas e subjetivas de dependência económica e emocional que estão relacionadas com o risco de vitimização (Edwards et al., 2011).

Existe uma distinção entre abusadores qualificados e não qualificados. Os abusos qualificados utilizam um comportamento de controlo para impedir que as suas vítimas saiam do relacionamento abusivo.

O comportamento de controlo define-se como “uma série de atos projetados para tornar uma pessoa subordinada e/ou dependente, isolando-as de fontes de apoio, explorando os seus recursos e capacidades, privando-as dos meios necessários para a independência, resistência e fuga” (Hennessey, 2012, p.31). Envolver-se num comportamento coercivo, inclui não apenas uma agressão, mas também as ameaças, humilhação e intimidação ou outro abuso usado para prejudicar, punir ou assustar a sua vítima (Hayes, 2014).

As táticas emocionais e psicológicas utilizadas pelos autores de violência doméstica para manter os seus parceiros em conformidade e impedi-los de sair é uma forma de terrorismo. Embora, este tipo de terrorismo seja subtil, a principal característica de abuso que fornece o rótulo de terrorismo é a forma pela qual os autores usam o elemento surpresa para realizarem ações extremas. Isso faz com que a vítima/sobrevivente permaneça ao redor do agressor e viva com medo constante de um ataque (Hayes & Jeffries, 2013).

1.4. Ajustamento Psicológico ao processo de Separação/Divórcio

A ligação entre o capítulo do ciclo da violência doméstica, o perfil do agressor e o ajustamento psicológico ao processo de separação/divórcio é relevante para a compreensão da influência das características do agressor e os padrões de violência na capacidade de se ajustar ao novo contexto.

O agressor pode exibir traços de controle excessivo, ciúmes patológicos, baixa estima de si, podendo reagir à situação de separação/ divórcio com incremento da violência pela perda

de controle sobre o parceiro e família. Consequentemente, poderá se verificar um ajustamento não adaptativo com influências negativas na dinâmica da coparentalidade e no bem-estar da família. (Bitsola & Kyranides, 2021; Hafetz & Kyranides, 2024).

O ajustamento pós-divórcio é um processo flutuante, durante o qual uma nova ordem é estabelecida ao se sair da complexidade causada por uma crise (Canham et al., 2014). É indicador da capacidade de satisfazer as necessidades da vida diária e a reorganização do *self* ao separar-se do seu cônjuge.

A investigação tem identificado que o divórcio tem efeitos negativos sobre a saúde fisiológica. Relatos de pessoas divorciadas evidenciaram problemas de hipertensão arterial e disfunção do sono, considerando a sua saúde mais negativa (Alpaslan, 2018).

Neste contexto, alguns autores definiram como desajustamento psicológico, a sintomatologia depressiva e ansiosa, vários sentimentos como a solidão, fracasso e rejeição. Contudo, a adaptação ao divórcio significa mais do que a ausência de sintomas negativos (Kramrei et al., 2007).

Inicialmente, Bevvino e Sharkin (2003) definiram o ajustamento pós-divórcio como a tentativa de encontrar significado para a experiência do divórcio. O ajustamento corresponde a um processo, durante o qual ocorrem flutuações psicológicas e emocionais, enquanto o sujeito se adapta a um conjunto de mudanças criadas pelo divórcio (Kramrei et al., 2007).

Os problemas internalizados e externalizados (eg., alterações de comportamento), aumentam a vulnerabilidade podendo constituir um risco em termos de saúde mental e de ajustamento psicossocial, frequentemente associados a estratégias de autorregulação menos adaptativas (Aldao et al., 2010).

Segundo Gross (2014), o indivíduo utiliza determinadas estratégias tendo em conta a situação com que se depara e os seus objetivos de diminuir, manter ou aumentar os resultados das emoções sentidas. É esta flexibilidade da autorregulação que se considera como adaptativa.

A regulação das emoções envolve ter consciência e compreender as emoções, aceitá-las, ter a capacidade de controlar comportamentos impulsivos e deter a capacidade para aplicar estratégias de regulação emocional (estratégias de *coping*) adaptadas à situação (Gross, 2015).

Como afirma Pires (2024): “As estratégias de autorregulação de emoções, sentimentos e comportamentos para lidar com a situação causadora de stresse, como a separação ou divórcio, podem ser mais ou menos eficazes segundo as circunstâncias e características de cada pessoa” (p. 45, no capítulo "Após a Separação" in Pires & Gamboa, 2022). “A adoção de estratégias menos eficazes pode resultar na vivência de stresse, exaustão, ansiedade,

originando um agravamento dos problemas físicos e mentais” (p. 49, no capítulo "Após a Separação" in Pires & Gamboa, 2022).

1.4.1. Suporte

O capital social de um dado indivíduo está associado, como referido, às relações que o mesmo estabelece com os outros. Este capital representa um recurso privilegiado para promover a resposta adequada e adaptativa do mesmo a situações de stresse, como o divórcio, uma vez que tem um efeito multiplicador sobre os restantes recursos – emocionais, práticos/logísticos e até financeiros – do indivíduo (Potter, 2021).

De facto, a literatura indica que a mera percepção de suporte está associada a melhores resultados na gestão do stresse e dos desafios, isto é, mesmo quando essa percepção não se evidencia em prestações de apoio efetivas (Maisel & Gable, 2009).

Kaplan, Cassel e Gore (1977) conceituaram suporte social como a medida em que as necessidades sociais de um indivíduo são atendidas por meio de suas interações com outros (Siqueira, 2008, p. 82). Este tipo de suporte está associado à vivência de processos psicológicos mais adaptativos e benéficos por parte do indivíduo, representando uma barreira protetora aos efeitos nefastos das dificuldades (Potter, 2021). É curioso constatar que Potter (2021) encontrou que os indivíduos que apresentam mais altos níveis de suporte emocional extra-diádicos são mais propícios a enfrentar situações de divórcio, isto porque este tipo de suporte aumenta as suas percepções de autoeficácia, segurança e capacidade para gerir os processos de separação.

Posteriormente, argumentou-se que o suporte social poderia englobar não apenas a percepção da acessibilidade a recursos afetivos (como amor, cuidado, apreciação e valorização) e a sensação de pertencimento a redes sociais, mas também a crença de que essas redes fornecem recursos tangíveis e instrumentais (Siqueira, 2008, p. 382).

Diversos estudos têm investigado a influência da família no desenvolvimento de estratégias de regulação emocional, comportamental e cognitiva (Siffert & Schwarz, 2011; Morelen et al., 2013; Hurrell et al., 2015). Ressalta-se o estudo qualitativo de Willén, (2015) sobre os processos de regulação emocional nas relações parentais pós-divórcio, em que defende que o conflito duradouro entre pais divorciados está, por vezes, relacionado à regulação emocional disfuncional e tem um efeito prejudicial sobre os filhos. Foi constatado que a capacidade de adaptação emocional está positivamente relacionada com o bem-estar mental (Kashdan & Rottenberg, 2010).

Segundo Pires e Gamboa (2022): “A utilização de estratégias de *coping* adaptativas promove a gestão eficaz do stresse ao longo do tempo, a capacidade de adaptação e resiliência” (p. 49).

As influências ambientais externas à família também podem constituir-se como uma rede de suporte ao desenvolvimento da sua resiliência, estima de si, protegendo-a e promovendo o ajustamento psicológico saudável dos seus membros (Garmezy, 1985).

Contudo, a rede externa e os recursos internos dos adultos nem sempre conseguem cumprir a função de estabilizar as emoções, mitigar o aparecimento de condições psicopatológicas e fomentar uma coparentalidade cooperativa. Tal implica a necessidade de uma intervenção técnica especializada juntos do país divorciados (Lamela & Figueiredo, 2016).

O suporte prático/logístico/instrumental engloba toda a assistência operacional proporcionada pelos outros para aliviar a carga mental e efetiva do indivíduo, nomeadamente na gestão de temas que podem ser de cariz legal, decorrentes da gestão quotidiana ou, por exemplo, associados ao cuidado de descendentes e/ou ascendentes (Thoits, 2011).

Este tipo de suporte, sendo importante para agilizar a vida do indivíduo, pode gerar desafios adjacentes no que concerne à sua independência, autonomia, funcionalidade e perceção de capacidade (Östberg & Lennartsson, 2007; Potter, 2021).

Finalmente, o suporte financeiro remete ao apoio monetário ou de bens que outros podem proporcionar ao indivíduo para que o mesmo seja capaz de fazer face às suas necessidades e supri-las. Neste sentido, a literatura indica que o suporte financeiro é instrumental para promover a saúde do indivíduo (Potter, 2021).

Em suma, é da rede social do indivíduo que emergem diferentes tipos de suporte (emocional, prático/logístico/instrumental e/ou financeiro), o que implica que a rede de conexões sociais vinculadas ao sujeito, possa estabelecer uma base para proporcionar-lhe diferentes tipos de recursos e apoios efetivos.

1.4.2. Estratégias de ajustamento psicológico

A regulação emocional é uma função e uma habilidade crucial que desempenha um papel crucial ao longo da vida.

De acordo com Thompson (1991), a autorregulação define-se como um processo em que o indivíduo utiliza funções extrínsecas e intrínsecas para avaliar e ajustar respostas emocionais.

Os grandes objetivos da regulação emocional são compreendidos por meio de uma perspectiva hedônica, onde os sujeitos apresentam motivação para procurar o prazer e afastar o sofrimento (Larsen, 2000), diminuindo as emoções negativas e promovendo as positivas.

Segundo Pires e Gamboa (2022), “Algumas estratégias de regulação emocional passam por: identificar e compreender as emoções e os estados afetivos; selecionar e alterar a situação emotiva em si; distrair-se e mudar o foco da atenção; mudar o significado, a importância atribuída à situação; alterar a resposta à situação” (p.44).

Relativamente à regulação emocional infantil, é influenciada pelos fatores do clima emocional da família, como o estilo parental, apego, expressividade familiar e relacionamentos conjugais (Harold & Leve, 2012). As crianças com pais divorciados, em permanência no conflito, têm maior probabilidade de ter uma regulação emocional relativamente diminuta. E a este aspeto, múltiplos estudos demonstraram que as crianças eram propensas a terem um status instável, com emoções indesejáveis, como ansiedade e depressão (Barnes, 2020).

Contrariamente, quanto maior o nível de atenção dos pais às mudanças das questões emocionais, mais forte será a capacidade de regulação emocional das crianças (Liu, 2018).

Liu (2018) identificou que à medida que 360 pais prestavam mais atenção aos filhos e observavam as suas emoções, mais conseguiam compreender e tratar corretamente as emoções dos seus filhos. As crianças ficam mais propensas a experimentar e reconhecer como regular as emoções corretamente, efetuando uma melhoria no desempenho habilidades de gestão de emoções. Numa situação como separação ou divórcio, é necessário lidar com o stresse para reduzi-lo.

O stresse envolve uma resposta fisiológica e psicológica de desgaste associada à perceção de desalinhamento entre as exigências enfrentadas pelo indivíduo e os seus recursos para lidar eficazmente com as mesmas. Importa considerar que o stresse é adaptativo, na medida em que prepara o indivíduo para enfrentar situações atípicas da sua vida, podendo enquadrar-se como um estímulo quando a vivência pelo indivíduo é mobilizadora (*eustress*) ou como desgastante e potencialmente incapacitante quando a vivência pelo indivíduo é desafiante (*distress*) (Bienertova-Vasku et al., 2020).

De facto, como postula Frasquilho (2005, p. 435), o estresse é um “processo de interação humana, tanto consciente (voluntária), como fisiológica (involuntária) (...) numa situação de sujeição a estímulos desafiante e cuja interpretação e vivência entre o estímulo e a resposta está a pessoa nas suas circunstâncias”.

Neste sentido, as estratégias de *coping* emergem como um conjunto de processos cognitivos, afetivos e comportamentais que o indivíduo desenvolve e mobiliza a fim de mais

positivamente enquadrar e gerir a sua vivência do stresse. Segundo Simione et al., (2021), as estratégias de *coping* são métodos utilizados pelos indivíduos em resposta a mudanças ambientais, problemas específicos ou situações stressantes.

As estratégias focadas nos problemas visam alterar a forma como o indivíduo interage com o seu ambiente, modificando ou alterando a sua relação com o mesmo (planeando e implementando ações de mitigação e resolução) (Paulino, 2021).

As estratégias focadas nas emoções visam um trabalho interno e emocional do indivíduo que promova a sua distração do stressor e aumento da satisfação com outras dimensões da vida (Paulino, 2021).

Por último, as estratégias focadas nas relações decorrem das estruturas de suporte que o indivíduo tem à sua volta e que melhor lhe permitem enfrentar os desafios, seja com o apoio social, logístico e/ou financeiro de uma rede familiar, de amigos, comunitária, religiosa ou terapêutica (Paulino, 2021).

O estudo qualitativo de Dogbey et al. (2022) teve como objetivo explorar as experiências vividas por filhos de pais divorciados e as estratégias de *coping* que estes utilizam para lidar com estas situações. O estudo revelou que os filhos experimentaram significativamente stresse, dores emocionais, tristeza e preocupação com a sua condição, recomendando gestão do stresse pós-traumático por serviços de cuidado e apoio.

1.5. Programas de intervenção pós-separação em grupo

Estudos anteriores acerca de programas de intervenção pós-separação procuram dar resposta às necessidades de ajustamento dos progenitores e das crianças, existindo intervenções para pais, para crianças e para ambos.

As intervenções para pais divorciados, com avaliação da eficácia, são na sua maioria oriundos do contexto norte-americano e predominantemente estudos quantitativos (Lamela et al., 2009). Conclui-se que estes se encontram enquadrados numa vertente psicoeducativa com a finalidade de dotar os pais de estratégias de controlo do conflito e competências parentais (Wolchik et al., 2000; Blaisure & Geasler, 2006). Também foi observado que as intervenções parentais baseadas em experiências contribuem de forma mais eficaz para mudanças no comportamento coparental, em comparação com abordagens passivas, como seminários (Gleasler & Blaisure, 1998).

Mencionam-se os seguintes estudos internacionais, com resultados na eficácia de diminuição do conflito, melhoria da comunicação e na perceção da sintomatologia: os programas intensivos, de 8 semanas de Geurts e colaboradores (2021), de 11 semanas de

Martínez -Pampliega e colaboradores (2015) e Merino e colaboradores (2017), de 12 sessões de Stallman e colaboradores (2014).

Mencionam-se ainda os estudos recentes de Jam e colaboradores (2021) eficaz na redução do stresse parental, o de Paquin-Boudreau e colaboradores (2021) onde as mães perceberam uma aliança mais positiva com o outro progenitor, enquanto os pais perceberam menos conflitos parentais e menos interações negativas, e uma revisão do impacto das intervenções de coparentalidade no comportamento de coparentalidade paterna de Pilkington et al. (2019).

Na intervenção para crianças e pais salienta-se o programa de intervenção Egokitzen de Martínez-Pampliega e colaboradores (2015), com a participação de 34 pais e 51 crianças, cujos resultados apresentados mencionam a eficácia na redução de sintomatologia dos pais e indiretamente a dos filhos, inclusive após 6 e 12 meses a intervenção.

Dos poucos estudos qualitativos existentes, evidenciamos os resultados de Glenn e colaboradores (1999), mencionando que todos os participantes indicaram como imprescindível a oferta de informação sobre conflito interparental, a consequência deste na qualidade de vida, a aquisição de competências comunicacionais e de coparentalidade.

Os resultados Dygard e colaboradores (2000), indicaram que os 18 pais que participaram nos grupos de apoio enfatizaram os sentimentos de aceitação, pertença, assim como o aumento do seu bem-estar e saúde psicológica.

O estudo de Kyle e colaboradores (2020), pretendeu compreender como a participação de 13 pais numa intervenção psicoeducativa incidindo na coparentalidade, podia ser associada à prontidão dos mesmos em se tornarem mais colaborativos. Os autorrelatos mencionam mudanças positivas nas perceções sobre a forma como viviam a coparentalidade, provenientes do acolhimento em ambiente facilitador, da natureza saudável das dinâmicas de grupo sobre coparentalidade.

O estudo qualitativo de Brand e colaboradores (2017), não tendo como objetivo a avaliação de um programa de intervenção, destaca-se pela sua inovadora investigação narrativa sobre as experiências e perceções do divórcio parental, de crianças de 9 a 10 anos, culminando na proposta de várias orientações para profissionais, pais em suas possíveis intervenções com as mesmas e para os tribunais de família.

Outro estudo qualitativo relativo a narrativas de Treloar e colaboradores (2019), foi realizado com 25 pais divorciados em alto conflito e os resultados mencionam como os pais superaram as suas dificuldades dando um novo sentido às suas experiências.

Em Portugal, os modelos de atuação ao nível da intervenção em conflito interparental pós separação são diminutos, a adesão aos programas é muito escassa, carecem de maior eficácia terapêutica, de formação especializada e supervisão dos profissionais, como é o caso do Ponto de Encontro Familiar (PEF) e a formação parental nos Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP). Este contexto, tem contribuído para um crescente saldo negativo ao nível de custos humanos e socioeconómicos (Lamela et al., 2009; Robalo, 2018).

Relativamente a investigação, identificou-se um estudo quantitativo de intervenção pós-divórcio, “PApi – Pais por Inteiro”, com avaliação da eficácia e pertencente à Universidade do Minho. Os resultados apresentados relativos ao programa “Papi” indicam que a intervenção poderá ter contribuído para melhorar o ajustamento à nova realidade de divórcio e a qualidade da coparentalidade no grupo experimental, ressaltando a importância da criação de uma nova rede de apoio inexistente até ao início do programa (Lamela et al., 2009).

Desta forma, caracteriza-se como parca a existência de dados qualitativos nacionais e internacionais, sobre as vivências subjetivas, os processos de adaptação pós divórcio/separação, como a experiência de participação de um grupo de intervenção psicológica pós-divórcio e a perceção das suas consequências na coparentalidade. É neste contexto, que o presente estudo ganha superior relevância, acedendo qualitativamente e de forma aprofundada aos processos de ajustamento à separação ou divórcio.

Este estudo corresponde à recolha de dados do T0 - *baseline* do programa Parentalidade Partilhada, um programa de intervenção para pais separados com elevado conflito com PRRP a decorrer em tribunal, desenvolvido pela equipa do CIP (projeto de investigação: Funcionamento familiar, coparentalidade e ajustamento da criança: estudo comparativo intercultural) conjuntamente com a equipa do Tribunal da Comarca de Lisboa. Esta intervenção psicoeducativa centrada no grupo de pais, baseada numa perspetiva terapêutica Humanista – centrada na pessoa -, é o primeiro do género em Portugal a ser implementado nas instalações do tribunal. Beneficiará os pais em elevado conflito parental, promovendo o autoconhecimento, as capacidades de comunicação, estratégias de autorregulação, coparentalidade positiva, e protegendo a criança ou jovem da exposição ao conflito.

Parte II

METODOLOGIA

2.1. Objetivos e questões de investigação

Optou-se por uma metodologia de análise qualitativa de um *corpus* de estudo constituído para o efeito. Este *corpus* contém entrevistas realizadas com um guião previamente estabelecido e nas quais está subjacente a natureza do problema a investigar (Denzin et al., 2005).

Com a análise do *corpus*, que caraterizamos no ponto 2.3, pretende-se descrever em profundidade os fenómenos envolvidos nas vivências e perceções de indivíduos em processo de divórcio ou separação e que estão enumerados nos objetivos específicos, descritos abaixo, evitando a desejabilidade social mais evidente num estudo quantitativo, promovendo a apreensão de estados subjetivos e diferentes perspetivas (Bogdan & Biklen, 1994).

Desta forma o objetivo geral do estudo é traçado pela compreensão das vivências dos participantes, compreendendo os fenómenos oriundos do quadro de referência de cada indivíduo (Bogdan & Biklen, 1994; Peat & Smith, 2018).

Definem-se como objetivos específicos: 1) conhecer com maior profundidade os processos de ajustamento psicológico em situação de separação/divórcio, 2) conhecer a sua rede de suporte social, 3) compreender como é que os pais divorciados experienciam e percecionam o impacto do divórcio em si e nos filhos em comum, 4) entender como é que os pais divorciados experienciam e percebem a coparentalidade, o conflito e o seu impacto.

A concretização destes objetivos permitirá fornecer informação relevante acerca das vivências, perspetivas e estratégias de adaptação perante a separação/divórcio e conflito interparental, relevantes para o desenho e implementação da intervenção, Parentalidade Partilhada junto de pais em elevado conflito em situação de regulação de responsabilidades parentais no Tribunal de Família e Menores.

Esta experiência revela a realidade de famílias que enfrentam desafios significativos na resolução de conflitos. Apesar das tentativas anteriores de resolverem as suas diferenças, estes pais encontraram dificuldades crescentes ao invés de soluções.

Reconhecendo esta dinâmica, identificamos a utilidade de incluir na análise pais que já superaram conflitos semelhantes. Mesmo que estes pais tenham enfrentado algum nível de conflito, a sua participação em intervenções conjuntas no Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), demonstrou ter um efeito positivo na mitigação dos problemas.

Pretende-se assim de uma forma compreensiva, analisar ambos os grupos e identificar as diferentes vivências, perceções e estratégias de adaptação psicológica usadas para

minimizar o impacto negativo do divórcio de elevado conflito na coparentalidade e na saúde mental.

Mais detalhadamente, a análise terá como orientação as seguintes questões de investigação que emergiram da revisão de literatura:

1 - Qual a vivência da separação ou o divórcio e o seu impacto?

Diversos autores abordam a temática do divórcio (e.g., Birbaum & McTavish, 2001; Austin & Drozd, 2013; McGoldrick & Shibusawa, 2016; Roizblatt et al., 2018) e os seus efeitos negativos, evidenciando os desafios emocionais, físicos e sociais enfrentados pelas famílias em transição, (eg., Birnbaum & McTavish, 2001; Clarke-Stewart & Brentano, 2006; Amato, 2010; Mastekaasa, 2014; Leon & Cole, 2016; Alpaslan, 2018; Auersperg et al., 2019; Sorek, 2019; Kravdal & Grundy, 2019; Oren & Hadomi, 2020). Por outro lado, outros autores observam mudanças potencialmente positivas decorrentes da separação, (eg., Hetherington & Kelly, 2002; Lamela, 2009; Lamela, Castro & Figueiredo, 2010; D’Onofrio & Emery, 2019; Pires & Gamboa, 2022).

Considerou-se pertinente aprofundar estes aspetos com um estudo de natureza qualitativa, permitindo aceder a uma maior compreensão do fenómeno com diádes de pais divorciados em elevado conflito em contraste com os de conflito resolvido.

2 – Qual a vivência do conflito interparental e seu impacto em si e nos filhos em comum?

Vários autores abordam a temática do conflito interparental (e.g., Margolin & John, 2001; Mitcham-Smith & Henry, 2007; Anderson et al., 2010; Juras & Costa, 2011; Terres-Trindade & Mosmann, 2015; Galbraith & Kingsbury, 2022), o seu impacto na saúde física e mental em filhos menores e pais (e.g., Ahrons, 2007; Lamela, 2009; Cui & Fincham, 2010; Teubert & Pinquart, 2010; Cummings et al., 2014; Van Lawik & Visser, 2015; Harold & Sellers, 2018; Kravdal & Grundy, 2019; Avci et al., Barnes, 2020; Damota, 2020; Pires & Gamboa, 2022). Será relevante fornecer *insights* detalhados sobre os processos psicológicos envolvidos durante o conflito interparental de alto conflito em particular, e explorar estratégias perante os mesmos.

3. - Quais as emoções e estratégias de autorregulação e de adaptação adotadas?

A investigação sobre as emoções e estratégias de ajustamento e autorregulação adotadas neste contexto tem sido uma área que fornece achados importantes sobre como os

indivíduos lidam com esta transição significativa nas suas vidas, com maior ou menor flexibilidade à adaptação (e.g., Gross, 2014; Liu, 2018; Lamela & Figueiredo, 2016; Robalo, 2018; Roizblatt et al., 2018; Pires & Martins, 2021; Simione et al., 2021; Dogbey et al., 2022; Pires & Gamboa, 2022), como este percurso emocional é elaborado (e.g., Damo, 2021; Damo & Cenci, 2021) dependendo dos recursos internos dos envolvidos e da sua saúde mental. Pretende-se fornecer dados para a compreensão sobre a prevalência de determinadas emoções por grupo de entrevistados, como são vivenciadas e reguladas, adicionando um contributo acerca de fatores promotores de estratégias mais adaptativas.

4. - Como é que os participantes percecionam o suporte social existente?

A investigação sobre a perceção do suporte social no pós-divórcio é essencial devido ao seu impacto significativo no ajustamento psicológico e na capacidade de coparentalidade dos indivíduos após a separação conjugal. Diversos autores (e.g., Amato, 2001; Amato & Afifi, 2006; Maisel & Gable, 2009; Thoits, 2011; Willén, 2015; Lamela & Figueiredo, 2016; Leopold & Kalmijn, 2016; Umberson et al., 2020; Potter, 2021) destacam a importância do suporte social como uma rede de apoio emocional, funcional e social que pode ajudar os indivíduos a enfrentarem os desafios do divórcio, e a promoverem o seu bem-estar.

No entanto, é importante considerar que a família, muitas vezes vista como uma fonte primária de suporte, pode também ser um agente promotor de stresse (e.g., Nielsen et al., 2016; Martínez Pampliega et al., 2021). Assim, entender como os participantes percecionam o suporte social existente pode ajudar a identificar as necessidades específicas de apoio, os desafios enfrentados e as áreas de melhoria potencial.

5. - Qual a perceção de parentalidade e de coparentalidade?

Estudos anteriores (Margolin et al., 2001; Feinberg, 2003; Christopher et al., 2015; Boing & Crepaldi, 2016) têm explorado a dinâmica entre pais separados, destacando tanto a coparentalidade cooperativa (Malcore et al., 2010; Feinberg et al., 2012; Lamela et al., 2016) quanto a coparentalidade negativa (Amato, 2000; Ahrons, 2007; Mitcham & Henry, 2007). Estudos também mencionaram os impactos negativos da coparentalidade disfuncional (Goeke-Morey et al., 2013; Lamela et al., 2016; Harold & Sellers, 2018), bem como os efeitos da ausência paterna (Bastaitis & Pasteels, 2019; Koster & Castro-Martin, 2021; Shorey & Baladram, 2024) sobre o desenvolvimento das crianças. Ressalta-se ainda a investigação sobre estilos parentais (Pires & Mourão, 2023) que revelou que a ansiedade dos pais e os estilos parentais autoritários ou permissivos podem influenciar o ajustamento emocional das crianças

após o divórcio. Pretende-se com as respostas a esta questão, a exploração de como as práticas de parentalidade e coparentalidade variam em dois contextos diferentes (alto conflito e conflito resolvido), contribuir para a pesquisa de estratégias mais eficazes e sustentáveis para ajudar os pais a colaborarem efetivamente na criação dos filhos no pós-divórcio.

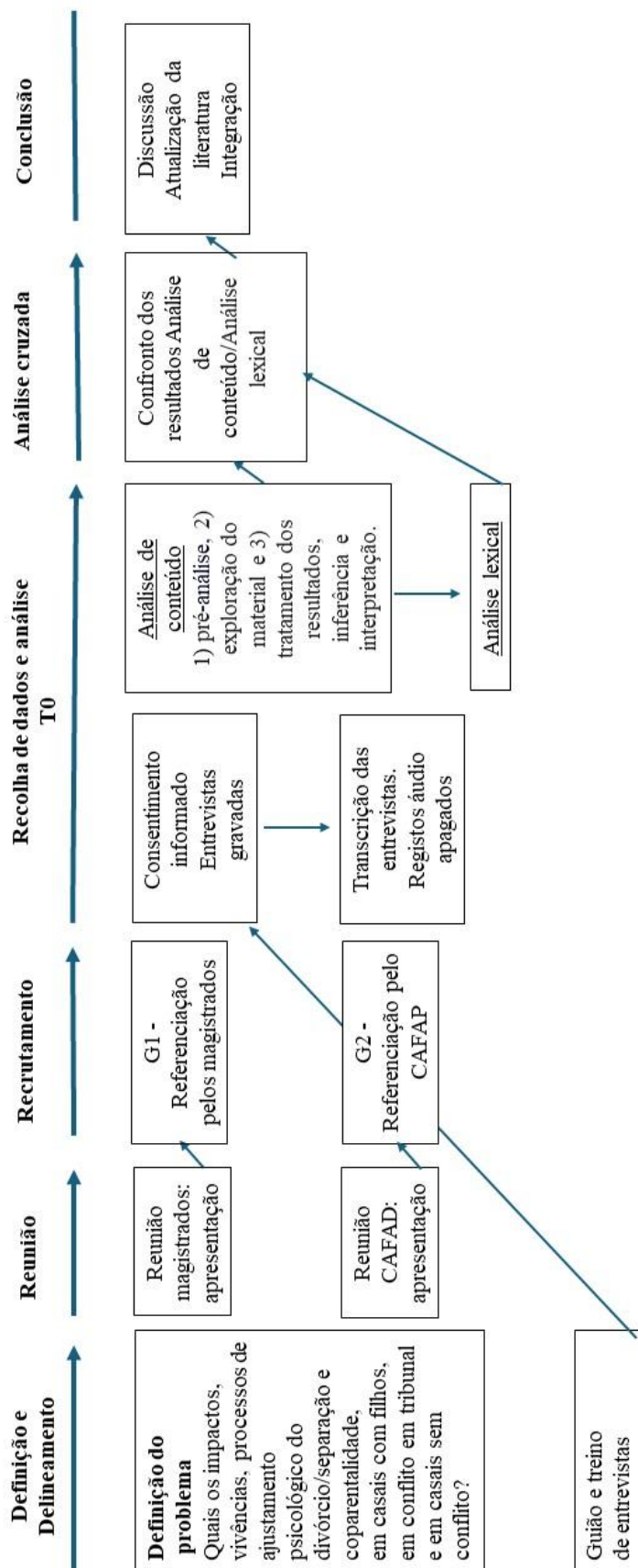
2.2. Delineamento

Este estudo foi delineado de acordo com as várias fases necessárias ao seu desenvolvimento. Em linhas gerais pode dizer-se que se iniciou com a definição do problema de forma a estabelecer quais as questões investigativas a que seria necessário dar resposta. Nesta fase elaborou-se também um guião prévio para orientação das entrevistas. Seguiu-se uma fase de reuniões com magistrados do tribunal de família e com o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) que deu origem à referência/recrutamento dos participantes e à sua divisão em dois grupos, G1 e G2, que se caracterizam no ponto 2.3. Seguiu-se a recolha de dados, a sua análise de conteúdos e a análise lexical. Por fim fez-se a análise cruzada das duas análises anteriores. Este cruzamento levou a uma fase de discussão e de levantamento conclusões.

A Figura 3 contempla o delineamento do estudo.

Figura 3

Delineamento do estudo e procedimentos metodológicos



2.3. Participantes

O *corpus* é constituído por 11 entrevistas realizadas a 11 participantes ($n=11$), 6 do sexo masculino e 5 do sexo feminino, com idade mínima de 30 anos e máxima de 57 anos, selecionados de acordo com os seguintes critérios de inclusão: a) inexistência de diagnóstico psiquiátrico prévio, b) idade igual ou superior a 18 anos, c) naturalidade portuguesa ou residência em Portugal há dez ou mais anos.

Os participantes foram selecionados de forma intencional, enquanto alguns destes pais passaram por várias tentativas frustradas de resolver as suas diferenças, outros foram escolhidos por já terem superado conflitos.

Esta seleção estratégica permitiu-nos explorar tanto os desafios enfrentados por famílias em conflito quanto as possíveis soluções, compreendendo o processo de ajustamento psicológico adaptativo e não adaptativo.

Assim, os participantes dividiram-se em dois grupos:

1) G1 - Pais em processo de separação/divórcio com filhos em processo de regulação das responsabilidades parentais ou em processo de incumprimento e/ou alteração das responsabilidades parentais em tribunal - PRRP em conflito ($n=7$), originalmente eram 8 participantes, mas ocorreu uma desistência. O G1 foi referenciado pelos Magistrados do tribunal. Caracterizam-se por estarem separados entre 2 - 12 anos, relação prévia com violência doméstica e conflito, tipo de divórcio litigioso, iniciativa do divórcio pelo ex companheiro/a, acordo parental conflituoso e com prevalência de queixas-crime na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). O ajustamento ao divórcio não é adaptativo.

2) G2 - Pais separados/divorciados com filhos com conflito resolvido - PRRP resolvidos ($n=4$), originalmente eram 8 participantes, contudo duas díades parentais desistiram. O G2 foi referenciado pelo CAFAP onde receberam acompanhamento em díades. A separação ocorreu entre 1 -2 anos, relação prévia sem violência, tipo de divórcio amigável, iniciativa do divórcio pelo ex companheiro/ a e por mútuo acordo, acordo parental amigável. Ajustamento ao divórcio mais adaptativo.

A tabela 3 contempla a caracterização dos participantes com as variáveis sociodemográficas.

Tabela 3*Caracterização dos participantes com as variáveis sociodemográficas (n=11)*

Grupo	Entrevista	Sexo	Status	Agregado familiar	Tipo de processo	N^a filhos	Idade dos filhos
G1	P1	F	Separado	Próprio e três filhos	PRRP em conflito	3	Entre 8 e 15
G1	P2	M	Separado	Próprio e dois filhos	PRRP em conflito	2	Entre 12 e 16
G1	P3	M	Separado	Próprio	PRRP em conflito	3	Entre 8 e 15
G1	P4	F	Separado	Próprio e companheiro atual	PRRP em conflito	2	Entre 12 e 16
G1	P5	M	Separado	Próprio e companheira atual	PRRP em conflito	1	10
G1	P6	M	Separado	Próprio e filho	PRRP em conflito	1	12
G1	P7	F	Separado	Próprio e filha	PRRP em conflito	1	12
G2	P8	M	Separado	Próprio, filha	PRRP resolvido	1	6
G2	P9	F	Separado	Próprio, filha e pais	PRRP resolvido	1	6
G2	P10	M	Divorciado	Próprio e filha	PRRP resolvido	1	4
G2	P11	F	Divorciado	Próprio e filha	PRRP resolvido	1	4

2.4. Instrumentos de recolha de dados

Utilizou-se a entrevista para recolha de dados. As questões incluídas na entrevista foram construídas com base no referencial teórico (literatura das competências/objetivos em que incide o programa, vivência, impactos, ajustamento psicológico, parentalidade, coparentalidade, comunicação e gestão de conflito); em *guidelines* nacionais e internacionais para a avaliação das responsabilidades parentais; em instrumentos de avaliação sistematizados e validados em termos de entrevista clínico-forense / avaliação das responsabilidades parentais (cf. anexo 3).

2.5. Procedimentos

Os participantes do G1 - PRRP em conflito, referenciados pelos magistrados, participaram voluntariamente no estudo, assinando o consentimento informado como forma de garantia de confidencialidade, a autorização de gravação de voz, bem como o conhecimento dos objetivos, procedimentos, tratamento e gestão dos dados, com possibilidade de desistência a qualquer momento.

Os participantes do G2 - PRRP resolvidos, referenciados pela direção clínica do CAFAP, assinaram os mesmos documentos de consentimento informado e autorização de gravação de voz.

A entrevista em profundidade, corresponde à recolha de dados inicial (T0) do estudo mais amplo de avaliação da intervenção pós-separação “Parentalidade Partilhada”. Foi conduzida por entrevistadores treinados para o efeito adotando uma postura empática, validando as vivências antes do questionamento e mantendo a fluidez necessária. A entrevista individual teve um tempo de duração mínima de 35 minutos e máxima de 95, sendo as mais longas referentes ao G1. As respostas foram gravadas em áudio.

As entrevistas foram transcritas na íntegra de forma manual, com um tempo médio de transcrição 4,5 horas por entrevista e com um tempo médio de anotação por entrevista de 16 horas.

Para efeitos de organização e de análise, o *corpus* de 11 entrevistas, foi segmentado em dois *subcorpora*: G1 – entrevistas P1 a P7; G2 – entrevistas P8 a P11. Quanto à sua dimensão, contém um total de 92.374 palavras distribuídas da seguinte forma: G1 - 73.805; G2 - 18.569 palavras.

As transcrições foram efetuadas em texto corrido com a primeira linha a identificar o número do sujeito, e os seus dados demográficos, (eg., *** *p_01 *id_? *estciv_div *sexo_f *ed_lic *tpfam_recons *nfil_3 *idf_15), identificaram-se as falas por entrevistador e entrevistado, utilizou-se o recurso de hipótese de áudio quando a fala do interlocutor se mostrou difícil de transcrever por motivo de sotaque e vocabulário utilizado. Posteriormente, foi apagado o texto do entrevistador e retirados todos os espaços entre linhas para submissão ao programa de análise lexical.

Por último, procedeu-se à destruição das gravações, como forma de garantir o anonimato.

2.6. Procedimentos de análise dos dados

A análise do *corpus* foi transversal a todo o trabalho, tendo estado presente desde a leitura flutuante das entrevistas e exploração do material até ao final deste estudo.

Destacam-se, no entanto, os três procedimentos de análise que se descrevem mais detalhadamente na parte III., dedicada aos resultados: a análise de conteúdos, a análise lexical e a conjugação de ambas.

A análise de conteúdos foi efetuada de acordo com a abordagem preconizada por Bardin (2009) e as reflexões dos teóricos referenciados no ponto 2.1 - Objetivos e questões de investigação, e teve sempre presente a revisão de literatura descrita na parte I deste trabalho. Dela resultou a identificação dos conteúdos prevalentes no *corpus* e o estabelecimento de um conjunto de etiquetas para a sua anotação.

Em seguida foi efetuada uma análise lexical que implicou a anotação manual do *corpus* e a extração automática de dados através do programa AntConc. Apresenta-se aqui resumidamente este programa, para melhor compreensão do papel que desempenhou nesta análise. Trata-se do tipo de programa informático denominado “concordanciador”, muito usado em linguística, especialmente em lexicologia e terminologia, e que permite detetar a ocorrência de determinadas palavras ou expressões num *corpus* textual escrito.

O programa dá a possibilidade de realizar a pesquisa quer de forma direta — digitando a palavra ou expressão que se pretende extrair — quer através das etiquetas atribuídas previamente no processo de anotação. Optou-se por anotar manualmente todas as entrevistas de acordo com os temas, categorias e subcategorias que haviam emergido da análise de conteúdos, para depois proceder à extração automática dos dados e à sua análise.

Quanto à conjugação destas duas análises (de conteúdos e lexical), ela revelou-se pertinente para uma maior compreensão dos fenómenos estudados e para dar uma resposta sustentada às questões investigativas.

Na sua totalidade, o trabalho implicou sete procedimentos. Estes são de seguida enumerados na íntegra, por terem todos sido fundamentais para a coerência da abordagem adotada. Salientam-se, no entanto, as alíneas 4, 5 e 6 como principais procedimentos de análise:

- 1) Elaboração de um guião para as entrevistas e preparação dos entrevistadores;
- 2) Preparação e pré-análise do *corpus* - nesta fase ouviram-se, transcreveram-se e organizaram-se as entrevistas e realizou-se uma leitura flutuante de todas as transcrições;
- 3) Exploração do material - iniciou-se aqui o processo de identificação dos significados expostos no *corpus* e a forma como estes convergem em conteúdos coerentes e recorrentes;

4) Análise de conteúdos, tratamento dos resultados, inferência e interpretação - momento em que se procedeu à identificação dos temas e das categorias e subcategorias de significado com coesão própria e se descreveram e analisaram os mesmos com recurso à inferência e interpretação sobre o sentido/narrativa que dão aos fenómenos em estudo (Bardin, 2009, Mendes & Miskulin, 2017). Esta análise deu origem à elaboração de um conjunto de etiquetas, a usar na anotação do *corpus*, com as quais é possível detetar posteriormente todas as ocorrências de um determinado tema, categoria e subcategoria . Os resultados desta análise são apresentados no ponto 3.1;

5) Análise lexical: anotação e extração - efetuou-se a anotação temática e categorial de todas as entrevistas, recorrendo às etiquetas estabelecidas no procedimento anterior (de forma a identificar o tema, a categoria e a subcategoria de cada conteúdo). Posteriormente, submeteu-se cada um dos *subcorpora* separadamente ao programa AntConc, pesquisando-os através das etiquetas de anotação, o que permitiu extrair os dados de forma controlada e exaustiva. Os resultados desta análise são apresentados no ponto 3.2.;

6) Conjunção da análise de conteúdos e da análise lexical - por fim, os resultados do procedimento 5 foram observados à luz das reflexões teóricas de referência usadas no procedimento 4 e respetivas conclusões. Os resultados deste procedimento final de análise são apresentados no ponto 3.3. com recurso a exemplos: um por cada <tema:categoria:subcategoria>.

Parte III

RESULTADOS

3.1. Análise de conteúdo

A análise do conteúdo das entrevistas iniciou-se com uma leitura flutuante e integral, de forma a compreender o mundo fenomenológico de cada participante entrevistado, seguindo-se a fase de análise lexical e a anotação/codificação até à saturação do texto.

Foi tido em conta, não apenas as verbalizações que reportavam às questões do guião da entrevista, mas também o discurso dos participantes que acabam por se dispersar para outros temas.

Assim, optou-se por transportar os conteúdos agrupando-o em um determinado tema. Tal procedimento, permitiu-nos verificar a existência de regularidade nas ocorrências de certos temas, categorias e subcategorias em função do identificado no discurso dos participantes. A constatação dessa regularidade conduziu à elaboração de uma matriz de categorização. Esta recorre a etiquetas com as quais é possível anotar o *corpus* de acordo com os temas, categorias e subcategorias que se destacaram na análise de conteúdo, e sempre que possível designá-lo de acordo com as opiniões expressas.

Contudo, anteriormente à elaboração da matriz de categorização, a leitura das respostas dos participantes às questões investigativas, conduziu, por vezes, ao surgimento de fragmentos discursivos, categorias muito pequenas que foram aglutinados e reagrupados.

É relevante referir que o critério de anotação seguiu o "princípio da exclusão mútua", onde um segmento de texto não pode pertencer a mais do que uma categoria temática, garantindo assim a exclusão mútua entre as categorias (Bardin, 2009).

A construção da tabela 4, denominada matriz de categorização, teve como base a preocupação de organizar a diversidade de conteúdos encontrados nos discursos dos 11 participantes (n=11) e também de identificar e aglutinar similaridades entre conteúdos, tendo em vista a sua posterior extração automática e uma maior precisão na análise e interpretação dos dados.

Para maior facilidade na anotação e pesquisa o *corpus* foi anotado, com um código numérico que tem correspondência com as etiquetas de conteúdo consideradas (<tema:categoria:subcategoria>) (cf. tabela 4).

Tabela 4
Matriz de categorização utilizada para análise lexical

Tema	Categoria	Subcategoria	Código	Etiqueta de conteúdo
Relação Marital			_1*	
	Harmonia		_11	Relação Marital:Harmonia
	Conflito		_12	Relação Marital:Conflito
	Violência		_13	Relação Marital:Violência
Divórcio			_2*	
	Comunicação		_20	Divórcio:Comunicação
	Conflito		_21	Divórcio:Conflito
	Processo		_22	Divórcio:Processo
	Impacto	Positivo Alívio	_23	Divórcio:Impacto:Positivo Alívio
	Impacto	Negativo Injustiça	_24	Divórcio:Impacto:Negativo Injustiça
	Impacto	Negativo Raiva	_25	Divórcio:Impacto:Negativo Raiva
	Impacto	Negativo Revolta	_26	Divórcio:Impacto:Negativo Revolta
	Impacto	Negativo Tristeza	_27	Divórcio:Impacto:Negativo Tristeza
	Impacto	Negativo Financeiro	_29D	Divórcio:Impacto:Negativo Financeiro
	Impacto	Negativo Sobrecarga	_29E	Divórcio:Impacto:Negativo Sobrecarga
	Impacto	Negativo Saúde Física/Psicológica	_29F	Divórcio:Impacto:Negativo Saúde Física/Psicológica
	Impacto	Negativo Medo	_29G	Divórcio:Impacto:Negativo Medo
	Motivo	Comp. Aditivos	_28A	Divórcio:Motivo:Comportamentos Aditivos
		P. Psicológico	_28B	Divórcio:Motivo:ProblemaPsicológico
		Outros	_28C	Divórcio:Motivo:Outros
	Estratégias de autorregulação	<i>Coping</i>	_29A	Divórcio:Estratégias de autorregulação:Coping
	Estratégias de autorregulação	Suporte	_29B	Divórcio:Estratégias de autorregulação:Suporte
	Estratégias de autorregulação	Emocional	_29C	Divórcio:Estratégias de autorregulação:Emocional
Parentalidade			_3*	
	Estilos parentais		_31	Parentalidade:Estilos Parentais
	Pré-divórcio		_32	Parentalidade:Pré-divórcio
	Pós-divórcio		_33	Parentalidade:Pós-divórcio
Coparentalidade			_4*	
	Estilos Parentais		_41	Coparentalidade:Estilos Parentais
	Pré-divórcio		_42	Coparentalidade:Pré-divórcio
	Pós-divórcio		_43	Coparentalidade:Pós-divórcio
	Comunicação		_44	Coparentalidade:Comunicação
	Relação		_45	Coparentalidade:Relação
	Conflito		_46	Coparentalidade:Conflito
	Cooperação		_47	Coparentalidade:Cooperação
	Triangulação		_48	Coparentalidade:Triangulação
	Violência		_49	Coparentalidade:Violência

Os códigos que, nesta tabela, incluem asterisco são códigos de pesquisa usados na extração automática, na análise lexical. O caráter asterisco não é utilizado na anotação, mas na pesquisa substitui qualquer algarismo que ocorra nessa posição, permitindo extrair todas as ocorrências de um tema, independentemente da sua categoria e subcategoria.

3.2. Análise lexical

A análise lexical efetuada com recurso ao programa AntConc permitiu reconfirmar a análise de conteúdos através da observação da ocorrência e frequência de determinadas verbalizações (palavras e expressões/frases) presentes no *corpus*. Considerámos que o léxico envolvido nestas verbalizações, funciona como um “marcador” que permite identificar os aspetos analisados neste estudo, i.e., os conteúdos que foram organizados por temas, categorias e subcategorias.

A ocorrência deste tipo de marcadores no discurso dos participantes é imprevisível e depende do seu repertório lexical e das suas escolhas. Por este motivo, só uma leitura atenta das entrevistas permite identificá-los e atribuir uma etiqueta temática e categorial às expressões em que ocorrem. Por outro lado, só um tratamento automático permite extrair os dados totais de forma controlada e rigorosa. A título de exemplo, foram identificadas as expressões “foi a gota de água” e “fiquei devastada” como marcadores de insatisfação dentro do tema divórcio, o primeiro inserido na categoria “motivo”, e o segundo revelador de “impacto/negativo/tristeza”. Estas expressões receberam, respetivamente, as etiquetas <2:Moti:Outr> e <2:Impa:Neg:Tris> e foram posteriormente extraídas juntamente com outras que verbalizam o mesmo conteúdo, o que não seria possível manualmente.

Adotando este procedimento, o *corpus* ficou anotado quanto ao tema, categoria e subcategoria de cada expressão pertinente para o estudo. Posteriormente, a extração destas expressões com o programa AntConc, através da etiqueta que lhe foi atribuída, permitiu observar a distribuição e frequência do conteúdo que expressam, <tema:categoria:subcategoria>, tanto na entrevista em que ocorrem como no respetivo *subcorpus*. Foi também possível comparar a frequência de cada <tema:categoria:subcategoria> em ambos os *subcorpora*, de forma a aferir se existem prevalências associadas a cada um dos grupos (G1 e G2).

Na análise lexical foram efetuadas 33 pesquisas por *subcorpus* – G1 e G2 –, num total de 66 pesquisas. Cada pesquisa teve como resultado a extração e listagem de todas as ocorrências de cada conteúdo expresso e a sua contagem total em cada *subcorpus* (frequência absoluta). Foi depois calculada a sua frequência relativa, i.e., o peso da presença de cada conteúdo por comparação com a frequência dos restantes no mesmo *subcorpus*.

Uma vez que os dois *subcorpora* não têm a mesma dimensão, nem quanto ao número de palavras nem quanto ao número de entrevistas, tornou-se necessário eliminar essa diferença calculando quantas ocorrências em G2 seriam proporcionais a uma ocorrência em G1 (i.e., quantas ocorrências seriam necessárias em G2 para poder considerar-se que há equivalência

no número de ocorrências). Optou-se neste estudo por calcular essa proporcionalidade esperável tendo em conta o número de entrevistas e não de palavras, pois os conteúdos ocorrem em cada entrevista de acordo com as escolhas e prioridades dos entrevistados, o que é revelador daquilo que consideram relevante e não depende da dimensão da entrevista.

Dado G1 incluir sete entrevistas e G2 quatro, para calcular o valor proporcional (y) necessário em G2, usamos a seguinte regra de 3 simples: $xG1:7 \times 4 = y$. Neste trabalho passa desde já a denominar-se o resultado obtido como “valor proporcional”. Daqui decorre a seguinte conclusão: se as ocorrências em G2 forem iguais ao valor proporcional calculado, ou muito próximas, há proporcionalidade no número de ocorrências; se em G2 houver grande variação para baixo o conteúdo é prevalente em G1; se houver grande variação para cima, é prevalente em G2. As pequenas variações (< 3) foram consideradas dentro da proporcionalidade.

Na tabela 5 apresentamos o resultado “frequência absoluta” de cada conteúdo em ambos os *subcorpora* da seguinte forma: número de ocorrências em G1; valor proporcional (estimado para G2); número de ocorrências em G2.

Neste estudo, o valor proporcional foi usado na análise sempre que, para melhor compreender os fenómenos analisados, se considerou pertinente comparar o número de ocorrências nos dois *subcorpora*.

Na tabela 5, as prevalências encontram-se destacadas a *bold*. As pequenas variações não se encontram destacadas. Os resultados encontram-se organizados pelos conteúdos e não pelos códigos de anotação.

Tabela 5*Frequência absoluta de cada conteúdo em G1 e G2*

Cód.	Conteúdo/Etiqueta <Tema:Categoria:Subcategoria>	G1 (n=7) Ocorrências	G2 (n=4)	
			v. proporcional (xG1:7x4 = y)	Ocorrências
_11	Relação Marital: Harmonia	13	7,43	14
_12	Relação Marital: Conflito	54	30,85	7
_13	Relação Marital: Violência	80	45,71	3
_20	Divórcio: Comunicação	14	8	0
_21	Divórcio: Conflito	44	25,14	0
_22	Divórcio: Processo	17	9,71	11
_23	Divórcio: Impacto:Positivo Alívio	14	8	14
_24	Divórcio: Impacto:Negativo Injustiça	41	23,42	24
_25	Divórcio: Impacto:Negativo Raiva	39	22,28	1
_26	Divórcio: Impacto:Negativo Revolta	50	28,57	3
_27	Divórcio: Impacto:Negativo Tristeza	29	16,57	14
_29D	Divórcio: Impacto:Negativo Financeiro	24	13,71	4
_29E	Divórcio: Impacto:NegativoSobrecarga	8	4,5	1
_29F	Divórcio: Impacto:Negativo Saúde	162	92,57	13
_29G	Divórcio: Impacto:NegativoMedo	63	36	8
_28A	Divórcio: Motivo:Adição	10	5,71	0
_28B	Divórcio: Motivo:Problemas Psicológicos	31	17,71	14
_28C	Divórcio: Motivo:Outros	63	36	39
_29A	Divórcio: Est. autorregulação:Coping	21	12	25
_29B	Divórcio: Est. autorregulação:Suporte	81	46,28	23
_29C	Divórcio: Est. Autorregulação:Emocional	15	8,57	10
_31	Parentalidade: Estilos Parentais	62	35,42	26
_32	Parentalidade: Pré-divórcio	15	8,57	11
_33	Parentalidade: Pós-divórcio	111	63,42	17
_41	Coparentalidade: Estilos Parentais	4	2,28	13
_42	Coparentalidade: Pré-divórcio	0	0	1
_43	Coparentalidade: Pós-divórcio	15	8,57	5
_44	Coparentalidade: Comunicação	46	26,28	18
_45	Coparentalidade: Relação	11	6,28	7
_46	Coparentalidade: Conflito	68	38,85	0
_47	Coparentalidade: Cooperação	15	8,57	46
_48	Coparentalidade: Triangulação	43	24,57	0
_49	Coparentalidade: Violência	42	24	0

Nas figuras 4 e 5 ilustra-se a extração de dados efetuada com o programa Antconc, exemplificando-a com a extração, em G1 e G2, do conteúdo “divórcio:impacto negativo:medo”, ao qual foi atribuído o código de anotação _29G.

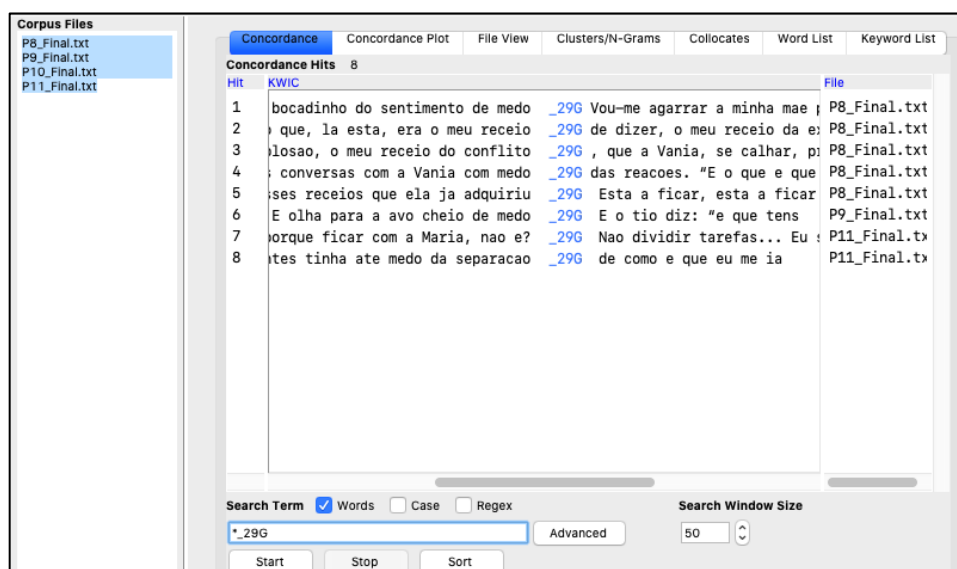
Figura 4

Extração das ocorrências de “divórcio:impacto:negativo medo” em G1



Figura 5

Extração das ocorrências de “divórcio:impacto:negativo medo” em G2



Como pode verificar-se nas figuras 4 e 5, a análise lexical associada à anotação do *corpus* permite extrair automaticamente ocorrências onde não consta a palavra “medo”, mas que correspondem a esse conteúdo.

Já na fase de análise dos dados extraídos, a observação dos resultados da extração permite-nos rever questões lexicais, observar a frequência da ocorrência de cada conteúdo e aferir se há ou não confirmação da análise de conteúdos.

Com o programa AntConc fica garantido o rigor da extração de dados lexicais num estudo empírico, mesmo que este implique um corpus de grande dimensão. Neste caso, embora a dimensão do *corpus* tenha permitido anotá-lo manualmente, não seria viável organizar manualmente de forma controlada e sistemática todas as ocorrências de temas, categorias e subcategorias, nem seria possível observar com celeridade e rigor a sua distribuição no *corpus* ou comparar a sua frequência nos dois *subcorpora*.

Os dados obtidos com esta análise lexical foram fundamentais para a análise cruzada que se apresenta no ponto seguinte.

3.3. Conjunção da análise de conteúdos e da análise lexical

Como acabámos de ver, na análise lexical obteve-se um conjunto de ocorrências devidamente identificadas quanto aos seus temas, categorias e subcategorias. Isto significa que, do ponto de vista operacional, a análise lexical recorreu aos resultados da análise de conteúdo que permitiram definir os critérios de anotação. No entanto, é importante cruzar ambas as análises para avaliar compreensivamente os fenómenos estudados e dar resposta às questões investigativas.

Os exemplos apresentados neste ponto foram selecionados com base num critério de pertinência relativamente às nossas questões investigativas. Estes exemplos poderão a qualquer momento ser complementados com outros dados resultantes da extração ou comparados com outros exemplos.

Embora o tema “relação marital” não faça parte das questões investigativas, e por esse motivo não tenha sido objeto de uma análise exaustiva, é pertinente referi-lo por ter surgido naturalmente nas entrevistas e ter sido detetado na análise lexical do *corpus*. Os dados extraídos relativamente a este tema poderão ser úteis para a compreensão de alguns dos fenómenos estudados.

A partir do número de ocorrências do tema “relação marital” verifica-se haver prevalência deste tema em G1 (147 ocorrências contra 24 em G2) — note-se que o valor proporcional calculado para G2 é 84, que ficou muito longe de ser atingido. É de salientar que neste tema se destacaram como grandemente prevalentes em G1 as categorias conflito (54 em G1 contra 7 em G2) e violência (80 contra 3). Foi ainda detetada a prevalência da categoria

Harmonia em G2 (14 ocorrências contra 13 em G1, i.e., o dobro do valor proporcional calculado - 7,43).

A partir destes dados pode inferir-se que os participantes de G1 se encontram impactados emocionalmente pela experiência do casamento e têm dele uma percepção negativa.

Contrariamente, os participantes de G2 conseguiram ultrapassar o impacto das situações de rutura da relação marital e identificam nesta, elementos positivos de harmonia. Cruzando os dados relativos ao tema relação marital com os dados dos restantes temas, conclui-se que a percepção positiva de G2 poderá suceder quer porque a relação marital não foi especialmente traumatizante, quer porque as “estratégias de autorregulação *coping* (prevalente em G2) foram eficazes e o alívio do divórcio se sobrepôs a uma percepção negativa associada a conteúdos como conflito, raiva ou revolta.

No que concerne à descrição dos resultados, com o objetivo de facilitar a sua compreensão, a descrição irá seguir as perguntas de investigações orientadoras do presente estudo anteriormente definidas.

Questão 1. Qual a vivência da separação ou divórcio e o seu impacto?

Relativamente ao modo como os participantes experienciam o divórcio verifica-se haver grande prevalência de conteúdos de conotação negativa nos participantes de G1: conflito; impactos negativos de raiva, revolta, financeiro e sobrecarga; saúde física/psicológica.

De acordo com os temas, a globalidade dos participantes refere mais a questão do divórcio ($n=11$, 934 ocorrências) do que a coparentalidade ($n=11$, 242 ocorrências). Contudo, os participantes envolvidos em processos judiciais, tendem a enfatizar mais os temas do divórcio com conflito interparental e coparentalidade conflituosa (c.f.tabela 6).

Tabela 6

Número de participantes e frequências dos temas

Temas	PRRP resolvidos ($n=4$)	PRRP em conflito ($n=7$)
Divórcio	($fo = 208$; 56%)	($fo = 729$; 59%)
Coparentalidade	($fo = 90$; 24%)	($fo = 244$; 20%)
Relação Marital	($fo = 24$; 6%)	($fo = 147$; 11%)
Parentalidade	($fo = 54$; 15%)	($fo = 188$; 14%)

Os pais separados com PRRP resolvidos revelam o fim da relação marital como a melhor decisão e realizada com rapidez, (e.g., “E daí foi uma separação rápida. Quinze dias depois, ou três semanas, ele tinha saído de casa. Portanto, foi assim, resolveu-se rápido também, percebemos os dois que não, tinha acabado” – P11). Os pais separados em elevado conflito em litúgio com PRRP em tribunal demonstram desafios significativos ao lidar com a perda da relação marital, focam-se nos motivos da separação/divórcio e denotam problemas de comunicação acentuados, (e.g., “Estou saturado disto tudo. Eu não consigo responder a nada. Não consigo conversar com ela” - P2; “Ainda não consegui recuperar, também está em tribunal” – P4) (c.f. tabela 7).

Tabela 7

Resultados das categorias relativas ao divórcio

Categorias	PRRP resolvidos (n=4)	Exemplos	PRRP em conflito (n=7)	Exemplos
Conflito	(fo = 0; 0%)	-	(fo = 44; 4%)	"E no meio deste conflito, desta situação, houve alguns conflitos e a mãe decidiu dar entrada com um processo" (sic.) (Homem, 1 filho em comum) P6
Processo	(fo = 11; 3%)	" Estavamos os três com Covid e ele saiu de casa. Deixou-me a mim completamente debilitada com a menina, eu não conseguia caminhar sequer " (sic.) (Mulher, 1 filho em comum) P9	(fo = 17; 1%)	"Acabamos por colocar fim a uma relação de forma um pouco conturbada. Acabei por sair de casa porque entendi que não havia de causar esse transtorno aos meus filhos" (sic.) (Homem, 3 filhos em comum) P3
Impacto	(fo = 82;22%)	"Eu fiquei completamente devastada porque eu não estava a contar com o que passei" (sic.) (Mulher, 1 filho em comum) P9	(fo = 360; 29%)	"Eu estou aqui porque eu tenho raiva do pai do X, ele roubou o meu filho por três dias" (sic.) (Mulher, 1 filho em comum) P7
Motivos	(fo = 53;14%)	"Eu acho que, acima de tudo, o que levou a separação foi um bocadinho de saturação da minha parte" (sic.) (Homem, 1 filho em comum) P8	(fo = 104; 8%)	"Quando foi o choque maior, há dez anos. Sim, descobri várias coisas, vídeos, faturas, várias coisas. Dinheiros que eram gastos fora da família" (sic.) (Mulher, 3 filhos em comum) P1

No que diz respeito aos principais motivos para a separação/divórcio, os participantes PRRP em conflito referem principalmente problemas psicológicos dos companheiros, sendo identificadas com maior destaque ao longo das entrevistas a depressão, ansiedade, perturbação de pânico, adição, comportamentos impulsivos, manipuladores e descontrolados, (e.g., “Há quatro anos para cá, começou a meter-se no álcool.” P2; “A mãe já era acompanhada. Mesmo durante a gravidez, o que me preocupou bastante. Tomava medicação, Xanax® e essas coisas assim” – P6”; “Fui muito deprimida, alta depressão, ataques de pânico, cinco horas a chorar, eu passava muito mal”, “O pai sempre foi muito mentiroso compulsivo” – P7).

O aparecimento de terceiros na relação é indicado como determinante para a dissolução conjugal, bem como a violência doméstica, (e.g., “Mas, entendeu que eu estava envolvido com ela e começou a chatear-me a cabeça com isso” - P3”; ”Uma coisa é a pessoa saber e desconfiar, outra coisa é a pessoa ver, como se costuma dizer” - P1; “Ele agarrou numa faca do pão, daquelas compridas, estava em cima da bancada, pois tinha estado a cortar a carne, e apunhalou-me a cabeça e disse “não, tu não vais falar com ele, tu não sabes do que sou capaz”. E desatei aos gritos e ele mandou a faca para dentro do lavatório” - P1; “Quando chegava a noite, já chegava alterado, muito alterado. E se lhe dissesse alguma coisa, embirrava por tudo e por nada. E como embirrava voltava a sair, porque depois se eu lhe dizia alguma coisa “então pronto, vou sair outra vez”. Começava logo a chamar-me nomes e asneiras” - P4; “Ele já me tinha agredido, além de psicologicamente, já me tinha agredido fisicamente com empurrões e uma vez com o comando da televisão, coisas assim. Nesse dia, alegando que eu saí de casa...porque ele já estava a querer agredir novamente e eu pensei “vou para a minha mãe” - P4).

Os participantes com PRRP resolvidos mencionam como fatores determinantes para o fim da relação marital aspetos relacionados com a família do companheiro, (e.g., “Depois foi-se complexificando porque veio viver connosco o filho adolescente, o Y, de um dia para o outro” - P11; “E o problema é que ele tem uma mãe um bocado complicada. A senhora, além de ter um nível de narcisismo extremo, é extremamente manipuladora”, “Portanto, digo isto, mas eu no fundo, eu costumo dizer, eu era a amante” - P9)

Outros motivos identificados, neste segmento da amostra, relacionam-se com um único episódio de agressão, (e.g., “Depois ela afastou-se, depois veio e eu tive uma reação infantil, de ameaça. E estiquei o pé e bati-lhe na barriga e magoei-a, assim com força” - P10).

A pré-existência de doença mental, a questão financeira e ainda o facto de não estarem bem na relação são outros motivos mencionados, (e.g., “O pai foi ficando com menos emprego,

(...) e entrou numa depressão” - P11; “E não ganhei dinheiro e a Z sustentou a casa com o trabalho que ela manteve” - P10. (c.f. tabela 8).

Tabela 8

Resultados das subcategorias relativas aos motivos do divórcio

Subcategorias	PRRP resolvidos (n=4)	Exemplos	PRRP em conflito (n=7)	Exemplos
Adição	(fo= 0;0%)	-	(fo= 10; 1%)	"No entanto, nos últimos quatro anos para cá, ela começou com essa coisa do ritmo da bebedeira" (sic.) (Homem, 2 filhos em comum) P2
Problemas Psicológicos	(fo= 14; 4%)	" Ele foi ficando mais deprimido e depois zangado. E a nossa comunicação deixou de funcionar" (sic.) (Mulher, 1 filho em comum) P11	(fo= 31; 3%)	" Eu estava há seis meses trancada dentro de casa. Eu tive ataques de pânico" (sic.) (Mulher, 1 filho em comum) P7
Outros	(fo= 39; 10%)	"Mas acho que também, muitas vezes, não era necessário, porque eu não gosto muito da reação extrema. Porque, quer dizer, não havia ali, amor, atenção" (sic.) (Homem, 1 filho em comum) P8	(fo= 63; 5%)	"Então lá está, são problemas imensos para depois eu descobrir uma traição, então isso foi o fim, a gota de água" (sic.) (Homem, 2 filhos em comum) P2

Relativamente ao impacto do divórcio a diferença encontrada entre os segmentos da amostra é significativa, o impacto negativo na subcategoria saúde mental e física, bem como o impacto financeiro e sobrecarga é mais elevado nos participantes PRRP em conflito, (e.g., “Cameu a minha cabeça” - P2; “Fui várias vezes, com ataques, com dores no peito, ataques de ansiedade, fui várias vezes para o hospital” - P3; “Tenho o victan®, continuo a ter o victan® como SOS e tomo também a paroxetina”, “A outra advogada oficiosa não tem custas nenhuma, mas a outra tem, é uma grande sobrecarga” - P4; “Eu venho-me embora no dia, venho-me embora em dezembro, deixei tudo, não trouxe rigorosamente nada, deixei o negócio, que estava feito e que eu ainda hoje acho que tem, digo eu, deixei carros, deixei casa, deixei tudo, não trouxe nada” - P3).

Os pais separados com PRRP resolvidos mostraram vivenciar impactos mais positivos, (e.g., “o impacto positivo foi o fim de um estado de alerta, de um estado de tensão constante” - P8; “desde que ele saiu de casa da mãe, eu noto menina muito mais calma, muito mais segura” - P9; “Eu, eu estou bastante bem comigo próprio” - P10; “Acabava por ter mais disponibilidade emocional, apesar de ter mais trabalho físico e mais cuidados, mais dias” - P11) (c.f. tabela 9).

Tabela 9

Resultados das subcategorias mais relevantes relativas a impacto do divórcio

Subcategorias	PRRP resolvidos (n=4)	Exemplos	PRRP em conflito (n=7)	Exemplos
Impacto positivo	(fo = 14; 4%)	"Ele de repente começou a trabalhar muito fora. Mas eu sentia mais energia" (sic.) (Mulher, 1 filho em comum) P9	(fo = 14; 1%)	"Muito bem, deixei de estar com ele, deixei de ter essa necessidade" (sic.) (Mulher, 2 filhos em comum) P4
Impacto negativo: total	(fo = 68; 18%)		(fo = 416; 34%)	
Impacto negativo: “Sentimentos”	(fo = 50; 13%)	“A mim foi, foi a perda, foi a perda diária da W” (sic.) (Homem, 1 filho em comum) P8	(fo = 152; 12%)	“Oh filha só estou cansado, deixe-me chorar no meu canto” (sic.) (Homem, 2 filhos em comum) P2
Impacto negativo: Saúde mental/física	(fo= 13; 3%)	"Deixa muito perturbada porque ela a mim afetou-me muito e eu não vou deixar que o faça com a minha filha" (sic.) (Mulher, 1 filho em comum) P9	(fo= 162; 13%)	" E pânico e às vezes cheguei a um momento que gritava e chorava de pânico, a tremer toda no chão" (sic.) (Mulher, 1 filho em comum P7
Impacto negativo: Financeiro	(fo= 4; 1%)	“E depois da separação, a sobrecarga financeira, obviamente, não é?” (sic.) (Mulher, 1 filho em comum) P11	(fo= 24; 2%)	" Mas é uma grande sobrecarga"(sic.) (Mulher, 2 filhos em comum P4

Questão 2. Qual a vivência do conflito interparental e seu impacto em si e nos filhos em comum?

A vivência do conflito interparental é existente na relação marital, divórcio e coparentalidade. Surgindo acompanhado com a violência e a triangulação na categoria da

coparentalidade. Destaca-se o conflito prévio marital ($n=7$, 54 ocorrências), a violência doméstica ($n=7$, 80 ocorrências) e sobretudo o conflito divórcio ($n=7$, 44 ocorrências) acentuado pelo processo de litígio em tribunal ao longo do tempo.

Importa também mencionar que na coparentalidade, o conflito ($n=7$, 68 ocorrências), a violência ($n=7$, 42 ocorrências) e triangulação ($n=7$, 43 ocorrências) são mais prevalentes nos discursos dos participantes do G1 com PRRP em tribunal.

Ao falarmos de conflito interparental e nomeadamente quando este é frequente e/ou intenso, verificamos a existência de condições psicológicas negativas. São mencionados aspetos relacionados com stresse prolongado, exaustão emocional, ansiedade e depressão, (e.g., “Aquilo causava-me uma tristeza enorme que perdia a capacidade de trabalhar” - P3; “Sentia-me completamente limitada e aquilo para mim e matar-me” - P9).

Sintomas externalizados dos filhos são mencionados com maior prevalência pelos pais em PRRP em tribunal (e.g., “O comportamento dentro das aulas, o desrespeito às vezes até para o próprio professor, que eu não lhe admito” - P6; “Ela entendeu que eu estou a ser culpado pela mãe, pelas notas más, teve 6 negativas” - P2).

Na tabela 10 apresentamos os resultados da nossa pesquisa relativamente às subcategorias “conflito”, “violência” e “harmonia” nos vários momentos do processo.

Tabela 10*Resultados para conflito, violência e harmonia*

Subcategorias	PRRP resolvidos (n=4)	Exemplos	PRRP em conflito (n=7)	Exemplos
Conflito relação marital	(fo= 7; 2%)	"Depois ela ficou grávida e também veio o meu filho viver connosco. E isso, isso logo criou uma desestabilização enorme" (sic.) (Homem, 1 filho em comum) P10	(fo= 54; 4%)	"Nós já vivíamos na mesma casa, mas em espaços diferentes" (sic.) (Homem, 1 filho em comum) P6
Harmonia relação marital	(fo= 14; 4%)	"A relação era excelente. Sempre tivemos ideias comuns, objetivos comuns. Sempre nos demos bem" (sic.) (Mulher, 1 filho em comum) P9	(fo= 13; 1%)	"Enquanto lá vivi, os primeiros tempos foi tudo muito bem" (sic.) (Homem 32, 1 filho em comum) P5
Violência relação marital	(fo=3; 1%)	"E o que acabou por trazer ali o ponto final dessa história foi uma agressão do a mim, física e, pronto, para mim foi o limite, o meu limite" (sic.) (Mulher, 1 filho em comum) P11	(fo=80; 6%)	"Ele já me tinha agredido fisicamente com empurrões e uma vez com o comando da televisão" (Mulher, 2 filhos em comum) P4
Conflito Divórcio	(fo= 0; 0%)	-	(fo= 44; 3%)	"E no meio deste conflito, deste, desta situação, houve alguns conflitos e a mãe decidiu dar entrada com um processo" (sic.) (Homem, 1 filho em comum) P6
Conflito cooparentalidade	(fo= 0; 0%)	-	(fo= 68; 6%)	"Ele desde maio nunca mais saiu com o pai, não quis atender telefonemas ao pai, não responde ao pai" (sic.) (Mulher, 3 filhos em comum) P1
Violência cooparentalidade	(fo= 0; 0%)		(fo=42; 3%)	"Ela cuspiu-me nesse dia a frente do meu filho. Sim, cuspiu-me.

				Começou a chamar-me nomes” (sic.) (Homem, 1 filho em comum) P6
Cooperação cooparentalidade	(fo= 46; 12%)	“Sempre disse que estamos abertos a fazer alterações, mas não é preciso porque chegamos facilmente a acordo” (sic.) (Mulher, 1 filho em comum) P9	(fo=15; 1%)	“Depois da guarda partilhada, a nossa relação começou a correr muito melhor” (sic.) (Homem, 1 filho em comum) P6

Questão 3. Quais as emoções e estratégias de autorregulação e de adaptação adotadas?

No que concerne ao modo como os participantes sentem o divórcio, os participantes com PRRP em tribunal evidenciam medo ($n=7$, 63 ocorrências), revolta ($n=7$, 50 ocorrências), injustiça ($n=7$, 41 ocorrências), tristeza ($n=7$, 29 ocorrências) e raiva ($n=7$, 39 ocorrências), sendo o sentimento de alívio o menos encontrado nos seus discursos ($n=7$, 14 ocorrências).

Nos participantes com PRRP resolvidos, sentimentos de revolta e raiva apesar de mencionadas são muito residuais, não evidenciando relevância pelos participantes ao longo das entrevistas. Foi ainda detetada a prevalência da subcategoria Alívio em G2 (14 ocorrências quando o valor proporcional seria 8).

Ainda a injustiça ($n=4$, 24 ocorrências), a tristeza ($n=4$, 14 ocorrências) e o medo ($n=4$, 8 ocorrências) são os mais encontrados no discurso (c.f. tabela 11).

Tabela 11*Resultados das subcategorias relativos a Impacto negativo: “Sentimentos”*

Subcategorias	PRRP resolvidos (n=4)	Exemplos	PRRP em conflito (n=7)	Exemplos
Alívio	(fo= 14; 4%)	“Depois arranjei um quarto e, de certa forma, senti uma libertação” (sic.) (Homem, 1 filho em comum) P10	(fo= 14; 1%)	“Sim, sim, acho que sim. Acho que é mais positivo. É muito mais positivo” (sic.) (Mulher, 3 filhos em comum) P3
Injustiça	(fo= 24; 6%)	“Nessa fase foi mesmo difícil. Eu danço, não conseguia dançar, também sentia que não era justo, não é? (sic.) (Mulher, 1 filho em comum) P11	(fo= 41; 3%)	"Mas aqui não, aqui não é o caso, porque eu quero saber do meu filho, eu quero estar com o meu filho. É muito injusto, é muito injusto" (sic.) (1 filho em comum) P5
Raiva	(fo= 1; 0.33%)	"Depois da separação, é claro que eu fiquei zangada com o que aconteceu" (sic.) (Mulher, 1 filho em comum) P11	(fo= 39; 3%)	"No outro dia os meus filhos presenciaram eu a tirar dois dentes de raiva. Comecei a ranger, a abanar, depois arranquei os dentes" (sic.) (Homem, 2 filhos em comum) P2
Revolta	(fo= 3; 1%)	"Para ela, principalmente. Tipo, Agora eu sustento a casa toda" (sic.) (Homem, 1 filho em comum) P10	(fo= 50; 4%)	"São invenções. Portanto, ela tem de provar, porque se ela não o provar ainda vou pedir indemnização sobre isso. Isso é uma calúnia enorme que estava a dizer, a fazer-me de criminoso que não sou" (sic.) (Homem, 2 filhos em comum) P2
Tristeza	(fo= 14; 4%)	"A V sentia muita falta do pai, chorava muito e eu não a conseguia consolar" (sic.) (Mulher, 1 filho em comum) P11	(fo= 29; 2%)	" Eu às vezes pensava que já não vou conseguir chorar mais porque já não tenho mais lágrimas para deitar mas era mentira" (Mulher, 3 filhos em comum) P1
Medo	(fo= 8; 2%)	"Tinha, tinha muito medo de depois me sentir muito sozinha porque ficar com a M, não é?" (sic.) (Mulher, 1 filho em comum) P11	(fo= 63; 5%)	"Houve alturas que sentia medo de estar sozinha, de sair à noite sozinha porque não sabia o que poderia acontecer" (sic.) (Mulher, 3 filhos em comum) P1

Os participantes envolvidos em processos judiciais revelam estratégias de autorregulação ineficazes, (e.g., “Por exemplo, não tinha essa capacidade, perdia completamente, porque ficava muito naqueles meus pensamentos e aquilo era muito difícil.

Isolava-me imenso, sem dúvida”, “Então, há dias que eu ando por aí e depois é um problema, desde que isso aconteceu, essa separação, são dias e noites, a hora que me acalmo é quando estou a ouvir músicas, se eu gostar da música, se eu não gostar vai-me buscar a memória outra vez” - P2; “São coisas que acontecem no dia a dia. Recebo uma mensagem dela, é o suficiente para falar o dia inteiro sozinho” - P3; “É uma coisa que me deixa louco, comigo ou com outra pessoa qualquer, fico maluco. Não consigo lidar”, “Eu fiz durante algum tempo, fiz psicoterapia. Depois da separação.... Acho que ajuda, mas é um processo muito lento. Tive uns meses, fiz uns meses, fiz pouco tempo e depois havia covid, fazia-se por videoconferência. Ajudava, sentia-me mais leve no fim”- P3; “Sinto que preciso de ajuda psicológica, principalmente para mim. Tentar entender certas questões da minha vida, como lidar com a situação dos meus filhos” - P2).

Contrariamente, os participantes com PRRP resolvidos adotam estratégias de autorregulação eficazes. A prevalência da subcategoria Autoregulação:coping é de 25 ocorrências quando o valor proporcional seria 12.

A procura de apoio e estratégias de autocuidado revelam ser um fator determinante na recuperação da saúde mental após a rutura conjugal e são promotoras de uma coparentalidade de cooperação, (eg., “Doutora, eu muito sinceramente, quando nos separamos andei em sessões em terapia” - P9; “Às vezes coisas tão simples como, no fim do dia, está entregue, está deitada, está tudo tratado, então, eu escolho uma coisa que eu quero fazer por mim, ou ler um livro ou ver um conteúdo” - P11; Mas ao fim de meio ano disseram-nos que já estava muito bem, já se conseguia manobrar”, “Doutora, não é difícil porque há uma resignação da minha parte, não é? Há uma resignação da minha parte. Eu penso muitas vezes” - P8; “logo depois da separação, eu fiz um workshop online e estou a fazer um programa de transformação da criança interior”, “Aquela criança que eu fui, que foi negligenciada, e por aí fora. Ser eu agora a cuidar dela” - P10; “E foi mais uma escolha do que é que eu quero viver para mim e também sei o quanto é importante estarmos bem como pais, para estarmos para os nossos filhos”, “Coloquei mais limites no trabalho, que não tive hipótese, portanto, trabalhei menos. Tentava dormir”, “A minha regulação, portanto, amigos, pedir para falar com amigos” - P11).

As sínteses dos resultados a esta questão podem ser observadas na tabela 12, com predominância na aquisição de estratégias eficazes para um ajustamento psicológico adaptativo, por participantes do sexo feminino.

Tabela 12*Resultados das subcategorias relativas às estratégias de autorregulação*

Subcategorias	PRRP resolvidos (n=4)	Exemplos	PRRP em conflito (n=7)	Exemplos
Estratégias de <i>coping</i>	(fo= 25; 7%)	"E essa é uma estratégia importante para mim, faço Biodanza, que é uma das coisas de autocuidado que eu tenho comigo" (sic.) (Mulher, 1 filho em comum) P11	(fo= 21; 2%)	"Sinto-me recuperada neste aspeto, não sinto mais depressão, sinto às vezes mais ansiedade, mas já sei controlar, já sei quando aparece" (sic.) (Mulher, 1 filho em comum) P7
Estratégias de autorregulação Emocional	(fo= 10; 3%)	"Mas também tive assim um episódio de grande compaixão, porque o H é um homem decente. E a pensar que pessoas boas fazem porcarias, fazem coisas que não funcionam, fazem asneiras" (sic.) (Mulher, 1 filho em comum) P11	(fo= 15; 1%)	"Sim, e logo consigo detetar o que eu sinto. Sinto a ansiedade, tenho de acalmar" (sic.) (Mulher, 1 filho em comum) P7

Questão 4. Como é que os participantes percecionam o suporte social existente?

No que diz respeito às diferenças existentes em função do suporte percecionado pelos participantes, encontraram-se algumas diferenças no discurso entre os participantes PRRP resolvidos e os participantes PRRP em conflito. São estes últimos que mais centram o seu discurso no suporte limitado, (e.g., "Quando não há ajudas é muito complicado" - P1; "Nunca tive aqui a família, conto com os meus filhos" - P2; "Não queria deixá-lo com os meus familiares porque eu também não tinha, aquele... o meu seio familiar não era muito bom" - P5; "Eu não tenho ninguém. Eu estou sozinha, completamente, eu não tenho" - P7).

Contrariamente, os participantes com PRRP resolvidos centram mais o seu discurso no suporte de natureza positiva, (e.g., "olha, vai passear com a avó e com o avô" - P8; "Este momento, temporariamente, voltei ao apartamento dos meus pais" - P9; "Está a dar-me imenso suporte" - P10; "Devia ser proibido os pais estarem sozinhos a cuidar de filhos, não é? E um dos recursos é juntar outros pais" - P11) (c.f. tabela 13).

Tabela 13*Resultados da subcategoria relativa ao suporte*

Subcategorias	PRRP resolvidos (n=4)	Exemplos	PRRP em conflito (n=7)	Exemplos
Suporte social	(fo= 23; 6%)	"Outras mães foram muitas vezes suporte para ficar com a M Sair com outras mães, brincarmos juntos" (sic.) (Mulher, 1 filho em comum) P11	(fo= 81; 6%)	"Os meus apoios são, ou vou falar com a Doutora ou falar com a polícia, falar com o Juíz e se isso correr mal já não há apoio" (sic.) (Homem, 2 filhos em comum) P2

Questão 5. Qual a perceção de parentalidade e de coparentalidade?

Relativamente a esta questão de investigação, que se foca no modo como os participantes percecionam a parentalidade e a coparentalidade verificámos que existe uma menor quantidade de participantes a abordar a coparentalidade (G1: n=7, 244 ocorrências); (G2: n=4, 90 ocorrências) em detrimento da parentalidade (G1: n=7, 188; ocorrências; (G2: n=4, 54; ocorrências).

Nota-se também que o conteúdo coparentalidade:cooperação é altamente prevalente em G2 (46 ocorrências sendo o valor proporcional 8,57), o que revela a valorização deste conteúdo entre os participantes de G2, assim como o fato da regulamentação das responsabilidades parentais ter sido amigável, poderá ter facilitado a superação de algumas situações conflituosas anteriores.

Na categoria “estilos parentais”, observou-se sentimentos e estilos distintos entre os participantes, sendo que, antes do divórcio existiram comportamentos contrários dos pais em relação aos filhos, de mau pai, pouca presença (e.g., “É assim, ele nunca foi um bom pai, não posso dizer que foi um bom pai, porque não foi” - P1), e após o divórcio, sem rotinas, e num sentimento de revolta, de não aceitação e afastamento, (e.g., “Agora temos estado ao domingo. Então, eu ia buscá-los a escola, mas eles não queriam vir, mas ia lá todas as quartas-feiras, religiosamente. Depois, a juíza decretou que não podia ser” - P3; “Não, não, quiseram ficar com o pai, sim. Nem estive, pronto, eu tentei falar com eles, depois já bloquearam o telefone” - P4; “Claro, claro, claro, acho, acho que é fundamental para ela de estar com o pai, não é? De passar tempo com o pai, com o pai e com a mãe. Isso, há muitos exemplos de pais que desaparecem, não é? Pelas mais variadas razões” - P10).

A parentalidade é ainda percecionada como a responsabilidade dos pais na criação dos filhos, (e.g., “Vamos lá ver uma coisa, se eles forem habituados desde pequeninos a terem regras, é muito mais fácil quando chegarem à vida adulta, porque já estão habituados às regras do que ser um choque, caírem de paraquedas nas regras” - P1. Por vezes, o estilo parental é divergente entre progenitores, (eg., “Eu estou sempre atenta e dou espaço para brincar, para estar. Mas sendo preciso intervir, eu estou lá. Mas sim, sou protetora. Sou, porque acho que sou protetora e, lá esta, é o busílis da questão entre mim e o MA” - P9).

Em termos de coparentalidade, pode-se aferir que as principais subcategorias identificadas são a comunicação, conflitos, triangulação e alguma relação de cooperação e violência.

São os participantes com PRRP resolvidos que referem existir boa relação coparental pós-separação, (e.g., “Fomos de férias juntos. No meio disto tudo, os dois, por proposta minha, mas os dois concordamos e a M pediu isso” - P11; “Nós estávamos muito de acordo nesse aspeto, e estamos, de ela se desenvolver dentro daquilo que para ela funciona e faz sentido” – P10; “O que eu fiz foi tentar empurrar a minha filha para o pai, porque não quero a minha filha órfã de pai vivo, de maneira nenhuma” - P9; “Ela sabe que eu fui ao CAFAP na sexta-feira preencher o inquérito e eu sei que ela foi na quinta. Tudo bem, damo-nos relativamente bem” - P10).

Contrariamente, os participantes com PRRP em conflito, referem o aparecimento de dificuldades ao nível do diálogo e partilha de responsabilidades, (e.g., “Normalmente não tenho de falar com pessoas que me tentam agredir, tentam matar, com quem me aponta uma faca a cabeça a querer matar-me” - P1; “Ainda recentemente enviei-lhe mensagem. Depois percebi que não recebia porque ela bloqueou-me o número. Lá enviei email, lá me respondeu depois ao email. Mas isto não é exequível para uma guarda partilhada” - P6). (c.f. tabela 14)

O PRRP em curso no Tribunal de Família e Menores, em alguns casos, arrasta-se no tempo há mais de uma década, o que contribui para o aumento e escalada do conflito interparental, os pais usam o Tribunal como suporte, defesa e ataque ao invés da comunicação pessoal ou com o auxílio dos advogados, ou processo de mediação, pois a comunicação deixou de ser possível.

Tabela 14*Resultados das subcategorias relativas a parentalidade e coparentalidade*

Subcategorias	PRRPresolvidos (n=4)	Exemplos	PRRP em conflito (n=7)	Exemplos
Parentalidade: Estilos parentais	(fo=54; 15%)	“Optámos que eu ficasse em casa e a M não foi a uma creche, porque achamos que era melhor estar com a família com essa idade” (sic.) (Homem, 1 filho em comum) P10	(fo= 188; 14%)	“Conseguimos ir lanchar e falar um bocadinho do futsal da escola” (sic.) (Mulher, 2 filhos em comum) P4
Comunicação	(fo= 18; 5%)	“Eu falo com a todos os dias, duas ou três vezes ao dia, por isso, ela sabe que eu estou, se se lembrar, ela sabe que eu estou a falar consigo” (sic.) (Homem, 1 filho em comum) P8	(fo= 46; 4%)	“Agora quando ela disse “os vossos contactos são só por email, nada de telefonemas” (sic.) (Mulher, 2 filhos em comum) P4
Conflito	(fo= 0; 0%)	-	(fo= 68; 6%)	“Tive conflito na rua e no fim de conflito, eu consegui tirá-lo” (sic.) (Mulher, 1 filho em comum) P7
Cooperação	(fo= 46; 12%)	“Nós conseguimos conversar...comunicamos... sempre e temo-nos respeitado bastante” (sic.) (Mulher, 1 filho em comum) P11	(fo=15; 1%)	“A partir deste momento, as coisas apaziguaram de certa forma. Não houve aqui muitos, muitos ou quase nenhuns conflitos” (sic.) (Homem, 1 filho em comum) P6
Triangulação	(fo = 0; 0%)	-	(fo = 43; 3%)	“Eu conheço a R e sei que se ela começa com estas coisas, eu vou estar entalado, que ela vai-me envenenar os miúdos” (sic.) (Homem, 3 filhos em comum) P3
Violência	(fo = 0; 0%)		(fo= 42; 3%)	“Basicamente, 69quilo deu para lá um grande sururu, e eu fui julgado e acusado por agressão ao meu filho” (sic.) (Homem, 3 filhos em comum) P3

Parte IV

DISCUSSÃO

4.1 Vivência e impacto da separação/divórcio

Sintetizando resultados das cinco questões deste estudo, é possível destacar alguns aspectos predominantes.

Na primeira questão de investigação, “Qual a vivência da separação ou divórcio e o seu impacto?”, conforme demonstrado o tema do divórcio é prevalente às questões da coparentalidade. Os pais separados em elevado conflito em litígio com PRRP em tribunal – G1, mencionam nos seus discursos maioritariamente os motivos da separação/divórcio e denotam problemas de comunicação acentuados no processo de regulação das responsabilidades parentais (Cummings, 1998; Robalo, 2018).

Este é um processo doloroso para os participantes, (Holmes & Rahe, 1967; Amato, 2010; McGoldrick & Shibusawa, 2016; Roizblatt et al., 2018) e desencadeado por motivos de conflito familiar, conflito interparental (Birbaum & McTavish, 2001; Austin & Drozd, 2013), traição, abuso de substâncias (Karake, 2020), problemas psicológicos dos companheiros associada aos estilos parentais e vivenciais na infância traumáticas (Greene et al., 2020; González-Araya et al., 2023; Khraisha et al., 2024).

No presente estudo foram identificadas com maior destaque ao longo das entrevistas a depressão, ansiedade, perturbação de pânico e violência no G1 (Hald et al., 2022).

A questão financeira e não estarem bem na relação foi evidenciado pelos pais com PRRP resolvidos – G2. A literatura menciona que outros dos motivos para a rutura conjugal tem como base apenas a ausência de interesse e insatisfação pessoal, excluindo o conflito e a violência (Hawkins et al., 2012). Confirmou-se esta afirmação neste estudo. A vivência do divórcio pode variar significativamente com base em fatores como a idade dos filhos, o número de filhos e se as famílias são reconstituídas ou não (Pires & Mourão, 2023). No presente estudo, os participantes do G2 tem apenas 1 filho menor com idade entre os 4 e os 6 anos e pelos discursos apresentados existiram mudanças emocionais iniciais, de insegurança e tristeza nos mesmos.

Leon e Cole (2016) descobriram que crianças podem apresentar reações emocionais, como sentimentos de culpa e medo de abandono, que têm um impacto negativo na sua capacidade de desenvolver competências sociais. Os participantes do G1 tem filhos de 8 aos 16 anos, que apesar de terem uma compreensão mais completa do divórcio, enfrentam desafios emocionais, como raiva, tristeza e culpa.

Relativamente ao número de filhos que também pode influenciar a dinâmica do divórcio (Amato, 2010), constatou-se que os pais com vários filhos obtiveram uma maior complicação na gestão dos mesmos, por reagirem de maneiras diferentes ao divórcio.

Apurou-se igualmente que quando as famílias se reconstituem após o divórcio, isso adiciona uma camada extra de complexidade díades com PRRP em tribunal, destacando-se problemas graves de comunicação e coparentalidade não colaborativa (D'Onofrio & Emery, 2019).

Relativamente ao impacto do divórcio, os discursos dos participantes com PRRP em tribunal, engloba referências negativas relativas à saúde mental e física dos pais e filhos.

Vários estudos evidenciam que adultos separados constituem uma população com saúde mental e física mais deficitária (Molgora et al., 2014; Alpaslan, 2018). Os participantes com PRRP em tribunal evidenciaram altos níveis de stresse prolongado causados pela durabilidade do conflito, ansiedade, humor depressivo, perda de memória e alterações de sono (Hald et al., 2022; Pires & Gamboa, 2022; Pellón, & Cormenzana, 2024).

Outros autores apontam as alterações de comportamento e problemas internalizados como consequência do divórcio nas crianças, sobretudo quando existe elevado conflito interparental (Achenbach & Rescorla, 2001; Amato et al., 2010/2011; Carter, 2011; Achenbach et al., 2016; Lamela et al., 2016; Sorek, 2019; Pires & Martins, 2021). Leon e Cole, 2016; Kravdal e Grundy, 2019; Pires e Martins, 2021, mencionam que até aos 10 anos, as crianças podem ter reações emocionais com sentimentos de culpa, medo de abandono e quando vivenciam o divórcio dos pais em idades mais jovens sinalizam menor bem-estar.

Nos participantes com PRRP resolvidos, por terem mais recursos emocionais, as mudanças provocadas pela separação demonstram ser mais positivas para pais e filhos, beneficiando a dinâmica coparental e relacional (Hetherington & Kelly, 2002, Lamela, 2009; Lamela, Castro & Figueiredo, 2010; D'Onofrio & Emery, 2019).

Graff-Reed (2004) oferece uma visão que destaca o potencial de crescimento pessoal e melhoria na qualidade de vida após o divórcio. Esta perspetiva é prevalente nos participantes do G2 no presente estudo.

Clarke-Stewart e Brentano (2006) sugerem que, após os primeiros dois anos, há uma tendência de redução na intensidade do conflito entre os pais, o que pode facilitar um ajustamento mais eficaz. No entanto, esta realidade só foi observada no G2, pois os participantes envolvidos em processos de resolução de conflitos no tribunal enfrentam um aumento na escalada do conflito.

4.2 Vivência e impacto do conflito interparental

Quanto à segunda questão de investigação, “Qual a vivência do conflito interparental e seu impacto em si e nos filhos em comum?”

O Presente estudo identifica um elevado conflito interparental com a ocorrência de violência física e psicológica perpetrada sobretudo pelos participantes masculinos (Graham-Kevan & Archer, 2009), como momentos de desregulação emocional resultantes da escalada dos conflitos, culminando em atos prejudiciais de abuso verbal e corporal, com prevalência no G1. Costa et al (2015) observaram que os agressores são com prevalência do sexo masculino e são motivados pela necessidade de manter, controlar e proteger sua autoestima, o que amplia a complexidade destas dinâmicas.

Importa referir que em alguns casos do G1, os participantes do sexo feminino deixaram-se ficar no relacionamento por muitos anos neste contexto de violência por dependência emocional (Edwards et al., 2011).

Relativamente ao conflito interparental, neste grupo de participantes – G1, a vivência do mesmo é transversal desde a relação marital à coparentalidade e acentuado pelo processo de litígio em Tribunal de Família e Menores que em alguns casos arrasta-se no tempo há mais de uma década, o que contribui para o aumento e escalada do conflito interparental com prejuízo para a coparentalidade.

Ao falarmos de conflito interparental e nomeadamente quando este é frequente e/ou intenso, verificou-se a existência de condições psicológicas negativas. São mencionados com maior prevalência pelos pais em PRRP em tribunal aspetos relacionados com stresse prolongado, exaustão emocional, ansiedade e depressão nos pais e sintomas externalizados dos filhos menores (Lamela et al., 2016).

Este contexto, tal como mencionado no ponto 4.1, é propício a um descurar do apoio parental e de uma coparentalidade de cooperação diminuta, tal está associado a problemas internalizados. A este aspeto, Dorn e Schudlich (2021) mencionam que a idade e a capacidade das crianças para processar o conflito entre os pais são relevantes para a compreensão dos impactos. O estudo de Avci et al. (2021), que investigou o conflito parental pós-divórcio, concluiu que existe uma correlação positiva a níveis elevados de agressão, sintomas de ansiedade e depressão.

Além disso, o impacto do conflito interparental é crucial no bem-estar das crianças, em contraste com o tipo de dinâmica familiar pós-divórcio, que por si só não é prejudicial aos filhos, é o conflito interparental constante que tem um impacto fundamental no seu bem-estar (Melo & Mota, 2013). Isso sugere que, em alguns casos, o divórcio pode até reduzir a

exposição das crianças a conflitos prejudiciais. Com a inclusão de participantes sem conflito, foi possível validar esta afirmação por comparação aos participantes com conflito.

No presente estudo, os filhos menores dos participantes do G1 compreendem idades superiores aos quatro anos e apresentam desafios na adaptação (Stallman & Ohan, 2016), por terem sido expostos a conflito interparental, problemas de saúde mental e comportamentos aditivos dos pais (Champion, 2022).

Os prejuízos nas crianças muitas vezes ocorrem antes da consumação do divórcio, devido à convivência num ambiente de relação conjugal deteriorada e conflitos contínuos, não apenas como resultado do processo de divórcio em si (Resmini & Frizzo, 2018; Bastaits & Pasteels, 2019).

Neste estudo, é na coparentalidade que o conflito, a violência e triangulação são mais prevalentes nos discursos dos participantes com PRRP em tribunal. Os estudos indicam que o conflito parental deteriora a coparentalidade (Cummings et al., 2014; Lamela et al., 2016; Pires & Martins, 2021) e é neste envolvimento mútuo na formação dos filhos e apoio recíproco – a coparentalidade – que recai a maior preocupação com vista a diminuir os riscos de ajustamento à separação dos pais (Feinberg, 2003; Lamela & Figueiredo, 2016). Quando tal não sucede, torna-se relevante desencadear processos de mediação e de negociação entre os pais (Schabbel, 2005; Serrão, 2018).

Há evidências de várias intervenções que demonstraram eficácia na redução do conflito interparental e na melhoria da comunicação. Programas intensivos como os de Geurts et al. (2021), Martínez-Pampliega et al. (2015), e Merino et al. (2017), bem como intervenções mais recentes como as de Jam et al. (2021) e Paquin-Boudreau et al. (2021), têm sido eficazes na redução do estresse parental e na promoção de uma coparentalidade mais positiva.

Estudos qualitativos, como os de Glenn et al. (1999), Dygard et al. (2000), Brand et al. (2017), Treloar et al. (2019) e Kyle et al. (2020), destacam a importância da oferta de informações sobre conflito interparental, aquisição de habilidades de comunicação e coparentalidade, além de narrativas que revelam a capacidade dos pais de superarem dificuldades e encontrar novos significados em suas experiências após o divórcio. Esses estudos contribuem significativamente para a compreensão das experiências e necessidades dos pais em situação de divórcio de alto conflito, fornecendo *insights* valiosos para intervenções e práticas de apoio mais eficazes.

4.3 Estratégias de adaptação à separação ou divórcio

Quanto à terceira questão de investigação, “Quais as emoções e estratégias de autorregulação e de adaptação adotadas?”, os participantes com PRRP em tribunal evidenciam emoções e sentimentos de impacto negativo, medo, revolta, injustiça, tristeza e raiva. A investigação qualitativa de Damo e Cenci (2021), indica que o sentimento de libertação tende a assinalar a elaboração do divórcio emocional e que pode demorar a surgir, dependendo dos recursos internos dos envolvidos e da sua saúde mental. No caso do G1, o sentimento alívio é residual e a separação ocorreu há uma década.

Contrariamente, no discurso dos participantes com PRRP resolvidos, as emoções e sentimentos de impacto negativo são residuais, havendo referência à injustiça, tristeza e medo, mas de forma transitória. Foi ainda detetada uma prevalência da subcategoria Alívio com sentimentos de libertação percepção de bem-estar no G2. Neste contexto, Damo (2021), referencia o divórcio emocional como um percurso singular de elaboração da rutura conjugal, com fase inicial e final, onde residem os sentimentos acima mencionados.

No presente estudo, observa-se uma variação nos sentimentos entre os diferentes segmentos da amostra, atribuída em parte à presença de indicadores de menor saúde mental entre os participantes do G1. Tal é verificado de acordo com Aldao et al. (2010), mencionando que os sintomas depressivos, ansiedade e dificuldades emocionais podem aumentar o risco de adoção de estratégias menos adaptativas.

Assim, torna-se essencial mobilizar recursos psicológicos para enfrentar os sentimentos associados à perda do vínculo conjugal, facilitando assim a adaptação psicológica, beneficiando o estabelecimento de uma coparentalidade de cooperação (Lamela, 2009; Robalo, 2018; Roizblatt et al., 2018).

No presente estudo, os participantes com PRRP resolvidos adotam estratégias de autorregulação mais eficazes e estas são encontradas na literatura, e.g., Gross (2008) com a estratégia de focalização como eficaz para lidar com o stress emocional, a procura de informação como estratégia de regulação é discutida por Folkman e Lazarus (1988), enquanto o relaxamento é abordado por autores como Kabat-Zinn (1990) (in Goldin & Gross, 2010). Quanto à prática de exercício físico, estudo de O'Connor et al. (2021) ressaltam os seus benefícios na regulação do stresse e na promoção do bem-estar emocional.

As estratégias adotadas pelos participantes do G2 são a procura de sessões de terapia familiar, ler livros de desenvolvimento pessoal, participar em workshops de autoconhecimento, saber colocar limites no trabalho, respeitar o horário de descanso, de dormir, estar com amigos, praticar exercício físico e relaxamento. Tal poderá significar o

aumento da capacidade de ajustamento à separação ou divórcio e resiliência (Gross, 2015; Simione et al., 2021; Pires & Gamboa, 2022).

Ressalta-se o estudo de Kramrei et al. (2007) que determina o ajustamento como um processo psicológico que pode envolver a procura de apoio psicológico, familiares, amigos, redefinição de prioridades e reconstrução da identidade pessoal e social. A capacidade de adaptar-se emocionalmente está associada positivamente à saúde mental, de acordo com Kashdan e Rottenberg (2010). Os resultados destas investigações foram verificados no presente estudo - G2.

Contrariamente, os participantes envolvidos em processos judiciais revelam estratégias de autorregulação ineficazes (e.g., ouvir música que despoletava pensamentos distorcidos e ruminativos, desistência de acompanhamento psicoterapêutico, isolamento social, partilha de mau estar com os filhos menores, uso de substâncias ilícitas). A este tema, Pires e Gamboa (2022) indicam que as adoções de estratégias ineficazes originam agravamento na sintomatologia física e mental.

De acordo com o estudo de Williams e Cheadle (2016), há uma relação entre nível socioeconómico baixo e os sintomas como depressão, ansiedade e baixa autoestima, o que influencia o ajustamento psicológico à separação. No entanto, os resultados deste estudo apontam que o ajustamento psicológico parece estar a ser influenciado pelos recursos emocionais, história marital de harmonia, conflito, violência, pelas características pessoais dos pais e vivências da sua infância, em detrimento do nível socio cultural e educação.

Ainda, conforme observado por Zimmerman (2001), o número de filhos pode influenciar significativamente o ajustamento à separação ou divórcio, dificultando o distanciamento emocional do ex cônjuge. Neste estudo, no caso da díade com três filhos, tal não se verifica devido ao elevado conflito que parece ter-se tornado um escudo protetor à aproximação.

4.4. Suporte social

Na quarta questão de investigação, “Como é que os participantes percecionam o suporte social existente?”, os resultados apontam que a perceção de suporte social entre os participantes é uma questão complexa, que varia conforme a composição da rede social de cada indivíduo e da disponibilidade dos membros dessa rede em oferecer um suporte eficaz. Essa perceção de suporte tem um impacto notável na sobrecarga emocional experimentada pelos indivíduos durante e após o processo de separação ou divórcio.

A percepção de suporte entre os participantes PRRP em conflito é maioritariamente negativa, uma vez que o apoio familiar é precário ou mesmo inexistente, sendo nefasto para a sua qualidade de vida. Amato (2001) defende que o suporte social pode mitigar o impacto negativo do divórcio, oferecendo recursos emocionais, práticos e de informação para ajudar os indivíduos a lidarem com o stress e a incerteza associados à sua condição.

Além disso, Amato e Afifi (2006) encontraram evidências de que o suporte social está positivamente associado ao ajustamento pós-divórcio, incluindo menor depressão e maior satisfação com a vida. Tal é verificado nos participantes do G2 (e.g., voltaram a viver com os pais imediatamente a seguir à separação e/ou com família, obtiveram ajuda eficaz e tiveram momentos de qualidade em partilha com amigos).

Outro estudo, como o Umberson et al. (2020), destaca a relação entre suporte social e saúde mental, sugerindo que uma rede de apoio forte pode amortecer os efeitos negativos do stress associado ao divórcio. No presente estudo, o G2 evidencia um suporte mais robusto pela opção de procurarem formas de apoio à sua saúde mental.

O suporte prático, logístico e instrumental, conforme descrito por Thoits (2011), é reconhecido como uma estratégia importante para aliviar a carga mental e efetiva dos indivíduos, e isso é corroborado pelo discurso dos participantes em ambos os grupos.

Maioritariamente os resultados do G1 e parcialmente do G2, indicam desigualdade na distribuição das responsabilidades de suporte, com as mães a assumirem predominantemente a carga em termos de educação, ajustamento psicológico e social, apesar da presença de instituições específicas para oferecer suporte.

Além disso, a sobrecarga de responsabilidades nas mães pode causar stress, exaustão e dificuldades emocionais, comprometendo seu próprio bem-estar. Isso está em linha com as descobertas de Amato (2001), que destacou os desafios enfrentados pelos pais solteiros, especialmente as mães, em equilibrar suas próprias necessidades com as dos filhos.

Essa disparidade reflete a necessidade premente de uma distribuição mais equitativa das responsabilidades de coparentalidade. Em alguns casos, um dos pais distancia-se, deixando todas as responsabilidades para o outro, resultando na prevalência de relatos sobre essas ausências (Lamela et al., 2010; Alves et al., 2015; Andreasson & Johansson, 2019; Gadoni-Costa et al., 2015; Resmini & Frizzo, 2018).

Autores como Amato e Gilbreth (1999) e Nielsen et al. (2016) discutem a importância da coparentalidade equitativa para o bem-estar dos filhos após o divórcio. Quando um dos pais assume a maioria das responsabilidades de cuidado e educação, isso pode criar desequilíbrios na relação pai-filho, afetando o desenvolvimento emocional e psicológico do menor.

Maisel e Gable (2009) mencionam que quanto mais presente é a percepção de suporte, mais capaz o indivíduo se sente para enfrentar as exigências que enfrenta. Isso é confirmado pelos participantes que resolveram conflitos de PRRP, destacando a importância do suporte percebido na capacidade de lidar com o divórcio.

Contudo, embora haja suporte social disponível, tanto na rede externa quanto nos recursos internos, nem sempre isso é suficiente para estabilizar as emoções ou prevenir o surgimento de condições psicopatológicas. Autores como Leopold e Kalmijn (2016) destacam essa limitação, indicando a necessidade de intervenções mais especializadas para pais divorciados.

Lamela e Figueiredo (2016) também sublinham essa necessidade, reconhecendo os desafios específicos enfrentados por pais divorciados e enfatizando a importância de abordagens sensíveis e direcionadas para promover o bem-estar emocional e a cooperação na coparentalidade.

Nesse sentido, o Programa "Parentalidade Partilhada" pode representar uma iniciativa preventiva valiosa e também cumprindo a função de fornecer orientações e recursos adaptados às necessidades específicas dos pais divorciados em elevado conflito com PRRP em tribunal.

4.5. Percepção de Parentalidade e Coparentalidade

Por último, quanto à quinta questão de investigação, “Qual a percepção de parentalidade e de coparentalidade?”, verificou-se que a coparentalidade de cooperação é altamente prevalente entre os participantes com PRRP resolvidos, sugere-se que para tal tenha contribuído a qualidade inicial do relacionamento marital, o carácter amigável da regulamentação das responsabilidades parentais e a comunicação respeitosa. Relatam irem de férias juntos após a separação, comunicam diversas vezes por dia e promovem a presença do ex cônjuge na vida dos filhos. Estes resultados estão confirmados por estudos anteriores (Margolin et al., 2001; Feinberg, 2003; Christopher et al., 2015; Boing & Crepaldi, 2016) que têm explorado a dinâmica entre pais separados, destacando a coparentalidade cooperativa e o seu impacto (Malcore et al., 2010; Feinberg et al., 2012; Lamela et al., 2016).

Contrariamente, os participantes com PRRP em tribunal descrevem dificuldades de partilha de responsabilidades, desafios na comunicação de natureza conflituosa, centrando o seu discurso no merecimento em serem respeitados e a responsabilizar outros pelos problemas relacionais com os filhos (Amato, 2000; Ahrons, 2007; Mitcham & Henry, 2007; Hardesty et al., 2016).

Em ambas os contextos, o relacionamento da díade afeta o bem estar dos filhos e a relação mãe-filho/ pai-filho (e.g., Cummings e Davies, 2010 ; Christopher et al., 2015; Cowan et al, 2019).

O estudo qualitativo de Mohaupt e Duckert (2022) descreve que as narrativas de homens agressores não incluem elementos como o respeito e a empatia pelo desenvolvimento infantil. Neste estudo, verificou-se no discurso de alguns pais, apesar de agressores e com queixas-crime de violência física a filhos, elementos de vitimização e justificação dos atos violentos ao ex cônjuge de forma a voltarem a ter aproximação parental. A este aspeto, Margolin Gordis e John (2001), apontam para o fenómeno da triangulação onde existe uma aliança entre um dos progenitores e o filho, conduzindo à rejeição do outro elemento (Terres-Trindade & Mosmann, 2015).

Nos participantes do G1 são prevalentes a triangulação e o conflito interparental, sendo notório os problemas de ajustamento psicológico à nova condição pelas díades e pelos filhos (Amato, 2000; Mitcham & Henry, 2007; Teubert & Pinquart, 2010; Lamela et al., 2016; Pires & Martins, 2021). Outros autores, mencionam os efeitos da ausência paterna sobre o desenvolvimento das crianças (Bastais & Pasteels, 2019; Koster & Castro-Martin, 2021; Shorey & Baladram, 2024). Neste estudo, há evidências dos efeitos nefastos na saúde dos filhos menores dos participantes do G1, (eg.: ansiedade, isolamento, depressão) e externalizados (eg.: agitação, problemas de comportamento na escola, agressividade) (Goeke-Morey et al., 2013; Harold & Sellers, 2018).

As sintomatologias desenvolvidas pelos filhos do G1 são provenientes situações de conflito e violência contínuos, e segundo a literatura é mais provável que ocorra uma redução na capacidade de regulação emocional em todos os envolvidos e um ajustamento psicológico não adaptativo. Tal é confirmado pela literatura (e.g, Lamela et al., 2016; Barnes, 2020; Kopystynska et al., 2020).

Esta situação pode dificultar a prática de uma coparentalidade cooperativa, prejudicando a implementação da parentalidade partilhada, tanto em residência compartilhada quanto exclusiva com os filhos menores. A este aspeto, o presente estudo evidencia a dificuldade na implementação de parentalidade partilhada relativa ao G1.

Os participantes do G2 com uma coparentalidade de cooperação, partilharam a sua perceção de bem-estar relativa aos filhos dois anos após separação. Tal está mencionado, no estudo longitudinal de Ahrons (2007), onde destaca a influencia do relacionamento amigável contínuo entre os pais sobre o bem-estar dos filhos.

O tema da parentalidade foi menos prevalente que o da coparentalidade, observando-se discursos na categoria estilos parentais de natureza sentimental distinta entre os participantes. Enquanto em G1 prevaleceram discursos de intimidação, culpabilizantes, com ausência de pai ou mãe e com indicadores de ansiedade, no G2 os discursos foram caracterizados pela priorização dos filhos (Liu, 2018), proteção ao conflito, resultando numa facilitação ao ajustamento emocional.

Parte V

CONCLUSÃO

5.1 Conclusão

A investigação realizada teve como objetivo principal contribuir para a compreensão das vivências e impacto da separação/divórcio, estratégias de adaptação psicológica, vivência do conflito, da parentalidade e coparentalidade.

Adicionalmente explorámos as diferenças entre dois grupos de partida, G1 - pais em elevado conflito com PRRP em tribunal e G2 - pais com PRRP resolvido, pretendendo detetar, através de um estudo qualitativo, sobre a vivência subjetiva de díades parentais perante o processo de separação ou divórcio com filhos menores em comum, permitindo assim identificar fatores relevantes para os processos de adaptação psicológica, úteis para elaborar intervenções psicoeducativas, cujo objetivo seja ajudar a minimizar o impacto negativo na saúde mental, em prol do bem-estar familiar e do interesse supremo da criança.

Com a pesquisa do *corpus* das entrevistas, através do *software* AntConc, cruzada com a análise qualitativa de conteúdo de Bardin (2009), obtivemos dados empíricos relevantes e resultados que poderão beneficiar estudos futuros, esperando com isto contribuir para o estado da arte. Não cabendo aqui enumerar todos os aspetos que foi possível aferir com esta metodologia de análise, destacamos os seguintes:

Verificámos que as díades parentais do G1, em elevado conflito em litígio no tribunal, enfrentam desafios significativos ao lidar com a perda da relação marital, focam o seu discurso maioritariamente nas questões referentes ao divórcio da díade enquanto casal. Destacando-se problemas de comunicação e expressão emocional impulsiva e descontrolada, estratégias de coparentalidade negativa, com indicadores de menor saúde mental. O conflito prévio é acentuado pelos processos de litígio em tribunal ao longo do tempo.

Contrariamente, a relação pré-divórcio colaborativa com a respetiva ajuda terapêutica, perceção positiva de suporte social, demonstraram ser determinantes para atenuar o impacto psicológico negativo, e promovem uma coparentalidade de cooperação.

As características pessoais dos pais e a história relacional com o outro progenitor, contribuem para a existência de mais ou menos recursos para lidarem com a situação. O ajustamento psicológico parece estar a ser influenciado não tanto pelo nível educativo e socio cultural, mas sim pelos recursos emocionais.

O conflito prévio, a comunicação eficaz e estratégias de autorregulação são relevantes para o processo e ajustamento psicológico e saúde mental.

Os resultados apresentados como resposta às questões de investigação, permitem relacionar o ajustamento familiar ao divórcio à coparentalidade, constatando-se que a

qualidade das relações coparentais revela ter um papel mais influente no ajustamento psicológico do sistema familiar, do que a parentalidade (Feinberg et al., 2007).

5.2 Contribuições, limitações e sugestões

O presente estudo, está de acordo com a literatura e acrescenta estratégias provenientes da forma como os participantes vivenciam o processo de divórcio e o seu ajustamento psicológico. Os participantes do G1, instrumentalizam o tribunal, utilizam os meios legais para atingir o outro, não mitigam o conflito, mas aumentam-no. Nestes casos, onde existe conflito prévio, o tribunal tem servido para escalar o conflito.

Em termos de contributo prático, os resultados do presente estudo contribuem para o delineamento de um programa de intervenção junto de pais em conflito em situação de PRRP em Tribunal de Família e Menores, tendo em vista o melhor ajustamento, coparentalidade positiva, e promoção de competências de comunicação, gestão de conflito e autorregulação. Este conhecimento aprofundado das vivências subjetivas e processos de ajustamento pós-separação em dois grupos distintos de pais, são teoricamente relevantes para os modelos de conflito interparental e de ajustamento ao divórcio.

Tanto quanto sabemos, em Portugal existe apenas um estudo em torno do assunto que aqui abordámos. Esse trabalho foi realizado por Lamela et al. (2009).

Neste sentido, ao estarmos a elaborar uma intervenção centrada no grupo, acreditamos que esta metodologia poderá contribuir para a sua eficácia em termos de resultados, uma vez que parte da necessidade dos sujeitos.

Ainda, em termos da elaboração do programa de intervenção, podemos concluir que todos os temas descritos na literatura, foram confirmados, podendo ser adequados com alguma flexibilidade em termos de atividades e estrutura ao grupo, respondendo às necessidades, promovendo a envolvência dos elementos no mesmo e, possivelmente, a sua mudança psicológica.

Evidencia-se que o conteúdo das entrevistas é anónimo servindo apenas o objetivo de conhecimento do grupo e elaboração do programa de intervenção, não sendo de modo algum transmitido aos Juízes que encaminharam ou que se ocupam do processo em curso, de modo a estabelecer uma relação de confiança relevante para aliança terapêutica na intervenção.

Apesar das conclusões interessantes resultantes do presente estudo qualitativo, existem limitações que devem ser consideradas na leitura desta investigação. A dimensão do G2 - participantes com PRRP resolvidos é menor do que a do segmento do G1 – participantes com PRRP em curso no Tribunal de Família e Menores. Deste modo, considera-se que uma amostra

com semelhança numérica entre os grupos poderia contribuir para a sua equivalência e maior robustez, podendo fornecer resultados relativos a pais mais significativos e representativos da população separada/divorciada com e sem PRRP resolvidos. Apesar de esta limitação ter aqui sido minimizada calculando-se a proporcionalidade das ocorrências nos dois *subcorpora*, considera-se que os dados serão sempre mais precisos recorrendo a um *corpus* equilibrado e proporcional quanto ao perfil dos participantes.

Sugere-se como relevante a realização de uma análise de confronto entre os relatos das díades, dando a conhecer as percepções opostas do mesmo fenómeno – esta análise será executada na continuidade do presente estudo – a percepção individual dos elementos de cada díade parental permitirá compreender melhor a dinâmica complexa das interações no seio familiar e suas implicações no ajustamento.

Ressalta-se a importância da realização de estudos qualitativos e mistos para a compreensão dos processos de individuais, parentais e coparentais à separação ou divórcio com filhos em comum, permitindo uma aproximação à complexidade do fenómeno, retratando-o de forma mais rica e próxima da realidade das vivências individuais, com maior possibilidade de contornar a desejabilidade social.

Referências Bibliográficas

- Abrunhosa, C., Castro-Rodrigues, A., Cruz, A. R., Gonçalves, R. A. & Cunha, O. (2020). Crimes against women: From violence to homicide. *Journal of Interpersonal Violence* 36(23-24), 12973-12996. <https://doi.org/10.1177/0886260520905547>
- Achenbach, T. M. & Rescorla, L. A. (2001). *Manual for the ASEBA School-Age Forms and Profiles*. Burlington, University of Vermont Research Center for Children, Youth, & Families.
- Achenbach, T. M., Ivanova, M. Y., Rescorla, L. A., Turner, L. V. & Althoff, R. R. (2016). Internalizing/externalizing problems: Review and recommendations for clinical and research applications. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry* 55(8), 647-656. <https://doi.org/10.1016/j.jaac.2016.05.012>
- Ahrons, C. R. (2007). Family ties after divorce: Long-term implications for children. *Family Process* 46, 53-65. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2006.00191.x>
- Albertini, M. & Garriga, A. (2011). The effect of divorce on parent-child contacts: Evidence on two declining effect hypotheses. *European Societies* 13(2), 257-278. <https://doi.org/10.1080/14616696.2010.483002>
- Aldao, A., Nolen-Hoeksema, S. & Schweizer, S. (2010). Emotion-regulation strategies across psychopathology: A meta-analytic review. *Clinical Psychology Review* 30(2), 217-237. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2009.11.004>
- Aldao, A., Jazaieri, H., Goldin, P. R. & Gross, J. J. (2016). Adaptive and maladaptive emotion regulation strategies: Interactive effects during CBT for social anxiety disorder. *Journal of Anxiety Disorders* 28, 382-389. <https://doi.org/10.1016/j.janxdis.2014.03.005>
- Alpaslan, A. H. N. (2018). Reframing the death of the marital relationship as an opportunity for growth: a programme for facilitating post-divorce adjustment. *Social Work* 54(3), 308-326. <http://dx.doi.org/10.15270/52-2-651>
- Alves, A. P., Arpini, D. M., & Cúnico, S. D. (2015). Guarda compartilhada: Perspectivas e desafios diante da responsabilidade parental. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(3), 916-935. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000300008&lng=pt&tlng=p
- Amato, P. R. (2000). The consequences of divorce for adults and children. *Journal of Marriage and Family* 62(4), 1269-1287. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2000.01269.x>

- Amato, P. R. (2001). Children of divorce in the 1990s: An update of the Amato and Keith (1991) meta-analysis. *Journal of Family Psychology* 15(3), 355. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.15.3.355>
- Amato, P. R. (2010). Research on divorce: Continuing trends and new developments. *Journal of Marriage and Family* 72(3), 650-666. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00723.x>
- Amato, P. R., & Afifi, T. D. (2006). Feeling Caught Between Parents: Adult Children's Relations With Parents and Subjective Well-Being. *Journal of Marriage and Family*, 68(1), 222–235. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2006.00243.x>
- Amato, P. R., & Gilbreth, J. G. (1999). Nonresident fathers and children's well-being: A meta-analysis. *Journal of Marriage and the Family*, 557-573. <https://doi.org/10.2307/353560>
- Amato, P. R., Kane, J. B. & James, S. (2011). Reconsidering the good divorce. *Family Relations* 60, 511-524. <http://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2011.00666.x>
- Anderson, K. L. (2010). Conflict, power, and violence in families. *Journal of Marriage and Family* 72(3), 726-742. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00727.x>
- Andersson, G., Thomson, E. & Duntava, A. (2017). Life-table representations of family dynamics in the 21st century. *Demographic Research* 37(35), 1081-1230. <http://www.jstor.org/stable/26332222>
- Anthony, L. (2018) *AntConc* (Version 3.5.) [Computer Software]. Waseda University. <http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/>
- Auersperg, F., Vlasak, T., Ponocny, I. & Barth, A. (2019). Efeitos a longo prazo do divórcio parental na saúde mental - Uma meta-análise. *Jornal de Pesquisa Psiquiátrica* 119, 107-115. <https://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2019.09.011>
- Austin, W. G. & Drozd, L. M. (2013). Judge's bench book for application of the integrated framework for the assessment of intimate partner violence in child custody disputes. *Journal of Child Custody* 10(2), 99-119. <https://doi.org/10.1080/15379418.2013.796850>
- Avci, R., Adiguzel, A., Zeybek, S. U. & Çolakkadıoğlu, O. (2021). The role of post-divorce parental conflict in predicting aggression, anger, and symptoms of anxiety and depression among university students. *Journal of Divorce & Remarriage* 62(3), 199-215. <https://doi.org/10.1080/10502556.2021.1871830>
- Back, C. J. A., Anderson, E. R., O'Hara, K. L. & Benjamin, G. A. H. (2013). Patterns of intimate partner violence in a large, epidemiological sample of divorcing couples. *Journal of Family Psychology* 27(5), 743-753. <https://doi.org/10.1037/a0034182>

- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. ed. rev. e atual. Lisboa: Edições, 70.
- Barlow, D. H., Allen, L. B. & Choate, M. L. (2016). Toward a unified treatment for emotional disorders. *Behavior Therapy* 47(6), 838-853. <https://doi.org/10.1016/j.beth.2016.11.005>
- Dowling, E. & Barnes, G. G. (2020). *Working with children and parents through separation and divorce: the changing lives of children*. Bloomsbury Publishing.
- Bastais, K. & Pasteels, I. (2019). Is joint physical custody in the best interests of the child? Parent-child relationships and custodial arrangements. *Journal of Social and Personal Relationships* 36(11-12), 3752-3772. <https://doi.org/10.1177/0265407519838071>
- Benedini K. M., Fagan A. A. & Gibson C. L. (2018). The cycle of victimization: The relationship between childhood maltreatment and adolescent peer victimization. *Child Abuse and Neglect* 59, 111-121. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.08.003>
- Bevino, D. L. & Sharkin, B. S. (2003). Divorce Adjustment as a Function of Finding Meaning and Gender Differences. *Journal of Divorce & Remarriage* 39, 81-97. https://doi.org/10.1300/J087v39n03_04
- Bienertova-Vasku, J., Lenart, P. & Scheringer, M. (2020). Eustress and distress: neither good nor bad, but rather the same? *BioEssays: News and Reviews in Molecular, Cellular and Developmental Biology* 42(7). <https://doi.org/10.1002/bies.201900238>
- Birnbaum, R. & McTavish, W. A. (2001). *Post-separation visitation disputes: Differential interventions: Background paper*. Department of Justice Canada. https://www.justice.gc.ca/eng/rp-pr/fl-lf/divorce/2001_6/annex1.html
- Bitsola, P. I. & Kyranides, M. N. (2021). Relational aggression in romantic relationships: A study into gender differences, correlates and predictors. *Journal of European Psychology Students* 12(1), 16-26. <https://doi.org/10.5334/jeps.528>
- Blaisure, K. R. & Geasler, M. J. (2006). Educational interventions for separating and divorcing parents. Em M. A., Fine & J. H., Harvey (Eds). *Handbook of divorce and relationship dissolution*. (pp. 575-602). Routledge.
- Boing, E. & Crepaldi, M. A. (2016). Relação pais e filhos: Compreendendo o interjogo das relações parentais e coparentais. *Educar em Revista*, (59), 17-33. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.44615>
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: fundamentos, Métodos e técnicas*. (pp. 15-80). Porto Editora. https://www.academia.edu/6674293/Bogdan_Biklen_investigacao_qualitativa_em_educacao

- Bornstein, M. H. (2006). Parenting Science and Practice. Em K. A. Renninger, & I. E. Sigel (Eds.), *Handbook of Child Psychology: Vol 4. Child Psychology in Practice* (6 ed., pp. 893-949). Wiley.
- Brand, C., Howcroft, G. & Hoelson, C. N. (2017). The voice of the child in parental divorce: implications for clinical practice and mental health practitioners. *Journal of Child & Adolescent Mental Health* 29(2), 169-178. <https://doi.org/10.2989/17280583.2017.1345746>
- Canham, S. L., Mahmood, A., Stott, S., Sixsmith, J. & O'Rourke, N. (2014). 'Til divorce do us part: Marriage dissolution in later life. *Journal of Divorce & Remarriage* 55(8), 591-612. <https://doi.org/10.1080/10502556.2014.959097>
- Canfield, M., Radcliffe, P., Marlow, S., Boreham, M. & Gilchrist, G. (2017). Maternal substance use and child protection: A rapid evidence assessment of factors associated with loss of child care. *Child Abuse & Neglect* 70, 11-27. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.05.005>
- Carr, A. (2014). *Manual de psicologia clínica da criança e do adolescente: Uma abordagem contextual*. Psiquilibrios Edições.
- Carter, S. (2011). *Family restructuring therapy: Interventions with high conflict separations and divorces*. Unhooked Books.
- Champion, K.M. (2022). Intimate Partner Violence and Family Court. In: Geffner, R., White, J.W., Hamberger, L.K., Rosenbaum, A., Vaughan-Eden, V., Vieth, V.I. (eds) *Handbook of Interpersonal Violence and Abuse Across the Lifespan*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-89999-2_314
- Christopher, C., Wolchik, S., Tein, J.-Y., Carr, C., Mahrer, N. E. & Sandler, I. (2015). Long-term effects of a parenting preventive intervention on young adults' painful feelings about divorce. *Journal of Family Psychology* 31(7), 799-809. <https://doi.org/10.1037/fam0000325>
- Clarke-Stewart, A. & Brentano, C. (2006). *Divorce: Causes and consequences*. Yale University Press
- Costa, D., Soares, J., Lindert, J., Hatzidimitriadou, E., Sundin, Ö., Toth, O., Ioannidi-Kapolo, E. & Barros, H. (2015). Intimate partner violence: a study in men and women from six European countries. *International journal of public health* 60(4), 467-478. <https://doi.org/10.1007/s00038-015-0663-1>

- Coutinho, J., Ribeiro, E., Ferreirinha, R. & Dias, P. (2010). Versão portuguesa da escala de dificuldades de regulação emocional e sua relação com sintomas psicopatológicos. *Revista de Psiquiatria Clínica* 37(4), 145-151. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832010000400001>
- Cowan, P.A., Cowan, C.P., Kline Pruett, M. and Pruett, K. (2019) Fathers' and mothers' attachment styles, couple conflict, parenting quality, and children's behavior problems: an intervention test of mediation, *Attachment & Human Development*, 21(5): 532–50. doi: 10.1080/14616734.2019.1582600
- Cui, M. & Fincham, F. (2010). The differential effects of parental divorce and marital conflict on young adult romantic relationships. *Personal Relationships* 17(3), 331-343. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6811.2010.01279.x>
- Cummings, E. (1998). Children exposed to marital conflict and violence: Conceptual and theoretical directions. Em Holden, G.W., Geffner, R. & Jouriles, E. N. (Eds.). *Children exposed to marital violence: Theory, research and applied issues* (1ª ed., pp. 55-93). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/10257-002>
- Cummings, E. M., Cheung, R. Y., Koss, K. & Davies, P. T. (2014). Parental depressive symptoms and adolescent adjustment: A prospective test of an explanatory model for the role of marital conflict. *Journal of abnormal child psychology* 42, 1153-1166. <https://doi.org/10.1007/s10802-014-9860-2>
- Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2010). *Marital conflict and children: An emotional security perspective*. Guilford Press.
- Damo, D. D. (2021). *Quando o divórcio acontece só no papel: Contextualização, entendimento e intervenções para a elaboração do divórcio emocional* (1ªed.). Editora Appris.
- Damo, D. D. & Cenci, C. M. B. (2021). Emotional divorce: Similarities and differences according to the position occupied. *Trends in Psychology* 29(3), 505-518. <https://doi.org/10.1007/s43076-021-00088-w>
- Damota, G., M., Gebretsadik, A. D. & Nigatu, M. M. (2020). Lived Experiences of Divorced Women: Psychosocial Effects in Robe Town Oromia, South Eastern, Ethiopia. *Research Square*. <https://doi.org/10.21203/rs.3.rs-24235/v1>
- Denzin, K. & Lincoln, S. (2005). *The SAGE handbook of qualitative research* (3ª ed.). Sage
- Dogbey, A. E., Adangabe, A. A. & Kazi, F. (2022). Exploring the Experiences and Coping Strategies of Divorcees and their Children in Asogli State of the Volta Region.

- Integrated Journal for Research in Arts and Humanities* 2(3), 1-7.
<https://doi.org/10.55544/ijrah.2.3.21>
- Donahey, K. (2018). Effects of Divorce on Children: The Importance of Intervention. *Intuition: Brigham Young University's Undergraduate Journal of Psychology* 13.
<https://scholarsarchive.byu.edu/intuition/vol13/iss1/3>
- D'Onofrio, B. & Emery, R. (2019). Parental divorce or separation and children's mental health. *World psychiatry: official journal of the World Psychiatric Association (WPA)* 18(1), 100-101. <https://doi.org/10.1002/wps.20590>
- Dorn, O., Schudlich, T. D. R. (2021). The enduring effects of infant emotional security in influencing preschooler adaptation to interparental conflict. Em L., Benedetto & M. Ingrassia (Eds.), *Parenting: Studies by an Ecocultural and Transactional Perspective*. IntechOpen. <https://doi.org/10.5772/intechopen.91261>
- Dygdard, L., Thuen, F. & Solvang, P. (2000). An evaluation of divorce support groups: A qualitative approach. *Journal of Divorce and Remarriage* 32, 141-147.
https://doi.org/10.1300/J087v32n03_10
- Edwards, K. M., Gidycz, C. A. & Murphy, M. J. (2011). College women's stay/leave decisions in abusive dating relationships: A prospective analysis of an expanded investment model. *Journal of Interpersonal Violence* 26(7), 1446–1462.
<https://doi.org/10.1177/0886260510369131>
- Eisenberg, N., Cumberland, A., Spinrad, T. L., Fabes, R. A., Shepard, S. A., Reiser, M., Murphy, B. C., Losoya, S. H. & Guthrie, I. K. (2001). The relations of regulation and emotionality to children's externalizing and internalizing problem behavior. *Child development* 72(4), 1112-1134. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00337>
- Ellsberg, M., Arango, D. J., Morton, M., Gennari, F., Kiplesund, S., Contreras, M., Watts, C. (2015). Prevention of violence against women and girls: what does the evidence say? *The Lancet* 385(9977), 1555-1566. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(14\)61703-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(14)61703-7)
- Feinberg, M. E. (2003). The Internal Structure and Ecological Context of Coparenting: A Framework for Research and Intervention. *Parenting* 3(2), 95-131.
https://doi.org/10.1207/s15327922par0302_01
- Feinberg, M. E., Brown, L. D. & Kan, M. L. (2012). A Multi-Domain Self-Report Measure of Coparenting. *Parenting, science and practice* 12(1), 1–21.
<https://doi.org/10.1080/15295192.2012.638870>
- Fialho, A. J. (2012). Guia prático do divórcio e das responsabilidades parentais. *Formação Contínua*. Centro de Estudos Judiciários.

- Folkman, S., & Lazarus, R. S. (1988). Coping as a mediator of emotion. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54(3), 466–475. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.54.3.466>
- Fowler D. R., Cantos A. L. & Miller S. A. (2016). Exposure to violence, typology, and recidivism in a probation sample of domestic violence perpetrators. *Child Abuse & Neglect* 59, 66–77. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.07.007>
- Frasquilho, M. (2005). Medicina, Médicos e Pessoas. *Scholar Archive* 18, 433–444.
- Gadoni-Costa, L. M., Frizzo, G. B., & Lopes, R. C. S. (2015). A guarda compartilhada na prática: Estudo de casos múltiplos. *Temas em Psicologia*, 23(4), 901-912. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000400009&lng=pt
- Galbraith, N. & Kingsbury, M. (2022). Parental Separation or Divorce, Shared Parenting Time Arrangements, and Child Well-Being: New Findings for Canada. *Canadian Studies in Population*. <https://doi.org/10.1007/s42650-022-00068-0>.
- Garmezy, N. (1985). Stress resistant children: The search for protective factors. Em J. Stevenson & J. Stevenson (Eds.), *Recent research in developmental psychopathology* (1ª ed., pp. 213-233). Pergamon Press.
- Geasler, M. J. & Blaisure, K. R. (1998). A review of divorce education program materials. *Family Relations* 47, 167-175. <https://doi.org/10.2307/585621>
- Geurts, T. & Gutterswijk, R.V. (2021), Doing justice to your child: a Dutch pilot intervention for parents in high-conflict divorces. *Journal of Family Therapy*, 43, 621-641. <https://b-on.ual.pt:2238/10.1111/1467-6427.12317>
- Goeke-Morey, M. C., Papp, L. M. & Cummings, E. M. (2013). Changes in marital conflict and youths' responses across childhood and adolescence: A test of sensitization. *Development and psychopathology* 25(1), 241-251. <https://doi.org/10.1017/S0954579412000995>
- Goldin, P. R., & Gross, J. J. (2010). Effects of mindfulness-based stress reduction (MBSR) on emotion regulation in social anxiety disorder. *Emotion (Washington, D.C.)*, 10(1), 83–91. <https://doi.org/10.1037/a0018441>
- González-Araya, J., Rojas-Jara, C., Cornejo-Araya, C. A. & Valenzuela-Stuardo, C. (2023). Cuando el pasado nubla al presente: Una revisión sobre trastornos mentales en adolescentes expuestos a experiencias adversas en la infancia. *Veritas & Research* 5(1), 38–57.

- Graff-Reed, R. L. (2004). *Positive Effects of Stressful Life Events: Psychological Growth Following Divorce* (Publicação nº 1090438043) [Tese de doutoramento, Universidade de Miami]. OhioLINK ETD Center. http://rave.ohiolink.edu/etdc/view?acc_num=miami1090438043
- Graham-Kevan, N. & Archer, J. (2003). Physical aggression and control in heterosexual relationships: The effects of sampling. *Violence and Victims* 18(2), 181-196. <https://doi:10.1891/vivi.2003.18.2.181>
- Graham-Kevan, N. & Archer, J. (2009). Control tactics and partner violence in heterosexual relationships. *Evolution and Human Behaviour* 30, 445-452. <https://doi.org/10.1016/j.evolhumbehav.2009.06.007>
- Greene, C. A., Haisley, L., Wallace, C., & Ford, J. D. (2020). Intergenerational effects of childhood maltreatment: A systematic review of the parenting practices of adult survivors of childhood abuse, neglect, and violence. *Clinical psychology review*, 80, 101891. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2020.101891>
- Gross, J. J. (2008). Emotion regulation. *Handbook of Emotions*, 3(3), 497-513.
- Gross, J. J. (2013). *Handbook of emotion regulation* (2ª ed.). Guilford publications.
- Gross, J. J. (2015). Emotion regulation: Current status and future prospects. *Psychological inquiry* 26(1), 1-26. <https://doi.org/10.1080/1047840X.2014.940781>
- Grzybowski, L. S. & Wagner, A. (2010). O envolvimento parental após a separação/divórcio. *Psicologia: Reflexão e Crítica* 23, 289-298. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000200011>
- Hafetz, J. & Kyranides, M. N. (2024). Relational Aggression Targeting the Parent-Child Bond: A Pilot Study of Parent-Child Bond-Breaking Behavior. *Family Transitions*, 1–21. <https://doi.org/10.1080/28375300.2024.2324227>
- Hald, G. M., Ciprić, A., Sander, S., & Strizzi, J. M. (2022). Anxiety, depression and associated factors among recently divorced individuals. *Journal of Mental Health*, 31(4), 462-470. <https://doi.org/10.1080/09638237.2020.1755022>
- Hald, G. M., Wimmelmann, C. L., Overup, C. S., Cipric, A., Sander, S. & Strizzi, J. M. (2023) Mental health trajectories after juridical divorce: Does personality matter? *Journal of Personality* 91(2) ,426-40 <https://doi.org/10.1111/jopy.12737>
- Halligan, S. L., Cooper, P. J., Fearon, P., Wheeler, S. L., Crosby, M. & Murray, L. (2013). The longitudinal development of emotion regulation capacities in children at risk for externalizing disorders. *Development and psychopathology* 25(2), 391–406. <https://doi.org/10.1017/S0954579412001137>

- Hardesty, J. L., Crossman, K. A., Khaw, L. & Raffaelli, M. (2016). Marital violence and coparenting quality after separation. *Journal of Family Psychology* 30, 320-330. <https://doi.org/10.1037/fam0000132>
- Harold, G. T. & Sellers, R. (2018). Annual research review: Interparental conflict and youth psychopathology: An evidence review and practice focused update. *Journal of Child Psychology and Psychiatry* 59(4), 374-402. <https://doi.org/10.1111/jcpp.12893>
- Harold, G. T. & Leve, L. D. (2012). Parents as partners: How the parental relationship affects children's psychological development. Em A. Balfour, M. Morgan & C. Vincent (Eds.), *How couple relationships shape our world: Clinical practice, research, and policy perspectives* (pp. 25-55). Karnac Books.
- Hawkins, A. J., Willoughby, B. J. & Doherty, W. J. (2012). Reasons for divorce and openness to marital reconciliation. *Journal of Divorce & Remarriage* 53, 453- 463. <https://doi.org/10.1080/10502556.2012.682898>
- Hayes S. Jeffries S. (2013). Why do they keep going back? Exploring women's discursive experiences of intimate partner abuse. *International Journal of Criminology and Sociology* 2, 57-71.
- Hayes, S. (2014). Sex, Love and Abuse: Discourses on Domestic Violence and Sexual Assault. *The British Journal of Criminology* 56 (1), 201-204.
- He, A. S., Yarnell, L. M., Schrage, S. M. & Traube, D. E. (2022). Patterns of Violence Exposure and Substance Use among Child Welfare Involved Youth. *Springer link* 37, 1125-1136. <https://doi.org/10.1007/s10896-021-00326-w>
- Hennessey, D. (2012). *How He Wins: Abusive Intimate Partners Going Free*. (1^a ed., p. 31). Liberties Press. <https://www.storytel.com/no/books/how-he-wins-abusive-intimate-partners-going-free-2385561>
- Herman, S. J. (1974). Divorce: A grief process. *Perspectives in Psychiatric Care* 12(3), 108-112. <https://doi.org/10.1111/j.1744-6163.1974.tb01109.x>
- Hetherington, E. M. & Stanley-Hagan, M. M. (2002). Parenting in divorced and remarried families. In Bornstein, M. (Ed.), *Handbook of parenting: Being and becoming a parent* (3^a ed., pp. 287-316). Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Hetherington, E. M. & Kelly, J. (2003). For better or for worse. Divorce reconsidered. Em E. M. Hetherington & J. Kelly *For better or for worse: Divorce reconsidered. Journal of Child Psychology and Psychiatry* 44(3), 470-471
- Holmes, T. & Rahe, R. (1967). The social readjustment rating scale. *Journal of Psychosomatic Research* 11, 213-218. [https://doi.org/10.1016/0022-3999\(67\)90010-4](https://doi.org/10.1016/0022-3999(67)90010-4)

- Hurrell, K. E., Hudson J. L. & Schniering, C. A. (2015). Parental reactions to children's negative emotions: Relationships with emotion regulation in children with an anxiety disorder. *Journal of Anxiety Disorders* 29, 72-82. <https://doi.org/10.1016/j.janxdis.2014.10.008>
- Jam, F. G., Maarefvand, M., Hosseinzadeh, S. & Khubchandani, J. (2021). The effectiveness of a co-parenting intervention on parenting stress among divorced Iranian adults. *Children and Youth Services Review* 130, 106265. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2021.106265>
- Johnson, M. P. (2006). Conflict and Control: Gender Symmetry and Asymmetry in Domestic Violence. *Violence Against Women* 12(11), 1003–1018. <https://doi.org/10.1177/107780120629332>
- Juras, M. M. & Costa, L. F. (2011). O divórcio destrutivo na perspectiva de filhos com menos de 12 anos. *Estilos da clínica* 16(1), 222-245. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v16i1p222-245>
- Kalmijn, M. (2015). Father-child relations after divorce in four European countries: Patterns and determinants. *Comparative Population Studies*, 40(3), 251–276 <https://doi.org/10.12765/CPoS-2015-10>
- Kaplan, B., Cassel, J. & Gore, S. (1977). Social support and health. *Medical Care* 15, 47-58. <https://doi.org/10.1097/00005650-197705001-00006>
- Kashdan, T. B. & Rottenberg, J. (2010). Psychological flexibility as a fundamental aspect of health. *Clinical Psychology Review* 30, 865-878. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2010.03.001>
- Kopystynska, O., Crapo, J. S., Turner, J. J., Bradford, K. & Higginbotham, B. J. (2023). Dimensions of father development and parenting: A person-centered approach of men attending a responsible fatherhood program. *Psychology of Men & Masculinities* 24(3), 188-200. <https://doi.org/10.1037/men0000437>
- Koster, T. & Castro-Martin, T. (2021). Are separated fathers less or more involved in childrearing than partnered fathers? *European Journal of Population* 37(4-5), 933-957. <https://doi.org/10.1007/s10680-021-09593-1>.
- Khraisha, Q., Sawalha, L., Hadfield, K., Al-Soleiti, M., Dajani, R., & Panter-Brick, C. (2024). Coparenting, mental health, and the pursuit of dignity: A systems-level analysis of refugee father-mother narratives. *Social Science & Medicine*, 340, 116452. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2023.116452>

- Kramrei, E., Coit, C., Martin, S., Fogo, W. & Mahoney, A. (2007) Post-divorce adjustment and social relationships: A meta-analytic review. *J Divorce Remarriage* 46, 145-166. https://doi.org/10.1300/J087v46n03_09
- Kravdal, O. & Grundy, E. (2019). Children's age at parental divorce and depression in early and mid-adulthood. *Population Studies* 73(1), 37-56. <https://doi.org/10.1080/00324728.2018.1549747>
- Kyle, R. B., Matthew, B., Ronald, B. C., Todd A. S. & Lana O. B. (2020) A Qualitative Analysis of Divorcing Parents' Readiness to Co-parent, *Journal of Divorce & Remarriage* 61(4), 267-286. <https://doi.org/10.1080/10502556.2019.1699373>
- Lamela, V. (2009). Desenvolvimento após o divórcio como estratégia de crescimento humano. *Journal of Human Growth and Development* 19(1), 114-121. <https://doi.org/10.7322/jhgd.19908>
- Lamela, D., Castro, M., Gon, T. & Figueiredo, R. (2009). "PApi - Pais por inteiro" Programa de intervenção em grupo para o ajustamento pessoal e a promoção da coparentalidade positiva em pais divorciados. *Psicológica* 4, 493-507. <https://doi.org/10.14417/ap.243>
- Lamela, D., Castro, M. & Figueiredo, B. (2010). Pais por inteiro: Avaliação preliminar da eficácia de uma intervenção em grupo para pais divorciados. *Psicologia: Reflexão e Crítica* 23(2), 334-344. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000200016>
- Lamela, D. & Figueiredo, B. (2016). Coparentalidade após a dissolução conjugal e saúde mental das crianças: uma revisão sistemática. *Jornal de Pediatria* 92, 331-342. <https://doi.org/10.1016/j.jped.2015.09.011>
- Lamela, D., Figueiredo, B., Bastos, A. & Feinberg, M. (2016). Typologies of post-divorce coparenting and parental well-being, parenting quality and children's psychological adjustment. *Child Psychiatry and Human Development* 47(5), 716-728. <https://doi.org/10.1007/s10578-015-0604-5>
- Lamela, D., Morais, A. & Jongenelen, I. (2016). Validação psicométrica da Escala da Relação Coparental em mães portuguesas. *Avances en Psicología Latinoamericana* 36(3), 585-600. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.5564>
- Larsen-Freeman, D. (2000). *Techniques and principles in language teaching* (2ª ed.). Oxford University Press
- Lei nº 65/2020, Assembleia da República. (2020). Diário da República n.º 215/2020, Série I de 2020-11-04. <https://data.dre.pt/eli/lei/65/2020/11/04/p/dre>
- Hunter, J. & Trussell, J. (2016). Helping preschoolers and elementary-age children adjust to divorce. *University of Missouri Extension*.

<https://mospace.umsystem.edu/xmlui/bitstream/handle/10355/60779/GH6613.pdf?sequence=1>

- Leopold, T. & Kalmijn, M. (2016). Is Divorce More Painful When Couples Have Children? Evidence From Long-Term Panel Data on Multiple Domains of Well-being. *Demography (Springer Nature)* 53(6), 1717-1742. <https://doi.org/10.1007/s13524-016-0518-2>
- Liu, X. (2019). The impact of parenting styles on the health risk behavior of left-behind children: the mediating effect of cognitive emotion regulation, *Journal of behaviour medical science and neuroscience* 28(2), 154-160. <https://doi.org/10.1007/s10826-019-01614-2>
- Magalhães, J., M. (2010). A arte e violência no olhar: Ativismo feminista e desconstrução da violência contra as mulheres. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 89, 21-109. <https://doi.org/10.4000/rccs.3735>
- Maisel, N. C. & Gable, S. L. (2009). The Paradox of Received Social Support: The Importance of Responsiveness. *Psychological Science* 20(8), 928-932. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9280.2009.02388.x>
- Malcore, S., Windell, J., Seyuin, M. & Hill, E. (2010). Predictors of continued conflict after divorce or separation: Evidence from a high-conflict group treatment program. *Journal of Divorce & Remarriage* 51(1), 50-64. <https://doi.org/10.1080/10502550903423297>
- Margolin, G., Gordis, E. B. & John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology* 15(1), 3-21. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.15.1.3>
- Martínez-Pampliega, A., Aguado, V., Corral, S., Cormenzana, S., Merino, L. & Iriarte, L. (2015). Protecting Children After a Divorce: Efficacy of Egokitzen-An Intervention Program for Parents on Children's Adjustment. *Journal of Child & Family Studies* 24(12), 3782-3792. <https://doi.org/10.1007/s10826-015-0186-7>
- Martínez Pampliega, A., Herrero Lázaro, M., Cormenzana Redondo, S., Corral Gilsanz, S., Sanz Vázquez, M., Merino Ramos, L. & Álvarez Piñero, I. (2021). Custody and child symptomatology in high conflict divorce: an analysis of latent profiles. *Psicothema*. <https://hdl.handle.net/11162/204644>
- Mastekaasa, A. (2014). Marital dissolution as a stressor: Some evidence on psychological, physical, and behavioral changes in the pre-separation period. In *Divorce and Remarriage* (pp. 156-183). Routledge.

- McGoldrick, M. & Shibusawa, T. (2016). O ciclo vital familiar. Em F. Walsh (Org.), *Processos normativos na família* (pp. 375-398). Artmed
- Melo, O. & Mota, C. P. (2013). Vinculação amorosa e bem-estar em jovens de diferentes configurações familiares. *Psicologia em Estudo* 18, 587-597. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722013000400002>
- Mendes, R. M. & Miskulin, R. G. S. (2017). A análise de conteúdo como uma metodologia. *Cadernos de Pesquisa* 47(165), 1044-1066. <https://doi.org/10.1590/198053143988>
- Merino, L., Iriarte, L., Aguado, V., Corral, S., Cormenzana, S. & Martínez-Pampliega, A. (2017). A Psycho-Educational Group Program for Divorced Parents in Spain: A Pilot Study. *Contemporary Family Therapy* 39(3), 230-238. <https://doi.org/10.1007/s10591-017-9419-9>
- Merritt-Gray, M. & Wuest, J. (1995). Counteracting abuse and breaking free: The process of leaving revealed through women's voices. *Health Care for Women International* 16, 399-412. <https://doi.org/10.1080/07399339509516194>
- Minayo, M. C. S., Souza, E. R., Silva, M. M. A. & Assis, S. G. (2018). Institucionalização do tema da violência no SUS: avanços e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva* 23(6), 2007-2016. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04962018>
- Mitcham-Smith, M. & Henry, W. J. (2007). High-conflict divorce solutions: Parenting coordination as an innovative co-parenting intervention. *The Family Journal* 15(4), 368-373. <https://doi.org/10.1177/1066480707303751>
- Mohaupt, H., Duckert, F., & Askeland, I. R. (2020). How do men in treatment for intimate partner violence experience parenting their young child? A descriptive phenomenological analysis. *Journal of family violence*, 35(8), 863-875.
- Molgora, S., Ranieri, S. & Giancarlo Tamanza (2014) Divorce and Coparenting: A Qualitative Study on Family Mediation in Italy. *Journal of Divorce & Remarriage* 55(4), 300-314, <https://doi.org/10.1080/10502556.2014.901854>
- Morelen, D., Jacob, M. L., Suveg, C., Jones, A. & Thomassin, K. (2013). Family emotion expressivity, emotion regulation, and the link to psychopathology: Examination across race. *British Journal of Psychology* 104(2), 149-166. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8295.2012.02108.x>
- Mullin, B. C. & Hinshaw, S. P. (2007). Emotion Regulation and Externalizing Disorders in Children and Adolescents. Em J. J. Gross (Ed.), *Handbook of emotion regulation* (pp. 523–541). The Guilford Press.

- Nielsen, S. K., Hardesty, J. L., & Raffaelli, M. (2016). Exploring variations within situational couple violence and comparisons with coercive controlling violence and no violence/no control. *Violence Against Women*, 22 (2), 206–224. <https://doi.org/10.1177/1077801215599842>
- O'Connor, D. B., Thayer, J. F., & Vedhara, K. (2021). Stress and Health: A Review of Psychobiological Processes. *Annual review of psychology*, 72, 663–688. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-062520-122331>
- Östberg, V. & Lennartsson, C. (2007). Getting by with a little help: The importance of various types of social support for health problems. *Scandinavian journal of public health* 35(2), 197-204. <https://doi.org/10.1080/14034940600813032>
- Oren, D. & Hadomi, E. (2020). Let's Talk Divorce - An Innovative Way of Dealing with the Long-Term Effects of Divorce through Parent-Child Relationships. *Journal of Divorce & Remarriage* 61, 148-167. <https://10.1080/10502556.2019.1679593>
- Paquin-Boudreau, A., Poitras, K., Cyr, F. & Godbout, É. (2021). An Interdisciplinary Case Management Protocol for High-Conflict Families: The Evolution of Coparental Dynamic. *Journal of Divorce & Remarriage* 62(8), 657-672. <https://doi.org/10.1080/10502556.2021.1993022>
- Paulino, M. S. V. S. (2021). *Fontes de stress e estratégias de coping*. (Publicação nº 190326034) [Tese de doutoramento, Instituto Politécnico de Setúbal]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/39179>
- Peat, G., Rodriguez, A. & Smith, J. (2018). Interpretive phenomenological analysis applied to healthcare research. *Evidence Based Nursing* 22(1), 7-9. <https://doi.org/10.1136/ebnurs-2018-103017>
- Pellón, I., Martínez-Pampliega, A., & Cormenzana, S. (2024). Post-divorce adjustment, coparenting and somatisation: Mediating role of anxiety and depression in high-conflict divorces. *Journal of Affective Disorders Reports*, 16, 100697. <https://doi.org/10.1016/j.jadr.2023.100697>
- Pilkington, P., Rominov, H., Brown, H. K. & Dennis, C. L. (2019). Systematic review of the impact of coparenting interventions on paternal coparenting behaviour. *J Adv Nurs* 75, 17-29. <https://b-on.ual.pt:2238/10.1111/jan.13815>
- Pires, M. & Gamboa, L. (2022). *Parentalidade Partilhada: Guia para Pais Separados* (1ª ed.). Pactor

- Pires, M. & Martins, M. (2021). Parenting styles, coparenting, and early child adjustment in separated families with child physical custody processes ongoing in family court. *Children* 8(8). <https://doi.org/10.3390/children8080629>
- Pires, M. & Mourão, S. (2023). *Book of abstracts and proceedings. 44th international conference of the stress, trauma, anxiety, and resilience society (STAR)*. (Publicação nº 978-989-9127-50-0) [Book of Abstracts and Proceedings, Universidade do Algarve]. <https://doi.org/10.34623/cn8z-qg27>
- Pledge, D. S. (1992). Marital separation/divorce: A review of individual responses to a major life stressor. *Journal of Divorce & Remarriage* 17(3-4), 151-182. https://doi.org/10.1300/J087v17n03_10
- Pordata (2022a). *Taxa Bruta de Divorcialidade*. <https://www.pordata.pt/db/portugal/ambiente+de+consulta/tabela>
- Pordata (2022b). *Famílias clássicas monoparentais do sexo feminino (%)*. [https://www.pordata.pt/portugal/familias+classicas+monoparentais+do+sexo+feminino+\(percentagem\)-532](https://www.pordata.pt/portugal/familias+classicas+monoparentais+do+sexo+feminino+(percentagem)-532)
- Potter, M. H. (2021). Social Support and Divorce among American Couples. *Journal of Family Issues* 42(1), 88-109. <https://doi.org/10.1177/0192513X20916830>
- Priyadharshini, P., Mohan, S., Hariharasudan, A. & Hassan, A. (2021). Psychological analysis of ipseity disturbance in Namita Gokhale's work the book of shadows. *Journal of Language and Linguistic Studies* 17(4), 2189-2199. <https://search.informit.org/doi/10.3316/informit.228546357889399>
- Ramone, R., Rose, J. & Roman, N. (2022). The Contribution of Divorce to Parental-Self Efficacy and Perception of Parenting among Divorced Parents: A Qualitative Study. *Journal Of Divorce & Remarriage* 63(2), 87-100 <https://doi.org/10.1080/10502556.2021.1993013>
- Resmini, G. D. F., & Frizzo, G. B. (2018). A experiência da guarda compartilhada na perspectiva de diferentes membros da família. *Pensando Famílias*, 22(2), 204-218. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2018000200014&lng=pt&tlng=pt
- Rich, E., Butler-Kruger, L. & Roman, N. (2023). Exploring Strategies to Support Adolescent Mental Health after Parental Divorce: A Scoping Review. *Youth* 3(1), 428-436. <https://doi.org/10.3390/youth3010029>
- Robalo, M. (Ed.). (2018). *Divórcio e Parentalidade. Diferentes Olhares: Do Direito à Psicologia*.

- Rode, D. & Marganski, A. J. (2014). Psychopathology of family violence perpetrators: The personality categorization of perpetrators. *Current Issues in Personality Psychology* 2(2), 103-117. <https://doi.org/10.5114/cipp.2014.44306>
- Roizblatt, A., Leiva, V. M. & Maida, A. M. (2018). Separación o divorcio de los padres. Consecuencias en los hijos y recomendaciones a los padres y pediatras. *Revista chilena de pediatría* 89(2), 166-172. <http://dx.doi.org/10.4067/S0370-41062018000200166>
- Scarduzio, J. A., Carlyle, K. E., Harris, K. L. & Savage, M. W. (2017). “Maybe she was provoked” exploring gender stereotypes about male and female perpetrators of intimate partner violence. *Violence Against Women* 23(1), 89-113. <https://doi.org/10.1177/1077801216636240>
- Schabbel, C. (2005). Relações familiares na separação conjugal: contribuições da mediação. *Psicologia: teoria e prática* 7(1), 13-20. <https://www.redalyc.org/pdf/1938/193817415002.pdf>
- Serra, A. (2002). *O Stress na Vida de Todos os Dias* (2ª ed.). Edição do Autor
- Serrão, C. (2018). Mediação familiar e famílias divorciadas: transformação narrativa. *Sensos-E* 4(2), 26–35. <https://doi.org/10.34630/sensos-e.v4i2.2536>
- Shorey, S. & Baladram, S. (2024). “Does It Really Get Better After Dad Leaves?” Children’s Experiences With Domestic Violence: A Qualitative Systematic Review. *Trauma, Violence, & Abuse* 25(1), 542-559. <https://doi.org/10.1177/15248380231156197>
- Siffert A. & Schwarz B. (2011). Parental conflict resolution styles and children’s adjustment: Children’s appraisals and emotion regulation as mediators. *Journal Genetic Psychologist* 172(1), 21-39. <https://doi.org/10.1080/00221325.2010.503723>
- Simione, L., Gnagnarella, C., Spina, G. & Bersani, G. (2021). Help-Seeking as a Maladaptive Coping Style in the Pandemic Scenario: What Worked and What Did Not for Facing This New Stressor. *International journal of environmental research and public health* 19(1), 319. <https://doi.org/10.3390/ijerph19010319>
- Simons, L. (2009). Families and crime. Em J. M. Miller (Ed.). *21st century criminology - A reference handbook*, 1 (1ª ed., pp. 67-76). Sage.
- Siqueira, M. M. M. (2008). Construção e validação da escala de percepção de suporte social. *Psicologia em estudo* 13, 381-388. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000200021>
- Smith, J. A., Flowers, P. & Larkin, M. (2009). *Interpretative phenomenological analysis: Theory, method & research*. Sage.

- Sorek, Y. (2019). Children of divorce evaluate their quality of life: The moderating effect of psychological processes. *Children and Youth Services Review* 107, 104533. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2019.104533>
- Stallman, H. M. & Sanders, M. R. (2014). A randomized controlled trial of Family Transitions Triple P: A group-administered parenting program to minimize the adverse effects of parental divorce on children. *Journal of Divorce & Remarriage* 55(1), 33-48. <https://doi.org/10.1080/10502556.2013.862091>
- Stallman, H. M. & Ohan, J. L. (2016). Parenting Style, Parental Adjustment, and Co-Parental Conflict: Differential Predictors of Child Psychosocial Adjustment Following Divorce. *Behaviour Change* 33(2), 112-126. <https://doi.org/10.1017/bec.2016.7>
- Stone, G., McKenry, P. & Clark, K. (1999). Fathers' participation in a divorce education program: A qualitative evaluation. *Journal of Divorce & Remarriage* 30(1-2), 99-113. https://doi.org/10.1300/J087v30n01_07
- Storksén, I., Roysamb, E., Moum, T. & Tambs, K. (2005). Adolescents with a childhood experience of parental divorce: a longitudinal study of mental health and O processo de divórcio e a coparentalidade – Um estudo qualitativo com pais divorciados. *Adjustment. Journal of Adolescence* 28, 725-739. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2005.01.001>
- Terres-Trindade, M. & Mosmann, C. P. (2015). Discriminant profile of young internet dependents: The role of family relationships. *Paidéia* 25(62), 353-362. <https://doi.org/10.1590/1982-43272562201509>
- Teubert, D. & Pinquart, M. (2010). The association between coparenting and child adjustment: A meta-analysis. *Parenting Science and Practice* 10(4), 286-307 <https://doi.org/10.1080/15295192.2010.492040>
- Thoits, P. A. (2011). Mechanisms linking social ties and support to physical and mental health. *Journal of health and social behavior* 52(2), 145-161. <https://doi.org/10.1177/0022146510395592>
- Thompson, R. A. (1991) Emotional regulation and emotional development. *Educational Psychology Review* 3, 269-307. <https://doi.org/10.1007/BF01319934>.
- Treloar, R. (2019). Parents Making Meaning of High-Conflict Divorce. Rachel. *Australian & New Zealand Journal of Family Therapy* 40(1), 85-97. <http://doi.org/10.1002/anzf.1347>
- Ubillos-Landa, S., Puente-Martínez, A., González-Castro, J. L. & Nieto-González, S. (2020). You belong to me! Meta-analytic review of the use of male control and dominance

- against women in intimate partner violence. *Aggression and Violent Behavior* 52, 101392. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2020.101392>
- Umberson, D., & Thomeer, M. B. (2020). Family Matters: Research on Family Ties and Health, 2010-2020. *Journal of marriage and the family*, 82(1), 404–419. <https://doi.org/10.1111/jomf.12640>
- Van Egeren, L. A. & Hawkins, D. P. (2004). Coming to Terms with Coparenting & Colon; Implications of Definition and Measurement. *Journal of Adult Development* 11, 165-178. <http://dx.doi.org/10.1023/B:JADE.0000035625.74672.0b>
- Van Lawick, J. & Visser, M. (2015). No kids in the middle: Dialogical and creative work with parents and children in the context of high conflict divorces. *Australian and New Zealand Journal of Family Therapy* 36(1), 33-50. <https://doi.org/10.1002/anzf.1091>
- Vincent, K. M. (2020). The Effects of Divorce on the Development of Children’s Lives. *World Journal of Research and Review* 11(4), 27-34 https://www.wjrr.org/download_data/WJRR1104015.pdf
- Vogel, D. L., Heimerdinger-Edwards, S. R., Hammer, J. H. & Hubbard, A. (2011). “Boys don’t cry”: Examination of the links between endorsement of masculine norms, self stigma, and help-seeking attitudes for men from diverse backgrounds. *Journal of Counseling Psychology* 58, 368- 382. <https://doi.org/10.1037/a0023688>
- Waite, L. J., Luo, Y. & Lewin, A. C. (2009). Marital happiness and marital stability: Consequences for psychological well-being. *Social Science Research* 38, 201–212. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2008.07.001>
- Walker, L. E. (1989). Psychology and violence against women. *American Psychologist* 44(4), 695–702. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.44.4.695>
- Willén, H. (2015). Challenges for divorced parents: Regulating negative emotions in post-divorce relationships. *Australian and New Zealand Journal of Family Therapy* 36(3), 356-370. <https://doi.org/10.1002/anzf.1115>
- Williams, D. T., & Cheadle, J. E. (2016). Economic Hardship, Parents’ Depression, and Relationship Distress among Couples With Young Children. *Society and Mental Health*, 6(2), 73-89. <https://doi.org/10.1177/2156869315616258>
- Wiseman, R. S. (1975). Crisis theory and the process of divorce. *Social Casework* 56(4), 205–212. <https://doi.org/10.1177/104438947505600402>

- Wolchik, S. A., Sandler, I. N., Winslow, E. & Smith-Daniels, V. (2005). Programs for Promoting Parenting of Residential Parents: Moving From Efficacy to Effectiveness. *Family Court Review* 43(1), 65-80. <https://doi.org/10.1111/j.1744-1617.2005.00008>.
- Yárnöz-Yaben, S. (2017). Grief due to divorce: Relationship with attachment style and effects on subjective well-being and co-parenting. *Estudios de Psicología* 38(3), 667–688. <https://doi.org/10.1080/02109395.2017.1330305>
- Yasaman, S. & Anahita, K. (2023). Psychological and Social Consequences of Divorce Emphasis on Children's Well-Being: A Systematic Review. *Journal of Preventive Counseling* 4(2), 1-34. [10.9734/ajess/2023/v49i41193](https://doi.org/10.9734/ajess/2023/v49i41193)
- Zakhour, M., Haddad, C., Salameh, P., Al Hanna, L., Sacre, H., Hallit, R. & Hallit, S. (2023). Association between parental divorce and anger, aggression, and hostility in adolescents: results of a National Lebanese Study. *Journal of Family Issues* 44(3), 587-609. <https://doi.org/10.1177/0192513X211054468>
- Zimmerman, D. K. (2001). *Custodial mother adjustment to divorce: Divorce education, family functioning, and psychological health*. University of Louisville.

Anexos

Anexo 1: Questionário Sociodemográfico

ANEXO B - Protocolo de Recolha de dados

Questionário Sociodemográfico

1. Dados relativos aos pais:

Nacionalidade: _____ Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino Idade: ____

Escolaridade:

☐ 1º Ciclo (4º ano) ☐ 2º Ciclo (6º ano) ☐ 3º Ciclo (9º ano) ☐ Ensino secundário (12º ano)

☐ Bacharelato ☐ Licenciatura ☐ Mestrado ☐ Doutoramento

Estado civil:

☐ Casado(a) ☐ União de fato ☐ Separado(a)/divorciado(a) ☐ Viúvo(a)

Se casado(a) ou em união de fato, há quanto tempo? _____

Se separado(a) ou divorciado(a), há quanto tempo? _____

Como se processou o processo de ? ☐ mútuo acordo ☐ Por litígio

Qual o regime ^{de Responsabilidades Parentais} do menor em vigor?

☐ Residência alternada (ex.: 1 semana com o pai; 1 semana com a mãe)

☐ Residência unilateral – Quantos dias passa/m com o pai mensalmente? _____

Quantos dias passa/m com a mãe mensalmente? _____

Se está separado/divorciado como considera a comunicação com o pai/mãe do seu filho(a):

☐ Face a face ☐ Por telefone ☐ Por SMS, e-mail ou outro media digital

Quantas vezes comunicam? ☐ Diversas vezes por semana ☐ 1x por semana ☐ 1-3x por mês

☐ 2-5x em 6 meses ☐ 1-2x por ano ☐ menos de 1x por ano

2. Dados relativos à criança sobre a qual responde no estudo:

Idade: ____ Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino

Ano de escolaridade frequentado: ____ da(o)

☐ Creche ☐ Jardim de Infância ☐ 1º ciclo ☐ 2º ciclo ☐ 3º ciclo ☐ Secundário

Tem irmãos? ☐ Sim ☐ Não Se sim, quantos? ____

3. Situação Familiar:

Houve algum acontecimento que alterou a vida familiar? ☐ Sim ☐ Não

Se sim, qual? _____

Anexo 2: Autorização de entrevistas



Autorização de entrevistas e registos

Eu, abaixo assinado

Nome: _____ Apelido : _____

Li e compreendi a informação da investigação na íntegra. Obtive respostas a todas as perguntas que fiz e concordo em contribuir para este projeto dentro dos limites das condições acordadas abaixo.

- ☐ Confirmando que autorizo o registo da entrevista ou contributos na intervenção como parte da minha participação voluntária na intervenção intitulada "Parentalidade Partilhada: Intervenção para pais separados" integrada no projeto de investigação "Funcionamento familiar, coparentalidade e ajustamento da criança: Estudo comparativo intercultural" implementado no CIP-UAL - Centro de Investigação em Psicologia, sob a responsabilidade científica de Mónica Taveira Pires, Investigador Responsável do projeto, e por um período de cinco anos.

(se aplicável)

- ☐ Autorizo a difusão da transcrição para fins académicos, durante conferências e cursos de formação
☐ Autorizo que as transcrições sejam disponibilizadas à comunidade científica para mais investigação.

Qualquer reprodução ou utilização destas informações não deverá, inclusive pela sua legenda ou contexto de apresentação, ser prejudicial à minha reputação, honra ou dignidade.

De acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), tenho o direito de acesso aos meus dados e, se necessário, o direito de ver estes dados apagados*, que posso exercer contactando Mónica Taveira Pires.

(*) Fui informado de que o direito à eliminação dos meus dados não pode ser exercido se tal for prejudicial aos objetivos prosseguidos, em particular se modificar o protocolo ou os resultados da investigação.

Feito em duplicado em _____, ____ / ____ / ____
Assinatura

Uma cópia deste documento é-lhe entregue, outra cópia é guardada e arquivada sob a responsabilidade do responsável científico.

Anexo 3: Guião de entrevista semiestruturada



Parentalidade Partilhada: Intervenção Para Pais Separados

Desenvolvida no âmbito do Projeto de Investigação Funcionamento Familiar, Parentalidade, Coparentalidade e Ajustamento da Criança, CIP-UAL. Para mais informações, contacte a Investigadora Responsável: Mónica Taveira Pires (mpires@autonomia.pt)

Guião de entrevista semiestruturada

Setting e atitudes: A entrevista deve ser conduzida individualmente garantindo a privacidade, e de forma acolhedora e compreensiva. O participante deverá falar livremente num ambiente de liberdade, confiança e sem qualquer julgamento, numa duração estimada de 60m. As questões servem de estrutura/guia, porém, se o participante já abordou a temática, passamos à seguinte questão para evitar a repetição ou a interferência na fluidez da entrevista. O entrevistador intervém o mínimo possível, apenas acompanhando com respostas de compreensão empática, ou validação da mensagem compreendida sempre que necessário.

Objetivos/ construtos	Questões
Etapas	
Etapas 1	
Acolhimento / Consentimento informado	
Estabelecer o contato, apresentação e consentimento informado	1) Acolhimento: receber o participante. Garantir acomodação adequada do participante no ambiente (deixá-lo/a escolher onde se quer sentar). Apresentar-se e dizer qual a sua função no contexto da intervenção 2) Para participar no programa de intervenção em estudo precisamos de realizar uma entrevista transcrita e de colocarmos algumas questões o/a conhecermos melhor assim como o processo de separação e a dinâmica da família. 3) Agradecemos a sua presença e participação, os dados transcritos destes relatos são confidenciais, sendo apenas utilizados para a intervenção para fins académicos (apresentar o consentimento informado e esclarecido, solicitar leitura e assinatura)
Etapas 2	
Identificação	
Recolha de dados básicos de identificação que permitem ao IR proceder à distribuição dos participantes por grupo	Código: _____ (preencher posteriormente pelo IR) Data da Entrevista: ____/____/____ Hora início ____:____ Hora de fim ____:____ Entrevistadores presentes: _____ Entrevistador responsável: _____ Responsável do registo: _____ Nome do entrevistado(a): _____ Qual a área de residência? _____ O que faz profissionalmente? (mesmo que atualmente não trabalhe) _____ Com quem habita: _____ Nome do(s) filho/a(s) _____

Projeto de Investigação Funcionamento Familiar, Parentalidade, Coparentalidade e Ajustamento da Criança, CIP-UAL

Etapa 3	
História pessoal	
1. Tipo, estrutura, funcionamento familiar, desenvolvimento	1. Fale-me um pouco de si. (Procurar coloca apenas a questão 1, evitando as questões 2-5 que [são tópicos orientadores] para que não fique exaustivo)
2. Percurso escolar	2. (Como era na escola?)
3. Qualidade da relação com os pais, estilo de educação parental, memórias emocionalmente positivas ou negativas	3. (Como era em casa?)
4. Qualidade da relação fraternal	4. (A relação com pais ou irmãos?)
5. Ajustamento social, outras relações significativas; relações sociais/trabalho	5. (A relação com os amigos ou colegas (pares)?)
Etapa 4	
História familiar	4.1 Pré-separação:
6. Ajustamento marital	6. Como era a relação com o pai do seu/sua filho/a(s) antes da separação/divórcio (antes e depois do nascimento)

7. Responsabilidades parentais e funcionamento familiar	7. Como eram as rotinas, o dia a dia familiar? (p. ex. divisão de tarefas domésticas, cuidados de higiene, alimentação, horários, acompanhamento das tarefas escolares)
8. Perceção do papel parental; qualidade da relação pai/mãe-filho/a	8. Como se vê enquanto pai/mãe?
9. Estilos parentais: Controlo/exigência	9. Como transmitia ao seu filho/a as suas expectativas e regras?
10. Estilos parentais: Sensibilidade/responsividade	10. Se o seu/sua filho/a necessitava de ajuda com algo, como fazia?
11. Comportamentos parentais	11. O que acontecia quando o seu filho/a não correspondia com as suas expectativas ou fazia algo que não apreciava?
12. Coparentalidade (cooperação, conflito, triangulação)	12. Como educavam o seu/sua filho/a?
13. Dificuldades, Necessidade e limites	13. Que dificuldades sentia (pessoais ou familiares)?

4.2 Pós-separação:	
14. Perceção da situação quanto ao tempo, fatores contributivos, tomada de decisão, reações, vivências	14. Poderia falar um pouco sobre o processo da sua separação?
15. Impactos (logístico, financeiro, social, psicológico –sinais e sintomas e durante quanto tempo)	15. Quais os impactos ou alterações sentiu? Como se sentiu nestas circunstâncias?
16. Estratégias de autorregulação cognitiva, comportamental, emocional	16. Com o lidou ou lida com a situação? Que estratégias utiliza?

17. Transmissão da informação, manifestações sintomáticas, vivência emocional no ambiente escolar e familiar	17. Como foi/é vivenciada a separação pelo seu/sua filho/a?
18. Alterações de comportamentos, sinais e sintomas e durante quanto tempo	18. Identificou alguma alteração de comportamento ou de outra natureza?
19. Responsabilidades parentais	19. Como são as rotinas, o dia-a-dia familiar após a separação?
20. Suporte social, logístico, financeiro existente e como é percebido	20. Conta com alguma ajuda no quotidiano (dia-a-dia)? De quem?
21. Perceção do papel parental; qualidade da relação pai/mãe-filho/a	21. Como se vê enquanto pai/mãe?

22. Estilos Parentais: controle/exigência	22. Como transmite ao seu/sua filho/a as suas expectativas e regras?
23. Estilos Parentais: sensibilidade/ responsividade	23. Se o seu/sua filho/a necessita de ajuda com algo, como faz?
24. Comportamentos parentais,	24. O que acontece quando o seu/sua filho/a não corresponde com as suas expectativas ou faz algo que não aprecia?
25. Coparentalidade	25. Como é a atualmente a relação com o/a pai/mãe quanto à educação do vosso filho/a?

The following are some of the most common types of errors that can occur when using a calculator:

- Input errors**: These occur when the user enters incorrect numbers or symbols.
- Order of operations errors**: These occur when the calculator does not follow the correct sequence of operations (PEMDAS).
- Rounding errors**: These occur when the calculator rounds off results too early, leading to inaccuracies.
- Memory errors**: These occur when the calculator's memory is full or corrupted, leading to lost data.
- Display errors**: These occur when the calculator's screen shows incorrect results or symbols.

Anexo 4: Autorização do estudo

ANEXO A – Consentimento Informado e esclarecido segundo RGPD

Código do Participante _____

Acordo de Consentimento Informado

Projeto: Funcionamento Familiar, Coparentalidade e Ajustamento da Criança: Estudo comparativo intercultural

Convidamo-lo a participar num estudo sobre Funcionamento Familiar, Coparentalidade e Ajustamento da Criança em diversos contextos culturais, desenvolvido no Centro de Investigação em Psicologia da Universidade Autónoma de Lisboa. Aprofundar o conhecimento acerca da adaptação, é pertinente para desenhar projetos de prevenção e de intervenção promotores da saúde familiar

Neste estudo pretendemos compreender a relação entre ajustamento marital, estilos de autoridade parental, a regulação emocional e ajustamento da criança em diferentes contextos socioculturais; 2) Verificar esta relação em situação de coparentalidade e seu impacto no ajustamento dos filhos.

Para participar, solicitamos que responda individualmente aos seguintes questionários: Questionário sociodemográfico; Escala de Ajustamento Diádico (DAS); PAQ-P (Questionário de Estilos Parentais para Pais); Questionário de Regulação Emocional (ERQ); Questionário de Coparentalidade (CQ) e Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ).

Pedimos autorização para recolher e arquivar os dados supramencionados, garantindo sempre o seu anonimato. Todos os dados recolhidos serão usados exclusivamente para efeitos de investigação científica e respeitarão as regras de proteção de dados da ética científica e da lei geral europeia. Os dados recolhidos em papel serão arquivados e codificados. Os seus dados pessoais não serão divulgados e serão mantidos confidenciais. Serão asseguradas as medidas de segurança técnicas e organizacionais mais adequadas. Os dados recolhidos serão mantidos codificados e arquivados numa base de dados protegida por palavra-passe. Apenas dois elementos da coordenação, direção científica do projeto e responsável pelo tratamento de dados terão acesso aos seus dados pessoais. Todos os intervenientes que recolhem os dados estão sob compromisso de confidencialidade e de sigilo. Todos os dados pessoais serão eliminados, no final de cinco anos, após a publicação dos resultados, mantendo-se os dados recolhidos anonimizados.

A participação no estudo é voluntária, tendo o direito de desistir a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou penalização, bastando para isso informar os coordenadores do projeto.

No final do estudo, os participantes poderão pedir e ter acesso a informação mais específica sobre os objetivos, procedimentos, resultados e conclusões do estudo.

Se tiver dúvidas sobre o estudo, pode contactar os responsáveis pelo projeto:

Coordenador do Projeto: Doutora Mónica Pires, mpires@autonoma.pt

Responsável pelo Tratamento de Dados: CEU Cooperativa de Ensino Universitário, Rua de Sta. Marta, 56, 1169-023, NIF: 501641238, e-mail: privacidade@autonoma.pt

Direitos dos Titulares dos Dados face ao Tratamento ou Transferência dos Dados

Os seus dados não serão objeto de tratamento para decisões individuais automatizadas, nem para definição de perfis. Não serão transferidos para países terceiros. O titular dos dados tem o direito de retirar o seu consentimento a qualquer altura, aceder, retificar, eliminar, bloquear ou pedir a portabilidade dos seus dados e limitar ou opor-se ao tratamento dos dados, devendo para o efeito dirigir-se pessoalmente às instalações da Universidade Autónoma de Lisboa, na Rua de Santa Marta, ou contactar-nos através do e-mail: onunes@autonoma.pt. O Fundamento Jurídico da legitimidade do tratamento é feito por assinatura do consentimento informado.

Todos os dados pessoais são tratados de acordo com os termos do previsto no Regulamento UE 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia. O Titular dos Dados tem o direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados ou a qualquer outra autoridade de controlo.

Consentimento informado para a recolha e tratamento de dados pessoais

Declaro que compreendi os objetivos deste estudo, que a informação por mim fornecida será mantida confidencial e apenas utilizada de forma anónima para fins de investigação científica. Compreendi que em qualquer momento posso abandonar a minha participação neste estudo e solicitar junto do investigador a eliminação da informação por mim fornecida. Sei que os dados recolhidos serão realizados num só momento.

Compreendi que a participação neste estudo, ou a recusa em o fazer, não trará consequências negativas ou qualquer prejuízo. Tive oportunidade de colocar e esclarecer todas as dúvidas que tinha sobre esta investigação.

DATA: ____/____/____

NOME: _____

ASSINATURA: _____